

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
INSTITUTO NUTES DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE

ANA APARECIDA DA SILVA AZEVEDO

**A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA NA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO:
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES
DESTE CAMPO DE ESTUDO PARA UMA FORMAÇÃO AMPLIADA**

Macaé
Julho de 2020

ANA APARECIDA DA SILVA AZEVEDO

**A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA NA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO:
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES
DESTE CAMPO DE ESTUDO PARA UMA FORMAÇÃO AMPLIADA**

Dissertação apresentada ao Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências e Saúde.

Linha de pesquisa: formação profissional e docente nas ciências e na saúde

Orientador: Prof. Dr. Nilcimar dos Santos Souza

Macaé
Julho de 2020

CIP - Catalogação na Publicação

A994p Azevedo, Ana Aparecida da Silva
A Psicologia Comunitária na Formação Profissional do Psicólogo: uma investigação sobre as contribuições deste campo de estudo para uma formação ampliada / Ana Aparecida da Silva Azevedo. -- Rio de Janeiro, 2020.
114 f.

Orientador: Nilcimar dos Santos Souza.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde, 2020.

1. Psicologia Comunitária. 2. Formação Profissional do Psicólogo. 3. Currículo de Psicologia. 4. Concepções de Poder e Ideologia. I. Souza, Nilcimar dos Santos, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
INSTITUTO NUTES DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE

ANA APARECIDA DA SILVA AZEVEDO

**A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA NA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO:
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES
DESTE CAMPO DE ESTUDO PARA UMA FORMAÇÃO AMPLIADA**

Dissertação apresentada ao Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação em Ciências e Saúde.

Linha de pesquisa: formação profissional e docente nas ciências e na saúde

Orientador: Prof. Dr. Nilcimar dos Santos Souza

Aprovado em 30 de Julho de 2020,

Prof.^a Dr.^a Fernanda Antunes Gomes da Costa

Prof.^a Dr.^a Kathleen Tereza da Cruz

Prof. Dr. Nilcimar dos Santos Souza

Macaé
Julho de 2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha avó Elza e à minha mãe Consueli, exemplos do ser mulher, pela coragem e fé que as guiaram rumo à realização de seus ideais. Com simplicidade e diante dos percalços da vida não desistiram, foram guerreiras e me fizeram a mulher que sou.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo sustento em cada etapa da vida.

À vovó Elza, precioso colo, abraço zeloso, meu eterno berço.

À minha mãe Consueli, por emprestar-me sua companhia e suas preces, desde o processo seletivo. A Amilton, seu esposo, importante parceiro e amigo que nos acompanha e protege em nossas andanças.

A Rumennyger, meu esposo, pela parceria e cuidado nas noites dedicadas à leitura e à escrita, pelo carinho e colo nos momentos de cansaço.

Ao meu tio Moacir, minha inspiração e exemplo de determinação e paixão pelo conhecimento.

Às minhas tias Alcení, Sueli e Sirlene, amigas em todas as horas, ofertando sua escuta e exalando carinho.

Aos primos e primas, em especial Ana Paula, preciosidades de Deus em minha vida, parceiros constantes, irmãos do coração; também aos irmãos de sangue, Pedro e Raul.

Ao senhor Cardoso, figura marcante e que me foi muito solícito, durante o processo seletivo, tranquilizando-me no caminho para as provas.

Às psicólogas e grandes amigas da graduação Marilane Flores, Rosiane Moreira, Amanda Martino e Brígida Rodrigues, queridas parceiras que trago no coração, que me incentivaram a ir adiante e marcaram minha vida.

Aos amigos de trabalho do Colégio Municipal Professora Elza Ibrahim, pela força e parceria na conciliação entre trabalho e estudo.

Aos amigos que conheci no mestrado, fontes de inspiração e crescimento: Emanuela Nunes, Eddie Paiva, Gabrielle Mombra, Vanessa Birnfeld, Érika Sena, Luciana Pereira e principalmente a Marla Granados, preciosa amizade com quem muito aprendi e compartilhei momentos especiais, tranquilizando-me nas preocupações e despertando sorrisos, ouvindo os meus projetos e me acolhendo como irmã.

Aos professores Dr. Bruno Monteiro e Dr. Leonardo Moreira pela dedicação e empenho na estruturação da primeira turma de mestrado em Educação em Ciências e Saúde (NUTES) em Macaé, juntamente com o professor Dr. Nilcimar Souza.

Às professoras Dra. Lurdes Oberg e Dra. Aline Lisboa, que abriram as portas de seus projetos para que eu me aproximasse de seus alunos, compartilharam suas experiências de trabalho e também enriqueceram meu olhar sobre a psicologia comunitária.

À professora Dra. Alessandra Aniceto, que não conheci pessoalmente, mas que muito me influenciou, mesmo a distância, ampliando minhas possibilidades e dando preciosas sugestões por meio do contato com meu orientador.

Às professoras Dra. Fernanda Antunes e Dra. Kethleen Tereza da Cruz, que fizeram parte desse processo e foram, desde a banca de qualificação, de extrema importância para o direcionamento final deste trabalho, com um olhar muito sensível e sendo carinhosamente críticas, fizeram-me sentir a grandeza no interior da minha pesquisa e apaixonar-me novamente pelo meu trabalho.

Agradeço principalmente ao meu querido orientador, Dr. Nilcimar Souza, um professor de química que se propôs a mergulhar na psicologia com singular olhar humano, de forma crítica e comprometido com as possibilidades de transformação social; abraçou meu projeto, ouviu minhas dúvidas e com humildade buscou ajuda, estudou junto, aprendeu junto, me ensinou muito e me direcionou na construção deste potente trabalho.

(...) um dos enganos mais paralisantes é o de acreditar que se não se muda tudo, não se muda nada. Entre o nada e o tudo há muitos passos que podem e devem ser dados.

Ignacio Martín-Baró, 2017, pág. 94

RESUMO

O processo de formação profissional do psicólogo tem sua marca inicial nas experiências vividas ao longo da graduação, as quais não se limitam às discussões teóricas previstas no currículo formal, mas são enriquecidas pelas diversas possibilidades ao longo desse período. Em meio às muitas novas áreas no âmbito da psicologia, surge a preocupação com a aproximação do saber psi das realidades sociais e a deselitização do acesso aos serviços de Psicologia, bem como o desejo de contribuir para a conscientização e emancipação das populações mais vulneráveis com vistas à construção de um cenário social mais justo e igualitário, apoiando-se na vida concreta das comunidades e vislumbrando mudanças sociais. Nesse sentido esse trabalho se respalda teoricamente na psicologia comunitária enquanto campo de atuação e pesquisa da psicologia, tendo por base principal os estudos de Ignacio Martín-Baró. Desse contexto, surge o objetivo de acompanhar experiências em psicologia comunitária, proporcionadas durante a formação de estudantes em psicologia, na graduação, capazes de expressar, ao longo dessas experiências, as concepções de poder e ideologia na relação profissional do psicólogo com seu campo de atuação social-comunitário. Desse objetivo subjazem os objetivos específicos de analisar currículos dos cursos de Psicologia bem avaliados no último ENADE quanto à disciplina de Psicologia Comunitária; acompanhar um grupo de estagiários em psicologia em uma atividade formativa em psicologia comunitária; e investigar concepções entre estudantes de diferentes períodos de formação em psicologia e com diferentes experiências em psicologia comunitária. A análise dos dados obtidos nos dois últimos objetivos foi feita sob a perspectiva da análise de discurso crítica (ADC), de Norman Fairclough. Com base nesse referencial, aspectos hegemônicos foram analisados a partir da relação de poder e de ideologia entre os estudantes de psicologia e os grupos comunitários, tornando possível responder à questão da pesquisa, afirmando que o envolvimento de estudantes de psicologia em projetos e experiências práticas em psicologia comunitária são fundamentais para a modificação de suas concepções de poder e ideologia e para o compromisso com as pautas das majorias populares brasileiras. Essas experiências práticas contribuem no enriquecimento do olhar e na postura crítica do psicólogo, possibilitando uma importante ampliação em sua formação enquanto profissional.

Palavras-chave: Psicologia Comunitária; Formação Profissional; Currículo; Poder; Ideologia.

ABSTRACT

The process of professional training of the psychologist has its initial mark in the experiences lived during graduation, which are not limited to the theoretical discussions provided for in the formal curriculum, but are enriched by the various possibilities throughout this period. Amidst the many new areas in the psychology field, there is the concern with bringing psycho-knowledge closer to social realities and the de-elitization of access to Psychology services, as well as the desire to contribute to the awareness and emancipation of the most vulnerable populations in order to build a fairer and more egalitarian social scenario, based on the concrete life of the communities and aiming at social changes. In this sense, this work is theoretically based on community psychology as a field of action and research of psychology, having as its main basis the studies of Ignacio Martín-Baró. From this context, the objective of accompanying experiences in community psychology, provided during the formation of undergraduate students in psychology, capable of expressing, throughout these experiences, the conceptions of power and ideology in the professional relationship of the psychologist with his/her field of social-community action, arises. Underlying this objective are the specific objectives of analyzing the curricula of Psychology courses that were well evaluated in the last ENADE (National Evaluation Study of the Higher Education System) as far as the discipline of Community Psychology is concerned; accompanying a group of psychology interns in a formative activity in community psychology; and investigating conceptions among students from different periods of training in psychology and with different experiences in community psychology. The data obtained in the last two objectives were analyzed from the perspective of Norman Fairclough's Critical Discourse Analysis (CDA). Based on this referential, hegemonic aspects were analyzed from the power and ideology relationship between psychology students and community groups, making it possible to answer the research question, stating that the involvement of psychology students in projects and practical experiences in community psychology are fundamental for the modification of their conceptions of power and ideology and for the commitment to the agendas of the Brazilian popular majorities. These practical experiences contribute to the enrichment of the psychologist's outlook and critical stance, allowing an important expansion in their training as professionals.

Keywords: Community Psychology; Professional Training; Curriculum; Power; Ideology.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Natureza da instituição	63
Gráfico 2: Quantidade de cursos com nota 5 no ENADE alocados por região geográfica do Brasil	63
Gráfico 3: Oferta de disciplinas relacionadas à Psicologia Comunitária	64
Gráfico 4: Modalidade das disciplinas ofertadas nos cursos	64
Gráfico 5: Disciplinas obrigatórias ofertadas por período do curso	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Artigos sobre formação do psicólogo em psicologia comunitária coletados no Scielo	21
Quadro 2: Artigos sobre formação do psicólogo em psicologia comunitária coletados no Redalyc	23
Quadro 3: Artigos organizados por ano de publicação	25
Quadro 4: Deveres éticos para a formação, a prática e a investigação na psicologia comunitária	28
Quadro 5: Categorias analíticas do modelo tridimensional	49
Quadro 6: Um modelo analítico para a Análise Crítica do Discurso	52
Quadro 7: Divisão dos grupos por critérios	60
Quadro 8: Alocação dos entrevistados nos grupos	60
Quadro 9: Informações sobre os cursos de Psicologia com nota 5 no ENADE	62

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 OBJETIVOS E QUESTÃO DE PESQUISA	34
3 REFERENCIAL TEÓRICO: PSICOLOGIA COMUNITÁRIA	35
4 REFERENCIAL METODOLÓGICO DE ANÁLISE: ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E AS RELAÇÕES DE PODER E IDEOLOGIA	48
5 METODOLOGIA	53
5.1 ANÁLISE DOS CURRÍCULOS.....	53
5.2 ACOMPANHAMENTO DE GRUPO DE ESTÁGIO	53
5.2.1 <i>O espaço comunitário da pesquisa</i>	54
5.2.2 <i>O perfil do grupo comunitário participante</i>	55
5.2.3 <i>O perfil do grupo atuante no espaço comunitário</i>	56
5.3 ENTREVISTA A GRADUANDOS DE PSICOLOGIA.....	57
5.3.1 <i>Apresentação do perfil dos grupos e relação dos entrevistados com a Psicologia Comunitária</i>	58
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	61
6.1 RESULTADOS DA ANÁLISE DE CURRÍCULOS.....	61
6.2 RESULTADOS DO ACOMPANHAMENTO DE GRUPO DE ESTÁGIO	66
6.3 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS AOS GRADUANDOS DE PSICOLOGIA	71
6.3.1 <i>Análise das Concepções dos entrevistados em torno da Psicologia Comunitária</i>	71
6.3.2 <i>Análise das Concepções de Ideologia e Poder nos discursos dos entrevistados</i>	90
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
BIBLIOGRAFIA	101

APRESENTAÇÃO

Uma das minhas maiores indagações quando ingressei no curso de psicologia no ano de 2012 era: o que faz exatamente um psicólogo? Com base em minha realidade social, vivendo numa pequena cidade do interior, era muito raro que uma pessoa tivesse acesso aos serviços de psicologia, o desconhecimento sobre as possibilidades de trabalho desse profissional era enorme. Já na universidade comecei a conhecer e a ampliar meu olhar para o que futuramente seria minha profissão. Nos primeiros períodos enchia os olhos de muitos colegas o sonho de ter um consultório particular ou de usar um jaleco branco (ideias que aproximam a profissão do psicólogo do “*status*” da medicina), no entanto isso era vazio para mim. Quem, na minha comunidade de origem, teria condições financeiras para pagar por uma terapia? Ou quais pessoas teriam tempo, em meio aos afazeres e cansaço do dia a dia de trabalho, para buscar por uma consulta psicológica? Aquela atuação idealizada por muitos colegas parecia fútil pra mim.

No decorrer dos períodos fui conhecendo outros campos e formas de atuação possíveis para o profissional psicólogo. A psicologia da educação, da saúde, organizacional e do trabalho, jurídica, social, institucional, neuropsicologia. Fui percebendo que as possibilidades não se limitavam à atuação individual no consultório privado e que ela poderia sim ser acessível e contribuir com as questões dos alunos da pequena escolinha perto da casa da minha avó onde estudei durante o ensino fundamental, ou com os moradores da comunidade que eram atendidos no pequeno posto de saúde em que minha mãe trabalhava ao lado dessa mesma escola. A atuação *psi* fez então sentido pra mim.

Ao ampliar meu olhar para a potência da psicologia, me apaixonei por ela. Desejei conhecê-la ainda mais, ir além.

Para ingressar no mestrado preparei meu pré-projeto a partir da temática discutida em meu trabalho de conclusão de curso da graduação. Queria pesquisar sobre a atuação do psicólogo na saúde pública, articulando o processo de formação desse profissional com o paradigma da promoção de saúde. Mas quando eu pensava na saúde pública, enquanto espaço de atuação *psi*, eu não pensava no trabalho em hospitais ou em atendimentos clínicos apenas, eu pensava numa atuação que se aproximasse da realidade do povo, nas características que

moviam e envolviam os sujeitos em seu território de existência. Mas eu não sabia ainda como nomear exatamente esse trabalho.

Nos primeiros diálogos com meu orientador, um dedicado professor de química (que corajosamente mergulhou nos caminhos *psi*), fui incentivada a pesquisar mais sobre as possibilidades que eu vislumbrava na psicologia, vi meu projeto ser abraçado e ganhei um importante parceiro para colocá-lo em prática. Enquanto eu estudava e reunia material, ele buscava auxílio com professoras da área, discutia meu projeto e me trazia como devolutiva inúmeras sugestões. Nos contatos iniciais logo apareceu o termo “psicologia comunitária”, o qual eu tinha ouvido falar superficialmente na graduação. Mas esse termo parecia se encaixar bem ao que eu desejava como possibilidade de trabalho, rompia com alguns paradigmas elitizados e trazia a prática da psicologia para o cotidiano da comunidade. Mergulhei nesse campo. A partir daí se delineou a pesquisa originária deste trabalho.

Em nossos momentos de orientação, alguns compartilhados com mais duas orientandas do programa de mestrado em Educação em Ciências e Saúde, as educadoras (e minhas amigas) Marla Granados e Érika Sena, formulamos a questão que nortearia minha pesquisa: é possível que experiências em psicologia comunitária, proporcionadas durante a formação em psicologia, na graduação, contribuam para a modificação da concepção de poder e ideologia na relação profissional do psicólogo com seu campo de atuação social-comunitário? Com base nessa questão, definimos as etapas para iniciar a ação.

Inicialmente a intenção era estabelecer contato com psicólogos já formados em atuação em instituições de saúde pública (na atenção primária à saúde) a fim de investigar junto a eles a existência ou não de influências ou olhares provindos da psicologia comunitária sobre sua formação e sobre sua postura profissional em seu campo de atuação. Estabeleci contato com alguns profissionais no município de Macaé que trabalham nas instituições de saúde pública em comunidades específicas, os procurei pessoalmente e apresentei meu projeto, mas acabei me frustrando ao receber a recusa de três profissionais, os quais demonstraram total desinteresse a respeito da temática e alegaram não ter tempo em sua carga horária de trabalho para “perder” com essas atividades, além de me explicarem (os três) que sua prática nesses espaços consistia em atendimentos clínicos individualizados, com foco em questões subjetivas bastante específicas.

Diante desse cenário resolvi me voltar para a formação em psicologia em seu cerne inicial, a universidade. Também nessa tentativa inicialmente não obtive sucesso, pois na

primeira universidade pública que procurei, embora tenha sido muito bem acolhida pela coordenação do curso, ouvi da própria professora responsável pelo estágio em psicologia social uma negativa, com o estranho argumento de que “não se fazem mais pesquisas em psicologia comunitária nos dias de hoje, elas são coisas da década de 1980, esqueça isso menina”. Ouvir isso me deixou bastante frustrada.

Relatei o fato ao meu orientador completamente desanimada e ele me encorajou a procurar outras universidades, tentando abrir novas portas. E de fato elas se abriram. Consegui parceria com uma professora de uma universidade privada para acompanhar as atividades de seu grupo de estágio em psicologia social com foco comunitário. A experiência foi enriquecedora, mas senti que precisava de mais dados, precisava ouvir outras experiências. Fiz contato então com outra professora de uma universidade pública e tive as portas abertas para conhecer o projeto que ela realiza com seus alunos sob a perspectiva comunitária, podendo entrevistá-los juntamente a outros alunos que não participam do projeto nessa mesma universidade.

Assim, superando obstáculos e estabelecendo parcerias, minha pesquisa foi então se delineando e ganhando contornos no presente trabalho.

Este trabalho foi organizado em três etapas específicas. A primeira consistiu na análise das matrizes curriculares dos cursos de psicologia do Brasil avaliados com nota máxima no último ENADE. Essa primeira etapa teve como objetivo analisar se a psicologia comunitária é contemplada nas grades curriculares desses cursos, em quais períodos e quais formatos é ofertada – como disciplina obrigatória ou optativa. Nesta etapa foi interessante perceber que, embora apareça de forma discreta, a psicologia comunitária é sim contemplada na maioria dos cursos de psicologia bem avaliados no país, mas intrigou-me ainda a forma como essa presença teórica pode se expressar nas experiências práticas dos graduandos (o que fomentou as etapas seguintes da pesquisa).

A segunda etapa se desenvolveu a partir do acompanhamento das atividades formativas de um grupo de graduandos estagiários em Psicologia Social com foco Comunitário ao longo de um semestre letivo. As ações desse grupo compreendiam o desenvolvimento de atividades em um colégio de ensino médio da rede pública estadual e encontros semanais para reunião de supervisão na universidade, junto à professora responsável pelo programa de estágio. Acompanhar essas atividades e dialogar com os estagiários para mim foi uma experiência muito interessante, pois despertou em mim um olhar

crítico acerca das possibilidades de ação do psicólogo e sobre uma considerável discrepância entre a preparação teórica e as intervenções práticas efetivadas pelo grupo.

Já a terceira etapa se orientou pelo objetivo de investigar concepções de poder e ideologia entre estudantes de diferentes períodos de formação em psicologia e com diferentes experiências em psicologia comunitária, bem como suas visões acerca dessa abordagem de trabalho. Essa etapa lançou mão da realização de entrevistas semiestruturadas como forma de coleta de dados, as quais foram integralmente transcritas e analisadas. Em todo o processo dessa etapa foi perceptível a importância e força das experiências práticas em psicologia comunitária no discurso e formação – profissional e humana – dos futuros psicólogos.

Ao fim desta pesquisa foi possível responder à questão norteadora e perceber a importância de experiências práticas em psicologia comunitária para a formação do psicólogo, ampliando seu olhar sobre as possibilidades de ação e estimulando sua criticidade sobre seu próprio papel enquanto profissional na sociedade. Em cada uma das etapas pude perceber o quanto o processo de formação pode influenciar a postura do profissional, como são ricas as experiências em psicologia comunitária e o quanto oferecem oportunidades de diálogo e ação sobre as realidades de comunidades como a minha de origem, olhando para suas peculiaridades e podendo fomentar nelas o desejo e comprometimento por necessárias transformações sociais. Isso muito me alegrou!

Concluindo assim o mestrado em Educação em Ciências e Saúde, visualizo a proximidade desta pesquisa com o campo da educação ao pensar no processo de formação – graduação – em psicologia, perpassando tanto pela organização curricular dos cursos quanto pelas experiências práticas vivenciadas pelos estudantes. Visualizo sua proximidade também com a saúde, principalmente por considerar o trabalho da psicologia, por meio de sua preocupação com a saúde mental, como essencial para a manutenção – em variados aspectos – da saúde da população com a qual atua.

Hoje, ao olhar para este trabalho já finalizado, percebo o quanto ainda é possível caminhar e quantas possibilidades de investigação ele nos desperta em torno da prática profissional do psicólogo no espaço comunitário, talvez com maior aprofundamento a respeito das ações efetivadas por este profissional. O presente trabalho é para mim um primeiro passo de outros novos caminhos que ainda podemos percorrer na pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

Em meio aos 57 anos de regulamentação da profissão no Brasil, pela lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, e a abertura contínua de novos espaços de atuação, a psicologia ainda sofre em nossa sociedade com o desconhecimento e, não raras vezes, o julgamento leigo de concentrar-se em atendimentos predominantemente clínicos, distantes da realidade de vida dos sujeitos e de seu contexto sócio-histórico-cultural (PIRES E BRAGA, 2009).

Ainda são desconhecidas por boa parte da população as inúmeras possibilidades de atuação dos profissionais de psicologia, não tão recentes, que fogem desse estereótipo. Muitas vertentes da psicologia voltam sua atuação para espaços coletivos, estando atentos à construção da subjetividade e das influências que a atravessam nesses espaços. Uma das primeiras e mais conhecidas abordagens que seguiram essa postura foi a já estruturada Psicologia Social, a qual propõe analisar o indivíduo em interação com seus pares e as consequências e resultados dessa relação na construção de sua subjetividade (FREITAS in CAMPOS, 2015).

Por volta da década de 1960, nos Estados Unidos e na América Latina (especialmente no Brasil), começam a surgir entre os psicólogos sociais a preocupação e atuação junto a populações mais vulneráveis. Nos Estados Unidos, a psicologia abraça então a causa da saúde mental e a psiquiatria preventiva, encarando a comunidade como fonte dos problemas e ao mesmo tempo agente terapêutico. Dessa postura, começa a se estruturar a psicologia comunitária (LANE apud CAMPOS, 2015; GONÇALVES E PORTUGAL, 2016).

No mesmo período, o Brasil passa por um momento político e econômico bastante delicado, com o despontar da ditadura militar, trazendo a censura e o controle social. A profissão do psicólogo – ainda em processo de oficialização – já começa a ampliar seu olhar para além dos espaços tidos como tradicionais de atuação (clínica, escola e trabalho) e a se questionar: “onde a atuação profissional está sendo realizada? O que está sendo feito e com que objetivos? E para quem se dirige aquela intervenção, isto é, qual é seu público-alvo?” (GONÇALVES E PORTUGAL, 2016, p.563). A partir de questionamentos dessa natureza, surgem novos temas de maior relevância social para a população brasileira e questões

relativas ao cotidiano e à realidade das maiorias populares e mais vulneráveis ganham mais atenção.

[...] a psicologia na comunidade (décadas de 60 e 70) foi assim identificada no momento em que a psicologia vivia uma crise em relação aos modelos importados, distantes da nossa realidade. A psicologia precisava ser desenvolvida na comunidade e não apenas nos consultórios e nas escolas. O objetivo era deselitizar a profissão e deixá-la mais próxima às condições de vida da população. (OBERG, 2018, p. 718)

Em consonância com Oberg (2018), Nepomuceno et al. (2008) compreendem a psicologia comunitária como oriunda dos paradigmas questionadores da psicologia social na América Latina. Segundo ele, tais paradigmas denunciavam o caráter dominante da psicologia social e sua vinculação ideológica com os centros de poder que direcionavam e determinavam os temas de trabalho e investigação da ciência psicológica na época, sempre em função de seus interesses – os das classes mais favorecidas – e aquém dos interesses e necessidades reais da maioria da sociedade.

Nesse meandro, a própria psicologia social começa a entrar em crise e não dar conta dos interesses dos psicólogos, os quais colocam em questão até mesmo o conceito de comunidade. Daí despontam as primeiras práticas em psicologia comunitária, como um desdobramento da psicologia social de cunho crítico e libertador, apoiando “ações efetivas na luta contra as situações de desigualdade e exclusão social e na defesa de modos de atuação mais participativos e comprometidos com a transformação da realidade social” (FREITAS in STELLA, 2014, p.7).

Souza (1999), ao relatar os primeiros passos da psicologia comunitária, aponta sua relação com alguns movimentos e serviços sociais.

Um eixo de desenvolvimento muito valioso dentro da psicologia comunitária surgiu ao lado de movimentos e serviços sociais. Muitos psicólogos descobriram que, se o conhecimento era uma ferramenta importante para dominação e manipulação social, também poderia ser a ferramenta para mudar essa realidade. Assim, eles decidiram trabalhar em conjunto com muitos outros profissionais e setores marginalizados da população, trazendo a especificidade do conhecimento psicológico para a busca de soluções para problemas sociais. (SOUZA, 1999, p.28, tradução nossa)

Nessa mesma direção, Gonçalves e Portugal (2016) e Pizzi e Gonçalves (2015) apontam algumas características da psicologia comunitária: o compromisso ético e político com as questões sociais no contexto em que estas se desenvolvem, buscando interpretá-las e

compreendê-las a partir do olhar da comunidade que as vivencia; aproximação da realidade concreta da população, saindo da limitação espacial do consultório e transitando pelos espaços coletivos onde vivem os sujeitos; “deselitização” da psicologia, possibilitando o acesso aos serviços de psicologia às classes populares da sociedade, e afastamento dos locais tradicionais de trabalho, permitindo que a psicologia seja aplicada também em outros espaços que não somente o clínico.

No Brasil, as primeiras experiências registradas em psicologia comunitária estão relacionadas a movimentos de educação popular para alfabetização de adultos e outras formas de aproximação dos espaços de vida de pessoas mais carentes, seja em comunidades rurais no Nordeste, seja nas comunidades (favelas) da periferia do Rio de Janeiro. Na maioria dessas experiências, os primeiros passos são dados a partir de ações universitárias de expansão de territórios de trabalho. Em 1974, foi criada - no curso de psicologia da UFMG - a primeira disciplina chamada Psicologia Comunitária e Ecologia Humana, formalizando essa nova postura profissional (GONÇALVES E PORTUGAL, 2016; CRUZ, FREITAS E AMORETTI in SARRIERA E SAFORCADA, 2017).

A psicologia (social) comunitária utiliza-se do enquadre teórico da psicologia social, privilegiando o trabalho com os grupos, colaborando para a formação da consciência crítica e para a construção de uma identidade social e individual orientadas por preceitos eticamente humanos. (FREITAS, 2015, p.59)

No final da década de 1980, com o processo de redemocratização do país, o acesso das camadas populares aos serviços de psicologia tem seus primeiros passos através do setor de saúde pública, especificamente a partir da estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS), o que está intimamente ligado à promulgação da Constituição Federal (1988), que prevê a consolidação das políticas sociais e possibilita a abertura de campos de trabalho nas instituições públicas de saúde (GONÇALVES E PORTUGAL, 2012).

No cenário latino-americano geral e no brasileiro, especificamente, alguns nomes destacam-se por seus importantes trabalhos que contribuem para a estruturação da área da psicologia comunitária, como Ignacio Martín-Baró, Enrique Saforcada, Jorge Castellá Sarriera, Maria de Fátima Quintal de Freitas, Silvia Lane, Pedrinho Arcides Guareschi, Regina Helena de Freitas Campos, Bader Burihan Sawaia, Cezar Góis, José Ornelas, Francisco Portugal, Helena Scarparo, Neuza Maria de Fátima Guareschi, dentre outros. A

maioria desses possui vasta publicação em torno da temática e atuam como professores e pesquisadores em diferentes universidades.

Assumindo como postura e orientação profissional a psicologia comunitária, muitos psicólogos começam a atuar em vários espaços sociais, como por exemplo, assistência, educação e saúde, a partir da instauração de programas que buscam uma forma de atendimento integral aos cidadãos e pela criação das equipes multiprofissionais (BENEVIDES, 2005; NETO, 2010). O surgimento de uma nova área/forma de atuação para os psicólogos pressupõe a necessidade de preparação para que esses profissionais adquiram conhecimento em torno desse novo campo. O principal espaço para que esse conhecimento seja acessado deve se dar através de sua formação, seja ela inicial, nos meandros da universidade, seja ela de forma continuada em experiências de formação posteriores à conclusão da graduação.

Nesse sentido, Scarparo e Guareschi (2007) pensam no processo de formação do psicólogo comunitário como legitimador da necessidade de revisão e questionamento das práticas cotidianas, articulando estratégias de ensino com vistas a processos emancipatórios. E continuam:

Desse modo é imprescindível problematizar e discutir a própria psicologia no que se refere aos sentidos que tem produzido, aos papéis dos quais se apropria e às ideias que veicula, articulando uma gama de instâncias simbólicas implicadas nos processos de subjetivação contemporânea (p. 105).

Assim, mostra-se como necessário que o psicólogo tenha formação que lhe possibilite desenvolver trabalhos engajados com contribuições para a construção de sujeitos críticos, que promovam transformações nas situações de miséria econômica e de opressão política, principalmente na América Latina, visando estruturar uma agenda política que revolucione as dimensões micro e macrossocial (NEPOMUCENO et al, 2008).

Para que isso seja alcançado, é fundamental que essa formação não seja construída apenas sobre estudos teóricos, mas também por meio de experiências práticas. Contudo, será que os profissionais psicólogos estão recebendo formação durante a graduação para desenvolverem suas atividades profissionais nos espaços comunitários de maneira adequada? A presente pesquisa tem o intuito de se inserir entre os estudos que buscam respostas a essa pergunta. Para tanto, previamente realizamos uma busca bibliográfica (no mês de dezembro de 2018) por trabalhos publicados nas bases de dados Scielo e Redalyc utilizando como

palavra-chave o termo “Psicologia Comunitária”. No Scielo apareceram 151 resultados e no Redalyc surgiram 377 publicações sobre o tema. Nessas produções encontradas, foi realizada uma primeira triagem, a fim de selecionar apenas aquelas pesquisas que investigam essa temática no contexto da formação – inicial e/ou continuada – do psicólogo em psicologia comunitária, separando das que relatam experiências de intervenção ou trazem apenas apontamentos históricos.

Das 151 publicações encontradas no Scielo, apenas 19 se referem à formação do psicólogo; e das 377 do Redalyc, apenas 27 tratam desse assunto, porém 7 já haviam sido identificadas no Scielo e, por isso, foram desconsiderados nesse segundo momento, ficando apenas 20 artigos. Os 39 artigos foram codificados e podem ser verificados nos Quadros 1 e 2. Os artigos do Scielo recebem codificações utilizando a letra S e uma indicação numérica de 1 a 19. Já os do Redalyc recebem a letra R e uma indicação numérica de 1 a 20. São apresentadas as seguintes informações de cada artigo selecionado na base Scielo (Quadro 1) e na base Redalyc (Quadro 2): códigos de identificação, título, nomes de seus autores, revista em que foi publicado, volume e número da publicação e número de páginas.

Quadro 1: Artigos sobre formação do Psicólogo em psicologia comunitária coletados no Scielo.

CÓDIGOS DOS ARTIGOS	REFERÊNCIAS COMPLETAS DOS ARTIGOS SOBRE FORMAÇÃO – SCIELO
S1	Aportes y reflexiones de la formación en psicología comunitaria PUCP entres regiones Del Perú Tesania Velázquez Castro, Miryam Rivera Holguín, Elba Custodio Espinoza. Revista de Psicología (PUCP), 2017, 35 (1), p.193 - 224
S2	La Formación Universitaria em la Psicología Comunitaria Chilena de Hoy: ¿Un Lugar Subalterno? Bárbara Olivares, María Isabel Reyes, Héctor Berroeta, María Inés Winkler. Psykhé (Santiago), Nov 2016, 25 (2), p.1 - 12
S3	Aprendiendo metodologías innovadoras para fomentar El empoderamiento personal, organizacional y comunitario a través de cursos de psicología comunitaria en línea y cara a cara Donata Francescato, Minou Mebane. Universitas Psychologica, Dez 2015, 14 (4), p.1209 - 1219
S4	Retos de la formación en psicología em la universidad de costa rica frente a los posibles escenarios futuros Zaida Salazar Mora, Adriana Maroto Vargas, Jorge Esteban Prado-Calderón. Revista Reflexiones, Dez 2015, 94 (2), p.50 - 63
S5	Lo académico, lo comunitario y lo personal em la praxis de la Psicología Comunitaria: ¿Un monstruo de tres cabezas o la santísima trinidad? Blanca Ortiz. Psicología, Conocimiento y Sociedad, Nov 2015, 5 (1), p.206 - 221
S6	La dimensión ética em Psicología Comunitaria: Orientaciones específicas para la Práctica y la Formación.: María Inés Winkler, Diana Pasmanik, Katherine Alvear, Bárbara Olivares (2015)

	Gabby Recto Álvarez, Patricia Dela Cuesta, Psicología, Conocimiento y Sociedad, Nov 2015, 5 (1), p.430 - 435
S7	Práxis e formação em Psicologia Social Comunitária: exigências e desafios ético-políticos Maria de Fatima Quintal de Freitas. Estudos de Psicologia (Campinas), Set 2015, 32 (3), p.521 - 532
S8	Formação em psicologia comunitária e os seus contributos pedagógicos para a participação cívica José Ornelas, Maria Vargas-Moniz. Educar em Revista, Set 2014, Nº 53, p.39 - 58
S9	Psicología Comunitaria hoy: Orientaciones éticas para la acción María Inés Winkler, Katherine Alvear, Bárbara Olivares, Diana Pasmanik. Psicoperspectivas, Mai 2014, 13 (2), p.43 - 54
S10	El auto-cuidado activo y su importancia para la Psicología Comunitaria Leonor M Cantera,; Frances M Cantera. Psicoperspectivas, Mai 2014, 13 (2), p.88 - 97
S11	“Lo ético es transversal y cotidiano”: dimensiones éticas em la formación y práctica en psicología comunitaria María Inés Winkler, Katherine Alvear, Bárbara Olivares, Diana Pasmanik. Acta bioethica, Nov 2012, 18 (2), p.237 - 245
S12	Querer No Basta: Deberes Éticos em la Práctica, Formación e Investigación em Psicología Comunitaria María Inés Winkler, Katherine Alvear, Bárbara Olivares, Diana Pasmanik. Psykhe (Santiago), Mai 2012, 21 (1), p.115 - 129
S13	Psicología Comunitaria: prácticas en Valparaíso y visión disciplinar de los académicos nacionales Héctor Berroeta Torres, Fuad Hatibovic Diaz, Domingo Asún Salazar. Polis (Santiago), Abr 2012, 11 (31), p.335 - 354
S14	Psicologia e saúde: a terapia comunitária como instrumento de sensibilização para o trabalho com comunidades na formação do Psicólogo Marta Fuentes-Rojas. Psicologia: Ciência e Profissão, 2011, 31 (2), p.420 - 439
S15	Nas vias do vento: a produção de vídeo como estratégia pedagógica na formação profissional de psicólogos Nara Maria Forte Diogo, Denis Barros de Carvalho, Juliana Sampaio de Araujo, Felipe Sávio Cardoso Teles Monteiro, Karla da Silva Machado, Milaynne C. B. do Nascimento, Natália de Souza Silva, Neivane Fernandes da Silva, Pamella Oliveira Lopes. Psicologia Ensino & Formação, 2011, 2 (1), p.21 - 32
S16	Retos en la formación del psicólogo/a comunitario/a en las Américas Irma Serrano-García. Ciências Psicológicas, Nov 2010, 4 (2), p.225 - 234
S17	Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do "terceiro setor" Ilana Lemos de Paiva, Oswaldo Hajime Yamamoto, Estudos de Psicologia (Natal), Ago 2010, 15 (2), p.153 - 160
S18	Perspectivas teóricas en la formación Del estudiante de psicología, desde el área de Psicología Social Comunitaria en la Universidad de Manizales (Colombia) Álvaro Díaz Gómez. Diversitas, Dez 2008, 4 (2), p.259 - 267
S19	Espaço e subjetividade: formação e intervenção em psicologia comunitária Conrado Ramos, João Eduardo Coin de Carvalho. Psicologia & Sociedade, Ago 2008, 20 (2), p.174 - 180

Quadro 2: Artigos sobre formação do Psicólogo em psicologia comunitária coletados no Redalyc.

CÓDIGOS DOS ARTIGOS	REFERÊNCIAS COMPLETAS DOS ARTIGOS SOBRE FORMAÇÃO – REDALYC
R1	<p>As Políticas Sociais na Formação Graduada do Psicólogo no Piauí Clarissa de Andrade e Silva, Oswaldo Hajime Yamamoto. Psicologia Ciência e Profissão, 2013, 33 (4), p.824-839</p>
R2	<p>Psicologia social comunitária e formação profissional Helena Beatriz Kochenborger Scarpato, Neuza Maria de Fátima Guareschi. Psicologia & Sociedade, 2007, 19 (2), p.100-108</p>
R3	<p>Psicologia da saúde-hospitalar: da formação a realidade Eulália Maria Chaves Maia, Neuciane Gomes Silva, Remerson Russel Martins, Ricardo Werner Sebastiani. Universitas Psychologica, 2005, 4 (1), p.49-54</p>
R4	<p>Desenvolvimento de carreira em psicólogos: tarefas evolutivas de estabelecimento Lívia Maria Bedin, Jorge Castellá Sarriera, Ângela Carina Paradiso. Revista Brasileira de Orientação Profissional, 2013, 14 (1), p. 87-98</p>
R5	<p>Discutindo a formação em Psicologia: a atividade de supervisão e suas diversidades Walter Mariano de Faria Silva Neto, Wanderlei Abadio de Oliveira, Raquel Souza Lobo Guzzo. Psicologia Escolar e Educacional, 2017, 21 (3), p.573-582</p>
R6	<p>Valores éticos en la formación del estudiante de Psicología en la UAS Valentín Félix Salazar, Cristian Amaury Félix Rodríguez. RICSH Revista Iberoamericana de las Ciencias Sociales y Humanísticas, 2016, 5 (9)</p>
R7	<p>O lugar da psicologia social na formação dos psicólogos Ligia Claudia Gomes de Souza, Edson Alves de Souza Filho. Psicologia & Sociedade, 2009, 21 (3), p.383-390</p>
R8	<p>Psicologia e formação no discurso de estudantes e professores da Universidade Federal do Paraná: um estudo Norma da Luz Ferrarini, Luciana Albanese Valore, Denise de Camargo. International Journal of Developmental and Educational Psychology, 2010, 3 (1), p.295-304</p>
R9	<p>Encontros e desencontros entre Psicologia e Política: formando, deformando e transformando profissionais de saúde Carolina dos Reis, Neuza Maria de Fátima Guareschi. Psicologia Ciência e Profissão, 2010, 30 (4), p.854-867</p>
R10	<p>Justiça social em psicologia vocacional: que formação para os profissionais de psicologia? Luísa Saavedra. Psicologia & Sociedade, 2010, 22 (3), p.578-586</p>
R11	<p>A formação de profissionais da saúde: aprendizagem significativa à luz da promoção da saúde Anna Maria Chiesa, Débora Dupas Gonçalves do Nascimento, Luzmarina Aparecida Doretto Bracciali, Maria Amélia Campos de Oliveira, Maria Helena TrenchCiampone. Cogitare Enfermagem, 2007, 12 (2), p.236-240</p>
R12	<p>El impacto de la cultura y de la formación profesional del psicólogo em el trabajo comunitario Maria Helena Zamora, Magda Dimenstein, Junia de Vilhena. Revista de Psicología, 2000, IX (1), p.01-11</p>
R13	<p>A Psicologia na América Latina: um recorte da investigação e da pós-graduação Sílvia Helena Koller, Jorge Castellá Sarriera, Norberto Abreu e Silva Neto.</p>

	Interamerican Journal of Psychology, 2008, 42 (3), p.407-414
R14	Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER-SUS) como agente promotor de mudanças na formação de graduação e nas práticas profissionais. Marcos Aguiar Ribeiro, Ana Suelen Pedroza Cavalcante, Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque, Maristela Inês Osawa Vasconcelos, Fiana Kécia Silveira Teófilo. Saúde & Transformação Social / Health & Social Change, 2016, 7 (1), p.109-119
R15	Formação do psicólogo brasileiro: impasses e desafios Norma da Luz Ferrarini, Denise de Camargo, Luciana Albanese, Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan, Yára Lúcia Mazziotti Bulgacov. International Journal of Developmental and Educational Psychology, 2016, 2 (1), p.271-280
R16	Formação do psicólogo para a saúde mental: a psicologia piauiense em análise João Paulo Macedo, Magda Dimenstein. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, 2011, 15 (39), p.1145-1157
R17	A formação em Psicologia e o profissional da Saúde para o SUS (Sistema Único de Saúde) Neuza Maria de Fátima Guareschi, Gisele Dhein, Carolina dos Reis, Denise Santos Machry, Thais Bennemann. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 2009, 61 (3), p.35-45
R18	Intervenção psicossocial em saúde e formação do psicólogo João Leite Ferreira Neto. Psicologia & Sociedade, 2008, 20 (1), p.62-69
R19	Psicólogos escolares em Portugal: perfil e necessidades de formação Sofia Abreu MENDES, Isabel ABREU-LIMA, Leandro Silva ALMEIDA. Estudos de Psicologia, 2015, 32 (3), p.405-416
R20	O psicólogo na saúde pública: formação e inserção profissional Ana Cláudia Tolentino Pires, Tânia Moron Saes Braga. Temas em Psicologia, 2009, 17 (1), p.151-162

Os 39 artigos listados nos Quadros 1 e 2 foram categorizados e analisados em relação ao ano de publicação e ao momento da formação a que se referem. A observação dos dados disponíveis sobre os artigos selecionados nas duas bases de dados possibilita a visualização de semelhanças e o estabelecimento de categorias entre eles.

Dos 39 artigos selecionados, 15 encontram-se publicados originalmente em língua espanhola e os demais 24 estão em português. Suas publicações compreendem o intervalo entre o ano 2000 e o ano de 2017, havendo períodos em que não foram localizados registros, nas bases de dados pesquisadas, de publicações diretamente ligadas à área em estudo, conforme se observa entre os anos de 2001 a 2004, e nos anos de 2006 e 2018. Isso pode ser observado no Quadro 3.

Quadro 3: Artigos organizados por ano de publicação

Artigos por ano de publicação	
2000	R12
2001 a 2004	Nenhuma publicação
2005	R3
2006	Nenhuma publicação
2007	R2, R11
2008	S18, S19, R13, R18
2009	R7, R17, R20
2010	S16, S17, R8, R9, R10
2011	S14, S15, R16
2012	S11, S12, S13
2013	R1, R4
2014	S8, S9, S10
2015	S3, S4, S5, S6, S7, R19
2016	S2, R6, R14, R15
2017	S1, R5
2018	Nenhuma publicação

Apesar dos anos sem qualquer publicação, se observa que há uma relativa regularidade nas publicações. Nos anos de 2007 a 2017, em cada ano foram localizados de dois a seis artigos. Isso demonstra que a área vem se mantendo vigorosa enquanto campo de pesquisa em psicologia.

Os artigos selecionados indicam, sob diferentes enfoques, alguns direcionamentos da formação em psicologia comunitária. Eles circundam a temática da formação considerando-a em diferentes momentos: no meio universitário – tanto durante a graduação (S2, S4, S5, S6, R1 e R8) quanto na pós-graduação (S1 e R13) – e concomitante à atuação profissional, configurando uma formação continuada para os profissionais já em exercício (R4, R5 e R9). Quando tratam do meio universitário é comum serem citados exemplos de experiências práticas em estágios curriculares, em atividades de pesquisa ou de extensão, bem como problematizações sobre sua importância, conforme verificamos nos trechos abaixo.

Este artigo tem por objetivo realizar uma discussão sobre a dicotomização entre Psicologia e política na formação e nas práticas desses campos de saber. Essa reflexão se desenvolve a partir da experiência de estágio curricular em Psicologia realizado junto ao Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), no Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Através de atividades realizadas, principalmente das ações do Controle Social, no Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, discutimos a construção e o ensino do conhecimento da Psicologia fundamentado no pensamento foucaultiano sobre saber, relações de poder e discurso (R9, p.855).

Sumariamente, a supervisão de estágio é uma modalidade didático-pedagógica que se delinea a partir da participação direta dos estudantes em situações profissionais de dadas áreas, com o objetivo de estabelecer correlações entre teoria e prática. [...] Dessa forma, o estágio supervisionado consegue atingir o objetivo de preparar os estudantes para a inserção no mundo do trabalho e o desenvolvimento das competências próprias da atividade profissional. Ao mesmo tempo, essas atividades supervisionadas e desenvolvidas em situações reais de vida e trabalho revelam os elementos centrais desse processo formativo: o saber e o fazer do professor supervisor e a experiência dos estudantes (R5, p. 574).

Alguns trabalhos se propõem a contemplar em suas discussões uma preocupação com a dimensão ética na formação do Psicólogo para atuar no meio comunitário. O artigo S6 se dispõe a pensar a questão da ética apresentando algumas orientações específicas tanto para a prática quanto para a formação, o que se exemplifica no fragmento a seguir:

Com relação às diretrizes éticas para a formação em Psicologia Comunitária, as autoras convidam a refletir sobre o caráter científico, ético e político da formação e destacam a importância de que existam relações de colaboração mútua entre a universidade e as comunidades, assim como de incluir explicitamente formação em aspectos éticos e ideológicos, as dimensões teórica e prática, e integrar a reflexão crítica, sugerindo para isso a discussão de casos práticos. Elas identificam a responsabilidade docente no acompanhamento dos estudantes no campo. As diretrizes éticas relacionadas à investigação indicam o rigor com o qual o(a) psicólogo(a) comunitário(a) deve manejar as informações sobre os tipos de registros utilizados, propondo que o pedido de consentimento informado seja realizado em dois momentos; antes do registro e depois de tê-lo obtido, divulgando os resultados alcançados. Tomando Montero, elas apontam que os participantes da comunidade devem ser reconhecidos, incluindo aqueles que desempenham o papel de coautores dos produtos de pesquisa (S6, p.433, tradução nossa).

Também contemplando a dimensão ética no processo de formação da psicologia comunitária, o artigo S7 aponta algumas exigências e desafios ético-políticos desse contexto, exemplificados a seguir:

Instaura-se, assim, um desafio importante para o processo de formação no campo da psicologia social comunitária. Como compreender os diferentes atores sociais, dentro de sua própria realidade, sem se distorcer a concretude

histórica de sua vida cotidiana, sem cair no paternalismo ou assistencialismo; e mantendo a coerência aos princípios da psicologia social comunitária na direção do fortalecimento e da construção de redes de convivência mais solidárias, justas e dignas no cotidiano das pessoas? Isto coloca o desafio conceitual e ontológico ligado a: como conseguir captar a concretude histórico-social das relações humanas – determinadas estrutural e conjunturalmente, e vividas em sua cotidianidade singular e genérica de tal modo que seja fiel à dinâmica e contexto comunitários? (S7, p.526).

O artigo S11 parte da afirmação de que a ética é transversal e cotidiana e amplia seu discurso associando formação e prática profissional. Já o artigo R6, ao analisar as respostas de alguns alunos a entrevistas realizadas, destaca os valores éticos necessários para uma formação consistente, apontados no excerto:

A falta de conteúdos sobre ética e moralidade durante o seu percurso formativo, destacou dificuldades de alunos para responder às questões sobre valores. No entanto, apesar disso, os valores, de acordo com os resultados encontrados no perfil profissional no âmbito da ética e da moral, são: respeito, responsabilidade, tolerância, honestidade e solidariedade. Nesse sentido, pode-se inferir que esses valores são termos ou palavras declarativas com pouco significado conceitual (R6, p.20).

O artigo S12 destaca os deveres éticos não apenas na formação e na prática, mas também na investigação por parte do psicólogo comunitário, organizando-os em um quadro, reproduzido a seguir no quadro 4.

Quadro 4: Deveres éticos para a formação, a prática e a investigação na psicologia comunitária (S12, p.125, tradução nossa)

Prática	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dever de conhecer e respeitar o sistema de valores e as estruturas sociais que operam na comunidade. ➤ Dever de explicitar as condições de inserção na comunidade. ➤ Dever de promover a participação comunitária em todas as etapas da intervenção. ➤ Dever de informar a comunidade todos os aspectos vinculados à intervenção, privilegiando os que contribuam para a resolução de seus problemas. ➤ Dever de reconhecer e valorizar outros saberes profissionais e de membros da comunidade.
Formação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dever docente de reconhecer o caráter ético e político da Psicologia Comunitária como ciência e como profissão. ➤ Dever de enfatizar aspectos éticos próprios da Psicologia Comunitária. ➤ Dever de transmitir uma formação teórico-prática. ➤ Dever de supervisionar as práticas estudantis.
Investigação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dever de informar a comunidade quando se está realizando uma investigação científica. ➤ Dever de conhecer e respeitar o sistema de valores e as estruturas sociais comunitárias, integrando-as ao desenho da investigação. ➤ Dever de obter consentimento livre e esclarecido dos participantes e representantes da comunidade, quando corresponder. ➤ Dever de considerar cuidados especiais no registro e divulgação de informação por meio de imagens, registros audiovisuais e formatos digitais. ➤ Dever de promover formas participativas de investigação. ➤ Dever de difundir os resultados da investigação à própria comunidade. ➤ Dever de considerar a coautoria da comunidade na publicação dos resultados da investigação.

Os desafios que se apresentam no decorrer do processo de formação do psicólogo, como aluno de graduação, de pós-graduação ou, ainda, como profissional também são desenvolvidos em alguns dos trabalhos encontrados. O artigo S7, de forma mais generalista, aponta alguns desafios – comuns a todos os psicólogos comunitários, independente do espaço no qual se insere – encontrados numa dimensão ético-política da formação. Já os demais que se propõem a tratar sobre os desafios, de forma mais peculiar, os apontam em territórios específicos, como é o caso do artigo S4 que discute os desafios da formação do psicólogo na Costa Rica, do artigo S16 que trata das Américas como um todo e do artigo R15 que fala particularmente sobre os desafios no Brasil. As particularidades de cada local (continente, região, país, comunidade) trazem consigo características peculiares que direcionam a ação profissional e impõem desafios específicos para a atuação em cada espaço. Assim, determinado local pode apresentar uma questão ao psicólogo e outro local apresentar outra questão distinta.

No artigo S16 são apontados alguns desafios encontrados na formação dos psicólogos no continente americano:

Um dos grandes desafios, além da formação em valores, é como alcançar a legitimidade da disciplina, como atrair pessoas que desejam estudar

Psicologia Comunitária e como aumentar suas oportunidades de emprego. Se as pessoas no país não conhecem a disciplina, se os empregadores não sabem o que os psicólogos e psicólogas da comunidade fazem, é difícil para um graduado conseguir um emprego, e se é difícil para um graduado conseguir um emprego, é improvável que se inscreva no programa. [...] Outra dificuldade está na falta de sistematização das intervenções. Isso se manifesta na ausência de publicações e em cenários comuns de congresso, simpósios ou conferências para compartilhar experiências. Isso repercute na formação, porque se os estudantes não veem que na faculdade se investiga, se publica, eles não recebem a modelagem para fazê-lo (S16, p.9, tradução nossa).

Por sua vez, o artigo R15 indica desafios próprios do contexto de formação brasileiro:

As atuais diretrizes curriculares para a formação do Psicólogo brasileiro impõem desafios ao professor de Psicologia. Dentre eles, destacam-se: a) formar profissionais capazes de articular teoria e prática com clareza epistemológica; b) garantir a compreensão da Psicologia em sua totalidade histórica e social; e c) consolidar seu compromisso com a redistribuição do poder social e pessoal. No presente artigo, a aprendizagem é compreendida como atividade coletiva e situada em um contexto histórico e político, em que o conhecer e o fazer estão intrinsecamente entrelaçados (R15, p.272).

Há artigos que, ao discutir a formação, fazem referência direta às práticas de intervenção, apontando sua importância e contribuições para todo e qualquer processo de formação, sendo o caso dos artigos S19 e R18. Há ainda outros artigos que citam as práticas de intervenção como importantes sem, no entanto, se debruçarem sobre seu real significado para tal contexto.

O artigo S19 defende as práticas de intervenção, desde o início da graduação, explicitando:

Concluimos pela importância e potencialidade da associação entre intervenções que permitam o exercício do trabalho de extensão e compromisso social por parte das instituições de ensino superior com as atividades de pesquisa e formação. Neste caso, valoriza-se a realização de pesquisas e visitas técnicas, desde os primeiros semestres do curso, em campos de atuação da Psicologia marcados pelas demandas e condições da atual realidade brasileira, junto com a oferta de disciplinas de estágio nos últimos períodos do curso, voltadas para a atuação profissional. Tais iniciativas viriam retirar a Psicologia da tradicional repetição de seu enclausuramento em práticas individualistas e elitistas e em teorias calcadas na ideologia do capitalismo liberal. Esta pode ser uma estratégia de grande envergadura no redirecionamento crítico e engajado da Psicologia brasileira para dimensões coletivas, comunitárias, institucionais e sociais do saber e do fazer de nossa ciência (S19, p.180).

E o artigo R18 complementa:

Cumpra aqui enfatizar a importância de entendermos os currículos dos cursos como um conjunto de experiências oferecidas ao estudante visando

sua formação, cuja eficácia depende de certo nível de integração. Especialmente diante das novas áreas de atuação dos psicólogos, importa buscarmos, no conjunto das contribuições de nossos saberes e fazeres, instrumentos variados para construção de “competências e habilidades” (Brasil, 2004) plurais, ao mesmo tempo clínicas e sociais, necessárias para o enfrentamento da complexidade própria de nossa sociedade, ao mesmo tempo contemporânea e desigual. A análise da experiência atualiza um segundo aspecto das práticas de intervenção: indica a necessidade de repensarmos a direção dada a este tipo de trabalho (R18, p.68).

Alguns trabalhos demonstraram se preocupar em relacionar o processo de formação à atuação ou à inserção do profissional no mercado de trabalho. Os artigos R4, R9 e R20 são alguns desses exemplos, conforme indicam os seguintes fragmentos:

A qualificação profissional, por meio da realização de cursos de pós-graduação pode assumir funções diferentes, dependendo da tarefa evolutiva. O investimento em educação pode servir tanto para a consolidação quanto para o progresso na carreira. [...] Embora a teoria proponha estágios e tarefas evolutivas de desenvolvimento de carreira, cada participante mostrou que é o arquiteto da sua carreira. À sua maneira, cada um busca estabilização, consolidação e progresso em diversas áreas da psicologia de acordo com suas habilidades e interesses, utilizando os recursos disponíveis, interagindo com o contexto e buscando formas justas e legais de trabalho (R4, p. 96).

Diante disso é que consideramos de fundamental importância a experiência de estágio que alguns Conselhos Regionais de Psicologia – através dos Centros de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) – vêm proporcionando para estudantes no término da formação que pretende desenvolver as práticas profissionais no setor público da saúde ou da assistência social (R9, p.858).

[...] as Diretrizes Curriculares Nacionais, preveem condições para que o acadêmico seja formado, tendo o conhecimento mínimo para essa área de atuação, contudo, como essa regulamentação também é recente, os profissionais inseridos no mercado não foram capacitados de forma adequada para exercer suas atividades nesse campo, necessitando de intervenções emergentes, para uma atuação que cause impacto na área da saúde pública. E, assim, a educação permanente em serviço é indicada como uma possibilidade, para suprir a defasagem na atuação, por tratar-se de alternativa prevista nas Diretrizes (R20, p.160).

O artigo R4 parte da temática da formação em paralelo à ideia do desenvolvimento da carreira do psicólogo no mundo do trabalho, considerando os três tipos de vínculos empregatícios possíveis – público, privado e autônomo. Já os artigos R9 e R20 trabalham com a preocupação da inserção do psicólogo formado no mercado de trabalho, sendo que o R9 vai além e traz ainda para a discussão ações políticas, o saber e as relações de poder à luz de Foucault.

Através de atividades realizadas, principalmente das ações do Controle Social, no Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, discutimos a

construção e o ensino do conhecimento da Psicologia fundamentado no pensamento foucaultiano sobre saber, relações de poder e discurso para visualizarmos a impossibilidade de a formação e de as práticas em Psicologia continuarem pautadas na perspectiva da ciência da Modernidade. Evidenciamos a necessidade, a partir da demanda da formação do profissional da saúde dessa área para o SUS, do reconhecimento das práticas psicológicas como ações políticas e da reflexão sobre o modo como elas incidem na vida dos sujeitos (R9, p.855).

Dentre os trabalhos selecionados para a análise, destacam-se, também, aqueles que trazem o direcionamento para a formação do psicólogo comunitário com vistas à sua atuação na área da saúde especificamente. O artigo R20 problematiza a formação do psicólogo para atuar diretamente na saúde pública.

Este artigo apresenta uma revisão da literatura a respeito da inserção do psicólogo na saúde pública no Brasil, sua formação e atuação profissionais. Verifica-se que a regulamentação da Psicologia como profissão ocorreu há 45 anos, enquanto a inserção do psicólogo na saúde pública se deu somente 20 anos depois, porém de forma descontextualizada e vinculada apenas à saúde mental. Os autores defendem a ideia de que a Psicologia na saúde não pode limitar-se apenas à saúde mental, mas sim desenvolver práticas que atendam às necessidades da população, em seu contexto integral. Quanto à formação profissional, enfatizam-se a necessidade de fortalecimento técnico e teórico, o aprimoramento de práticas curriculares que promovam e sustentem os seus modelos de atuação (R20, p.162).

Já o artigo R3 particulariza seu olhar defendendo essa atuação no espaço hospitalar propriamente, enquanto o S14 defende as contribuições da terapia comunitária para a formação psi.

A terapia comunitária vem de encontro a essa proposta oferecendo ao psicólogo um instrumento de trabalho de promoção e prevenção em saúde mental. Este trabalho corresponde ao relato de experiência da autora no curso de Psicologia, sendo que, na reformulação do currículo desse curso, foi possível incluir a terapia comunitária a partir do 2º semestre de 2005, com a finalidade de oferecer aos alunos(as) uma visão diferente em relação à promoção e à prevenção em saúde nas comunidades. Foi possível observar que os alunos(as) desenvolveram uma postura crítica em relação ao uso das técnicas e de sua contribuição para o desenvolvimento das comunidades, sensibilizaram-se com a sua dor e o seu sofrimento, resignificando, assim, o próprio conceito de sofrimento (S14, p.421).

Se na formação forem criados espaços de sensibilidade que permitam o desenvolvimento de habilidades e competências através do contato com a realidade social, os profissionais terão maiores possibilidades de atuar, solicitando mudanças e requerendo modelos e conceitos mais amplos, que lhes permitam reconhecer-se como trabalhadores da saúde, preocupados com a promoção do bem-estar da comunidade (S14, p.434).

O artigo R11 defende a atuação do psicólogo comunitário em consonância com o conceito de promoção de saúde, considerando como eixo de formação o empoderamento.

Discute-se a formação dos profissionais de saúde na perspectiva da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), com enfoque na promoção da saúde. Toma-se como eixo da formação o *empowerment*, que leva ao desenvolvimento de competências. A integração ensino-serviço e a utilização de metodologias ativas de ensino são apontadas como estratégias para a formação voltada para o mundo do trabalho e para as necessidades da população [...] (R11, 2007, p.236).

E o artigo R18 aponta a intervenção psicossocial como paralela à formação do profissional para a saúde.

O artigo discute os temas “intervenção psicossocial” e “formação do psicólogo”, a partir de um estudo de caso de uma experiência de intervenção desenvolvida numa escola do município Belo Horizonte, como uma ação da atenção básica em saúde. Apresenta a descrição detalhada do processo de intervenção, que teve duração de três anos. Conjuntamente, desenvolve a análise dessa experiência em diálogo com conceitos oriundos da análise institucional e da obra de Foucault. [...] Discute também a importância de uma formação que aglutine as contribuições tanto do campo da psicologia clínica quanto da psicologia social, favorecendo o desenvolvimento de competências e habilidades plurais, para atuação em novas áreas. (R18, 2008, p.62)

Já os artigos R17, R14 e R9 apresentam suas raízes brasileiras ao desenvolver a questão da formação em psicologia considerando a saúde a partir das bases do Sistema Único de Saúde brasileiro, o SUS.

Há ainda outros aspectos contemplados e discutidos pelos artigos selecionados que não foram aqui destacados. Porém, tudo aquilo que foi observado e analisado nesses 39 trabalhos em torno da formação do psicólogo comunitário – desde o processo inicial na universidade, passando pelos desafios que a envolvem, até a relação entre a formação e as propostas de intervenção já na atuação prática – oferece importantes contribuições para o entendimento de que o processo de formação profissional em psicologia comunitária é influenciado pelas relações de poder e ideologia entre graduandos em psicologia e psicólogos e os grupos comunitários de atuação. Os trabalhos analisados indicaram alguns caminhos possíveis para o direcionamento da presente pesquisa, no sentido de despertar indagações a respeito do processo formativo do profissional psicólogo com vistas à sua atuação no espaço comunitário, subsidiando reflexões acerca do caráter permanente desse processo formativo (o qual se inicia na graduação), os desafios que se estabelecem para sua consolidação e sua

íntima relação com a atuação, com as concepções e com a postura do profissional em campos específicos.

Dessa forma, neste trabalho nos interessamos por investigar essas questões junto a estudantes de graduação em psicologia. A presente pesquisa é apresentada neste texto final de dissertação organizada em 7 capítulos, de maneira que o primeiro é esta introdução. No capítulo 2 são apresentados os objetivos – geral e específicos – e a questão norteadora da pesquisa. Nos capítulos 3 e 4 são apresentados os referenciais adotados neste: no capítulo 3 é apresentado como referencial teórico a psicologia comunitária, tendo por base principal as contribuições do psicólogo social Martín Baró; enquanto no capítulo 4 é apresentado o referencial metodológico adotado, a Análise de Discurso Crítica (ADC) sob a perspectiva de Norman Fairclough. O capítulo 5 caracteriza a metodologia adotada e se subdivide em três etapas distintas e subsequentes: 1^a) análise dos currículos dos cursos de psicologia; 2^a) acompanhamento de um grupo de estágio em atividade formativa em psicologia comunitária; e 3^a) entrevista a graduandos de psicologia. Já o capítulo 6, assim como o 5, também se subdivide em três para apresentar os resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados em cada uma das três etapas da pesquisa, especificamente, contemplando na terceira etapa a análise dos dados sob dois focos, sendo um voltado para as concepções dos entrevistados acerca da psicologia comunitária e outro em torno das concepções de ideologia e poder que aparecem nos discursos dos entrevistados. Ainda no capítulo 6, os resultados, além de apresentados, são discutidos. O último capítulo, o 7, apresenta as considerações finais desta pesquisa.

O projeto que originou a pesquisa foi registrado na Plataforma Brasil (CAAE 25915019.2.0000.5699) e aprovado pelo comitê de ética em pesquisa do Campus UFRJ-Macaé (parecer nº 3.974.159).

2 OBJETIVOS E QUESTÃO DE PESQUISA

O objetivo principal deste trabalho consiste em acompanhar experiências em psicologia comunitária, proporcionadas durante a formação em psicologia, na graduação, capazes de expressar, ao longo dessas experiências, as concepções de poder e ideologia na relação profissional do psicólogo com seu campo de atuação social-comunitário.

Desse objetivo subjazem objetivos específicos, pontuados abaixo:

- Avaliar as propostas curriculares dos cursos de psicologia com nota máxima no último ENADE à luz do espaço reservado à Psicologia Comunitária.
- Acompanhar um grupo de estagiários em psicologia em uma atividade formativa em psicologia comunitária.
- Investigar entre estudantes de diferentes períodos de formação em psicologia e com diferentes experiências em psicologia comunitária, concepções acerca dessa abordagem.

A partir de tais objetivos, o presente trabalho traz como questão central de pesquisa a ser respondida a seguinte indagação: é possível que experiências em psicologia comunitária proporcionadas durante a formação em psicologia, na graduação, contribuam para a modificação da concepção de poder e ideologia na relação profissional do psicólogo com seu campo de atuação social-comunitário?

3 REFERENCIAL TEÓRICO: PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

A psicologia comunitária nasce como um desdobramento a partir da psicologia social ou uma área aplicada desta, propondo um novo olhar frente aos sujeitos em seu meio coletivo e uma nova concepção de “comunidade”.

As práticas em psicologia comunitária têm como objetivo final estimular a mudança social e o desenvolvimento humano na busca por alternativas sociopolíticas e de emancipação do indivíduo. A maioria de suas ações se direcionam às camadas sociais mais vulneráveis e que até então tinham restrito acesso aos serviços psicológicos (FREITAS in STELLA, 2014; SARRIERA E SAFORCADA, 2017; SCARPARO, 2005; GÓIS, 2008).

O papel do psicólogo comunitário assumido neste trabalho, em seu posicionamento e em sua ação profissional, é entendido pela perspectiva da psicologia libertadora e crítica de Ignacio Martín-Baró, com suas problematizações em torno do papel do psicólogo, o posicionamento e ação desse profissional com base nas relações e conceitos de poder e ideologia. Acrescenta-se a ele as pesquisas, discussões e conceituações em torno da psicologia comunitária presentes em trabalhos de Cezar Góis, além de reflexões sobre a formação do psicólogo para a atuação no espaço comunitário, oriundos de trabalhos de Maria de Fátima Quintal de Freitas e de Helena Scarparo juntamente com Neuza Guareschi.

Ignacio Martín-Baró (1942-1989) era teólogo, jesuíta e psicólogo social. Por ser também adepto da Teologia da Libertação, militava contra a opressão às camadas sociais mais pobres e enxergava no trabalho do psicólogo a possibilidade de intervenção sobre as condições subjetivas que impediam a implementação de movimentos de mudança social. Em seus trabalhos propôs reflexões a respeito da ideologia e da opinião pública, considerando como tarefa primordial do psicólogo ser um agente de transformação social, independente de seu campo específico de atuação (PIZZI E GONÇALVES, 2015).

Martín-Baró se posicionava de forma crítica diante da psicologia social. De sua postura deriva a proposta da psicologia social da libertação, muito próxima conceitual e criticamente da psicologia social comunitária. Mas, em seus escritos, faz apontamentos a respeito da postura e ação do psicólogo estendendo a importância de um posicionamento crítico e o compromisso com a conscientização e a transformação social a todos os

psicólogos, independente de sua área de atuação (PIZZINATO in SARRIERA E SAFORCADA, 2017; NEPOMUCENO, 2008).

Segundo ele, é possível “afirmar que a *conscientização* constitui-se no horizonte primordial do *que fazer* psicológico” (MARTÍN-BARÓ, 1996, p.15), de forma que o *que fazer* do psicólogo objetive desalienar as pessoas e grupos, auxiliando-as a alcançar um saber crítico sobre si mesmas e sobre sua realidade social. Martín-Baró (1996) considera como óbvio o trabalho do psicólogo voltado para a desalienação da consciência individual, buscando controlar os mecanismos que geram bloqueios na consciência da identidade pessoal e direcionam as pessoas a um comportamento tipicamente alienado – em ambos os polos: comportando-se como um dominador ou como um dominado, como um opressor ou como um marginalizado. Ao pensar no trabalho do psicólogo nessa direção, é importante problematizar o conceito de poder que permeia as relações.

Martín-Baró levanta a discussão sobre o poder afirmando que este se faz presente em todos os aspectos da vida humana, desde os acontecimentos da vida cotidiana até os esporádicos. Para ele não é possível pensar em qualquer relação humana sem o poder, nem tampouco distinguir quem tem e quem não tem o poder, pois considera-o como uma “relação”. Em seus escritos, ele se aproxima de Foucault defendendo o rompimento da ideia de poder como sinônimo de ações negativas e violência, e observa que, sob o foco da psicologia social, uma característica importante do poder é sua tendência a se negar como poder, apresentando-se como uma exigência ou razão natural. Tal tendência pode ser verificada pensando-se no processo de socialização, na transmissão de normas e valores da sociedade aos indivíduos, de geração em geração, o qual ocorre de forma sutil a fim de que os sujeitos assimilem as normas sociais como naturais e tornem-se reprodutores delas (MARTINS, 2003).

Deste modo, os indivíduos tornam-se facilmente reprodutores das mesmas, pois não as consideram impostas, e sim como o ‘que deve ser’, sem vislumbrar qualquer outra possibilidade que não a reprodução. Na verdade, a “socialização” dos indivíduos, é uma das formas mais eficazes de ocultação do poder, que se realiza quotidianamente, que busca manter o controle social sobre o pensar, o sentir e o fazer das pessoas, ou seja, a normatização da ação humana. Neste sentido, Martín-Baró esclarece que o objeto de seu estudo é “definir e delimitar o papel do poder na determinação da ação humana”, citando em seguida as duas maneiras pelas quais o poder pode influir no comportamento das pessoas e grupos: uma imediata, impondo uma direção concreta à ação; outra mediata, configurando o mundo das pessoas e determinando os elementos constitutivos dessa mesma ação. As duas formas não são excludentes, e sim inclusivas (...) (MARTINS, 2003, p. 213).

Em sua obra “Sistema, grupo e poder”, publicada em 1989, Martín-Baró aprofunda suas reflexões acerca do poder apresentando três características fundamentais: 1) O poder se dá nas relações sociais; 2) O poder se baseia na posse de recursos (um sujeito da relação possui algo que o outro não possui); e 3) O poder produz um efeito na própria relação social (gerando a obediência e submissão no dominado e o uso da autoridade no dominador).

Segundo Martín-Baró, o poder se baseia na posse desigual de recursos – entendendo esses recursos sob variadas formas: capacidade técnica, científica ou profissional, recursos econômicos e morais, – o que possibilita que determinados sujeitos ou grupos realizem seus interesses próprios – pessoais ou de classe – e os imponha sobre outros sujeitos ou grupos menos abastados. O poder não é abstrato, mas sim “uma qualidade de alguém, pessoa ou grupo, na relação com outras pessoas ou grupos. [...] O poder constitui, por conseguinte, um fenômeno social, não meramente individual” (MARTÍN-BARÓ, 1989, p.97).

Em seus estudos, ele considera ainda a multiplicidade de relações nas quais o ser humano está envolvido, as quais têm por base diferentes tipos de recursos. De acordo com esse pensamento, um mesmo sujeito pode ser o dominador em uma relação e o dominado em outra (MARTINS, 2003). E essa é uma questão muito importante a ser considerada na prática do psicólogo em suas intervenções psicossociais.

Nas produções de Martín-Baró (1996) a psicologia é defendida centralmente no âmbito do pessoal, no entanto ele não a posiciona como oposta ao social, mas antes afirma sua correlação dialética: “Não há pessoa sem família, aprendizagem sem cultura, loucura sem ordem social; portanto, não pode tampouco haver um eu sem um nós, um saber sem um sistema simbólico, uma desordem que não se remeta a normas morais e a uma normalidade social” (p.17). Para ele, o trabalho do psicólogo direciona-se para uma atuação no campo da ideologia, das determinações subjetivas, sem que se esqueça da existência dos determinantes objetivos (PIZZI E GONÇALVES, 2015).

Embora o conceito de ideologia ocupe um lugar de centralidade nos escritos de Martín-Baró, ele não formula uma teoria sistemática sobre a ideologia (DANTAS, 2015). No entanto são riquíssimas suas reflexões em torno de tal questão. A sustentação das colocações em torno da ideologia em suas obras perpassa diretamente pelos conceitos de alienação e conscientização (MENDONÇA, SOUZA E GUZZO, 2016).

Segundo Dantas (2015), Martín-Baró toma por base os pressupostos do materialismo histórico dialético para conceber a ideologia “como falsa consciência que coloniza as mentes, domestica os corpos, neutraliza os afetos e enquadra a percepção da realidade” (p.77). Os sistemas ideológicos tomam pra si o *status* de instrumentos de poder ao se colocarem a

serviço dos poderosos, se enraizando nas mentalidades dos indivíduos e dominando seus corpos. A ideologia seria como um universo simbólico, produzido em contato com uma forma de organização social específica, visando ocultar os interesses das classes dominantes e gerando uma falsa consciência nos grupos e pessoas (PIZZI E GONÇALVES, 2015).

(...) Martín-Baró resgata o conceito materialista de ideologia, compreendendo-a como uma rede de crenças, discursos, significados e normas sociais que interpreta a realidade objetiva, orienta as ações cotidianas, mistifica o real e oculta as injustiças sociais, promovendo a operacionalização dos sistemas políticos e a justificação das relações de dominação. (DANTAS, 2015, p.80)

Diante disso, Martín-Baró busca examinar o processo de enraizamento das ideologias no psiquismo humano e seu tempo de permanência. Em suas conclusões constatou que os sistemas ideológicos dependem das conjunturas históricas e das contingências sociais para se conservarem temporalmente, pois se constituem como uma visão de mundo imposta por grupos dominantes e não como um elemento inerente à subjetividade humana (DANTAS, 2015). Para ele, mesmo atuando em meio à ideologia, o indivíduo não se reduz a ela e pode transcendê-la, precisando para isso passar pelo processo de tomada de consciência para atingir uma mudança social (MENDONÇA, SOUZA E GUZZO, 2016).

De acordo com Pizzi e Gonçalves (2015), Martín-Baró insere a questão da ideologia no centro do *que fazer* do psicólogo, defendendo que a ação desse profissional deve estar voltada para os elementos subjetivos que impedem a mudança social, sem esquecer que os elementos mais consistentes são os que provêm do plano material. Para ele, a estratégia de ação deve consistir na intervenção sobre os processos de conscientização, a fim de que a população se liberte do senso comum ideologizado, o qual impede que as pessoas encontrem os reais determinantes da opressão social.

Ao afirmar que o horizonte primordial da psicologia deve ser a conscientização, se está propondo que o *que fazer* do psicólogo busque a desalienação das pessoas e grupos, que as ajude a chegar a um saber crítico sobre si próprias e sobre sua realidade (...) propõe que os psicólogos assumam a tarefa de compreender a complexidade dos sistemas de ideologias que são internalizados pelas pessoas a partir de suas experiências sociais cotidianas e contribuam para sua superação. Que compreendam a origem sociopolítica da ideologia e seu enraizamento no psiquismo humano, que tem como resultado a reprodução da dominação social e a manutenção da ordem estabelecida (PIZZI E GONÇALVES, 2015, p.178).

Ele aponta a ação humana como o objeto de estudo da psicologia social crítica, vertente que abrange os paradigmas da psicologia social comunitária, psicologia da libertação etc., a qual está diretamente ligada aos vínculos interpessoais, à cultura, à história e às

determinações sociais. Nesse sentido, para analisar a ação humana como ideológica, o psicólogo precisa considerar o contexto histórico e a realidade concreta em que realiza sua investigação (DANTAS, 2015).

Isolado do contexto sócio-histórico, o indivíduo torna-se uma abstração, uma ideia genérica, uma irrealidade; em suma, uma ilusão. Por essa razão, o sujeito da psicologia social é o indivíduo real, que vive em uma cultura específica, está situado em um mundo concreto e localizado em uma época histórica. De igual modo, para que o caráter ideológico da ação humana seja apreendido, não se deve ignorar o emaranhado de relações e forças sociais que constitui e compõe as formações culturais e a realidade concreta (DANTAS, 2015, p.84).

Nesse sentido, o principal objetivo da psicologia social crítica seria a promoção de processos de conscientização dos sujeitos sobre os determinismos sociais que definem as ideologias e os esquemas de ação. Ao conhecer os determinismos sociais e as relações de forças contrárias, os sujeitos poderão tomar consciência dos motivos da precariedade das suas condições de existência, estimulando ações coletivas em busca de uma libertação popular que concretize uma mudança social (DANTAS, 2015).

(...) devemos entender aqui que conscientizar-se significa enfrentar a ideologia dominante que faz parte de tal estrutura opressora, desenvolver a capacidade de compreender sua situação presente e futura em circunstâncias históricas, o que inclui analisar os responsáveis pelas suas condições de pobreza e assumir função protagonista para conquistar seus direitos e construir uma identidade própria (MENDONÇA, 2017, p.129).

Martín-Baró aponta como essencial para que os psicólogos trabalhem as questões sociais ligadas à ideologia, a superação do problema da ideologia dentro do próprio campo da psicologia, já começando com o cuidado na utilização dos referenciais teóricos, os quais em sua maioria advêm dos centros hegemônicos e não possibilitam pensar as questões a partir do real contexto em que ocorrem. Diante disso ele propõe que a própria história da psicologia seja encarada sob um viés crítico, sugerindo uma inversão epistemológica na qual se parta inicialmente da realidade antes de definir os conceitos que serão aplicados – primeiro se verifica os problemas e a partir deles se escolhe a teorização, - considerando sempre o contexto social que abriga os fenômenos psicológicos para que a intervenção psi seja válida e coerente (PIZZI E GONÇALVES, 2015).

O psicólogo na prática deve intervir sobre as ideologias antipopulares, denunciando as concepções em favor da opressão do povo e os meios que reforcem o fatalismo. Com vistas a uma práxis transformadora em favor de uma mudança social, é preciso que o profissional assuma a perspectiva do povo, buscando conhecer sua realidade e se comprometendo com a

conquista da autonomia popular, através da conscientização. Atuando nessa direção em busca de uma transformação social efetiva, o psicólogo se afasta completamente de uma suposta posição de neutralidade (PIZZI E GONÇALVES, 2015).

Nessa direção, ao exercer o seu papel profissional, os psicólogos devem formular algumas perguntas críticas acerca do caráter de sua atividade e do papel que desempenha na sociedade. Para Martín-Baró (1996) esse autoquestionamento se faz importante em todas as áreas de atuação e

não devem centrar-se tanto no onde, mas no *a partir de quem*; não tanto em como se está realizando algo, quanto em *benefício de quem*; e, assim, não tanto sobre o tipo de atividade que se pratica (clínica, escolar, industrial, comunitária ou outra), mas sobre quais são as *consequências históricas concretas* que essa atividade está produzindo. (p.22)

Todas essas reflexões levaram a América Latina a ter papel relevante no surgimento da psicologia comunitária, expressando vozes fustigadas pelo momento político e econômico de grande opressão das massas e de desigualdade social. Tendo vivido em El Salvador num período de muitas violências – econômicas, sociais e políticas – empregadas contra as maiorias populares no país, os trabalhos de Martín-Baró propõem importantes reflexões acerca de uma realidade compartilhada pelos países da América Latina de forma geral: violência, desigualdade social, opressão das massas, elitização de uma minoria, problemas políticos e econômicos. Sob o olhar de Pizzi e Gonçalves (2015), Martín-Baró é uma importante fonte de inspiração que nos impulsiona a buscar também reunir, em nosso atual momento, teorização psicológica e militância política, visando encontrar caminhos, através da mobilização popular, para a superação dos atuais impasses, das formas de opressão que se estabelecem e da geração de desigualdades. Ao seguir essa inspiração, no sentido de implementar uma práxis transformadora com vistas a um processo de mudança social, o psicólogo deve assumir a perspectiva do povo, procurar compreender a realidade deste e se comprometer com um caminho que ofereça ao povo o poder de se organizar com plena autonomia.

Martín-Baró (1996) ressalta ainda que os psicólogos na América Latina enfrentam um desafio histórico para o qual não estão preparados e aponta três aspectos a serem considerados em seu enfrentamento a partir de um movimento de responsabilização social: a) o psicólogo deve repensar sua autoimagem como profissional, saindo da inércia de esquemas teóricos já estabelecidos e confrontando-os com os problemas de sua realidade de atuação; b) é necessário ao psicólogo assumir a perspectiva das maiorias populares, abandonando

posicionamentos calcados apenas nos valores das classes dominantes; c) o psicólogo deve se permitir confrontar criticamente ao sistema social, colocando o conhecimento psicológico a serviço da construção de uma sociedade na qual o crescimento e afirmação do bem estar de uns poucos não se estabeleça sobre o mal estar, a negação e a desumanização de muitos.

Alia-se ao posicionamento de Martín-Baró o arcabouço da psicologia comunitária que apresenta o potencial de não perder de vista os sujeitos comunitários como foco para as suas atuações e valoriza a participação social entre seus diversos atores sociais tanto no âmbito local quanto na esfera pública (AMMANN, 1980). Envolvida numa produção de conhecimento periférica, concebe uma articulação teórica e prática, sustenta metodologias e práticas participativas e uma práxis emancipatória.

Com a intenção de valorizar a igualdade e os direitos humanos de povos colonizados e subalternizados, o horizonte ético da psicologia comunitária é “a libertação como processo individual e coletivo de superação da moral do sistema que mantém injustiças e opressões” (ALENCAR, XIMENES E MOURA JR, 2019, p.16). O profundo envolvimento de Martín-Baró e sua afetação diante das desigualdades sociais e opressões sofridas pelas camadas populares provêm de sua experiência pessoal vivendo em El Salvador num período de forte ditadura e violência. Essa experiência lhe despertou a militância e o envolvimento político em prol dos direitos do povo, o que lhe custou a vida pelas mãos de soldados do exército salvadorenho em 1989. Sua experiência, seu histórico de luta contra as desigualdades e forças opressoras, que despertaram ricas produções de cunho crítico em torno de suas afetações por questões sociais se aproximam das experiências de dois outros importantes autores – não propriamente intitulados sob o viés da psicologia comunitária, mas dialogando em muito com ela -, sendo eles Frantz Fanon (1925-1961) e Grada Kilomba (1968-). Fanon era um psiquiatra francês da Martinica, fortemente envolvido com as lutas pela independência da Argélia, seu pensamento foi muito influente no século XX e suas produções tematizavam o processo de descolonização e as consequências psicológicas da colonização sobre o colonizado e sobre o colonizador, problematizando os aspectos sociológicos e filosóficos. Grada Kilomba é psicóloga, escritora e artista, natural de Lisboa, possui intenso envolvimento e produção em torno dos temas memória, trauma, gênero, racismo e pós-colonialismo, sendo uma importante voz nas lutas e reflexões neste século XXI em torno das desigualdades, sobretudo sofridas pela população negra no cotidiano, partindo de sua própria experiência enquanto mulher negra no espaço universitário.

Retornando aos aspectos apontados por Martín-Baró acerca do papel social do psicólogo, verifica-se que estes podem ser identificados em pesquisas e conceituações atuais

diretamente atribuídas ao campo de estudo da psicologia comunitária, defendidos por diferentes autores.

Cezar Góis (1990 apud GONÇALVES E PORTUGAL, 2012), descreve a psicologia comunitária como um ramo da psicologia social que estuda os processos de formação e as propriedades psicológicas que provêm da vida em comunidade, suas relações, representações, consciência, atitudes, expectativas e valores, no sentido de desenvolver nos membros da comunidade a consciência de que são sujeitos históricos e comunitários responsáveis por sua história e pela história de sua comunidade. Para ele, a psicologia comunitária não pode ser caracterizada como mera extensão da clínica ou uma “psicologia na comunidade”, ou ainda se fechar nas relações entre saúde e doença ou prevenção e tratamento. Sua questão central deve ser o reflexo da vida comunitária na construção psíquica dos sujeitos e sua conscientização enquanto seres históricos, sociais e comunitários, que são capazes de, “a partir das próprias condições (atuais e potenciais) de desenvolvimento da comunidade e de seus moradores” (GÓIS, 2008, p.289) direcionar uma mudança social libertadora.

Segundo ele,

Ao longo de sua construção, a Psicologia Comunitária buscou dar respostas mais profundas à vida dos moradores das comunidades, respostas psicossociais ao drama comunitário, respostas à problemática sócio-econômica e ideológica, não no sentido de “psicologizar” essa realidade, senão fazer ver que há uma dimensão marcadamente psicossocial na dinâmica comunitária e que se relaciona com o campo da Psicologia Social e da Psicologia Comunitária, como por exemplo, o problema da identidade social de oprimido ou de excluído social, como também o problema da consciência e da conscientização (GÓIS, 2008, p. 289).

Ao longo de mais de 20 anos, Góis desenvolveu seus estudos em torno da psicologia comunitária em ações práticas implementadas no estado do Ceará e em aprofundamentos acerca das produções de inúmeros autores. Ele relata que os primeiros passos da psicologia comunitária, especialmente no Brasil, foram mais práticos que teóricos. As primeiras ações estavam muito próximas das atividades de educação popular e de movimentos sociais. Foi a partir do momento em que se aproximou propriamente de estudiosos da psicologia social e começou a ser inserida no espaço acadêmico, que a psicologia comunitária começou a articular teoria, prática e compromisso social, constituindo seu marco teórico (GÓIS, 2008).

Para Góis (2008), o foco de estudo da psicologia comunitária está no modo de vida da comunidade e na forma como este se reflete e modifica na mente dos moradores, para surgir novamente, mas transformado, de maneira singular e específica, nas atividades concretas do dia-a-dia da comunidade. Nesta afirmação, ele inclui a necessidade de compreensão das

particularidades dos moradores e a importância do compromisso que o psicólogo comunitário deve nutrir com a comunidade na qual estuda ou atua. Ele conclui defendendo que

a Psicologia Comunitária deve preocupar-se com as condições psicossociais da vida da comunidade (internas e externas) que impedem aos moradores construir-se como sujeitos de sua comunidade e as que os fazem sujeitos dela, ao mesmo tempo em que, no ato de compreender e compartilhar a vida comunitária com seus próprios residentes, trabalhar com eles a partir dessas mesmas condições, na perspectiva da autonomia e liberdade dos que ali moram (p. 291).

É importante ressaltar que o conceito de comunidade – enquanto campo de atuação da psicologia comunitária –, sustentado por Góis, consiste em um espaço geográfico, que compreende o aspecto social e o econômico, tendo caráter significativo e básico para a vida em sociedade (GÓIS, 1989 apud GONÇALVES E PORTUGAL, 2012).

Em relação ao conceito de comunidade, muitos autores se propõem a discuti-lo e a posicionar-se de distintas maneiras diante dele. Em acréscimo a Góis, podem-se considerar as reflexões densas propostas por Sawaia (in CAMPOS, 2017) sobre as muitas possíveis dimensões desse conceito e sua defesa à concepção de Nisbet (1974) como a mais completa:

‘Comunidade abrange todas as formas de relacionamento caracterizado por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral [...] e continuado no tempo. Ela encontra seu fundamento no homem visto em sua totalidade e não neste ou naquele papel que possa desempenhar na ordem social. Sua força psicológica deriva de uma motivação profunda e realiza-se na fusão das vontades individuais, o que seria impossível numa união que se fundasse na mera conveniência ou em elementos de racionalidade. A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição’(NISBET, 1974, p.48). O elemento que lhe dá vida e movimento é a dialética da individualidade e da coletividade. A relação face a face e o espaço geográfico não são fundamentais na configuração da comunidade, mas são sua base cotidiana de objetivação (SAWAIA in CAMPOS, 2017, P.41).

Tal conceito define a comunidade de forma ampla, considerando aspectos que estão para além do palpável e que são produzidos nas relações entre os sujeitos, num movimento de dialética entre o individual e o coletivo.

Outra questão bastante discutida em torno da psicologia comunitária se localiza exatamente em sua nomenclatura: Psicologia Comunitária, Psicologia da Comunidade, Psicologia na Comunidade ou Psicologia Social Comunitária.

Os vários termos possíveis não são apenas nomes distintos para uma mesma área, não são exatos sinônimos – embora assim se tenha considerado em seus usos ao longo do tempo - pois cada uma delas traz em si posturas diante da comunidade estâncias que estão para além

da distinção nominativa. Quintal de Freitas (in CAMPOS, 2017) em suas produções traz alguns apontamentos a fim de diferenciar esses nomes. Segundo ela, a “Psicologia na Comunidade” seria uma reação à crise relacionada aos modelos importados e elitistas, buscando vincular a psicologia à população mais pobre. A “Psicologia da Comunidade” (ou “de Comunidade”) se relacionaria às práticas em torno dos movimentos de saúde e saúde mental. Já o termo “Psicologia Social Comunitária”, adotado na América Latina nos anos 1970, a partir da psicologia social crítica, busca diferenciar-se da psicologia comunitária de cunho assistencial surgida nos Estados Unidos. Por fim, ela destaca o termo “Psicologia Comunitária” como o mais coerente com as práticas e objetivos que se têm disseminado na atualidade, pois inclui uma preocupação de possibilitar que a psicologia se volte para a população mais pobre, para o desenvolvimento humano e a mudança sociopolítica de uma realidade psicossocial caracterizada por relações de dominação e de exclusão social (GÓIS, 2008).

A psicologia comunitária, como uma área aplicada da psicologia social a partir de sua vertente crítica, tem como característica a não adoção de um modelo teórico próprio, fechado, mas permite-se o uso de qualquer teoria que explique o comportamento humano, construída mediante o conhecimento produzido a partir de determinadas práticas e em determinados contextos. No entanto, não se pode pensar que sua prática seja confusa ou aleatória, pois embora suas referências teóricas sejam provenientes de diversos modelos teóricos, estes só são adotados se convergem para áreas afins e tornam possível a compreensão de seu objeto de estudo: a comunidade. Dessa forma, muitos psicólogos comunitários escolhem, adaptam ou criam teorias a partir de áreas centradas nas práticas sociais, como educação, serviço social, medicina social ou outras áreas da própria psicologia, como a social, a educacional, a da saúde e a institucional (CRUZ, FREITAS E AMORETTI in SARRIERA E SAFORCADA, 2017; FERNANDES, 2000).

Um dos desafios enfrentados pela psicologia comunitária, assim como por outras áreas específicas e não-tradicionais da psicologia, centra-se na formação do profissional com vistas à atuação no espaço comunitário em conformidade com os reais pressupostos da área. Uma autora com ricas reflexões acerca da temática da formação do psicólogo comunitário é a Maria de Fátima Quintal de Freitas, a qual aborda vários aspectos e preocupações em torno dessa questão.

Segundo ela, na psicologia comunitária há o desafio de se articular a dimensão política na formação acadêmica e nas práticas profissionais, pois estas são indissociáveis. E destaca que a formação acadêmica, muitas vezes, privilegia o conhecimento técnico-científico,

centrando-se em concepções e práticas avaliativas e adaptacionistas, enquanto deixa de lado o fato de que o trabalho com políticas públicas exige o pensar a partir do lugar do outro, o colocar-se no lugar do outro, sensibilizando-se para questões pouco contempladas no meio acadêmico (CRUZ, FREITAS E AMORETTI in SARRIERA E SAFORCADA, 2017).

“Isso traz para o debate uma preocupação, cada vez mais presente nos últimos anos, quanto aos cursos de formação, no sentido de que se capacitam, científica e politicamente os futuros profissionais para que se desenvolvam intervenções comunitárias, tendo uma sensibilidade histórica para com a população e um compromisso com a transformação social. Apesar de haver, por parte de vários setores da sociedade civil, um crescente movimento na busca de profissionais comprometidos com a realidade concreta [...], a Psicologia, no seu processo de formação, ainda mantém paradigmas tradicionais e conserva visões individualizantes e psicologizantes a respeito dos condicionantes de tais fenômenos sociais. Infelizmente o conhecimento crítico e histórico, o compromisso político-social e a proximidade da Psicologia para com a realidade da maioria da população e de seus problemas concretos, não são diretamente proporcionais” (FREITAS in STELLA, 2014, P.70-71).

Freitas (2015), em suas produções, aponta a necessidade de se compreender três aspectos no decorrer do processo de formação do psicólogo comunitário, sendo eles: “os compromissos estabelecidos pelos agentes comunitários (internos e externos), os resultados produzidos pela intervenção comunitária, e os diferentes níveis de participação nas atividades realizadas” (p. 526). Segundo ela, para compreendê-los é preciso considerar seis necessidades que possibilitam a práxis e permitem a compreensão dos diversos processos psicossociais de participação e conscientização tanto da comunidade quanto dos profissionais.

As seis necessidades apontadas por ela são: a) a dimensão epistemológica; b) o enquadre teórico central; c) compreensão de alianças e projetos políticos existentes; d) a desnaturalização da vida cotidiana e concepção sobre o que é o fenômeno psicológico na dinâmica comunitária; e) compreender a dinâmica das relações na comunidade; f) construir recursos e ferramentas, colaborativas e participativas, de avaliação dos impactos das práticas em comunidade (FREITAS, 2015).

Assim, ela apresenta a formação em psicologia comunitária, como uma questão a ser colocada em reflexão, debate e revisão e que ocupa um lugar de centralidade para a atuação comunitária.

Também discutem a temática da formação em psicologia comunitária as autoras Helena Beatriz Kochenborger Scarparo e Neuza Maria de Fátima Guareschi. Elas verificam uma discrepância entre a necessidade de trabalho do psicólogo no âmbito das políticas sociais e o despreparo desse profissional para atuar enfrentando os desafios peculiares desse campo.

Agir nesse enfrentamento exige assumir o compromisso de compreender a importância das questões vindouras durante o processo de planejamento, gestão e avaliação das ações. Nesse sentido, elas defendem a urgência de que a formação favoreça não apenas o conhecimento, mas também a crítica das intenções das políticas sociais e a amplitude do espaço público, evitando que se multipliquem práticas elitistas e de difícil acesso àqueles aos quais deveria se garantir a igualdade de direitos (SCARPARO E GUARESCHI, 2007).

“Pensamos que o processo de formação precisa legitimar a necessidade de revisão e questionamento das práticas cotidianas no sentido de articular estratégias de ensino e processos emancipatórios” (SCARPARO E GUARESCHI, 2007, p.105). Com essa afirmação, elas defendem a necessidade de problematização e discussão em torno dos sentidos produzidos pela psicologia, dos papéis de que se apropria e das ideias que veicula, comprometendo-se com o processo de subjetivação contemporânea.

Defendem, ainda, que no decorrer do processo de formação profissional a aprendizagem deve se estruturar também na “prática, na vivência de experiências e no exercício da efetivação de projetos que articulem e transformem as perspectivas do mundo acadêmico e da população numa autêntica produção de saberes compartilhada” (SCARPARO E GUARESCHI, 2007, p.106).

Nesse mesmo viés, em suas produções, Scarparo (2005) traz alguns registros da construção do campo da psicologia comunitária enquanto um saber-agir em algumas regiões do país e problematiza ações de formação a partir do espaço acadêmico, apontando a importância de experiências práticas para a aprendizagem em psicologia comunitária. Dentre essas experiências, reflete sobre os prós e contras das atividades de estágio e aponta a necessidade de compromisso afetivo por parte dos estagiários com a comunidade. Ela disserta também sobre a instituição de outros espaços acadêmicos para a psicologia comunitária, como grupos de pesquisa, projetos de extensão a partir da prestação de serviços na comunidade e centros de estudo, apontando para o fato de que a estruturação desses espaços possui um caráter transformador para a universidade. Ela relata que:

Os trabalhos extramuros acadêmicos que priorizavam o contato com o cotidiano das populações denotaram a intencionalidade de estabelecer práticas que diluíssem o caráter elitista da Psicologia e, ao mesmo tempo, pudessem compor novos conhecimentos na área que a desatrelasse de concepções e práticas produtoras de exclusão social. (SCARPARO, 2005, p.233).

Scarparo e Guareschi (2007) fazem menção às diretrizes curriculares para o ensino superior, ressaltando que nas orientações para o curso de psicologia espera-se que a formação do psicólogo contemple a habilidade em lidar com a diversidade de contextos de atuação, direcionando os graduandos para uma formação generalista, com perspectivas interdisciplinares e preparando-os para que considerem e enfrentem criativamente as especificidades das demandas da população com a qual trabalharão.

Essas orientações estão expostas na resolução nº 5, de 15 de março de 2011, que institui as diretrizes curriculares para o curso de Psicologia no Brasil. Diante delas, as autoras defendem que “é preciso, então, compreender a formação como um processo generalista de educação permanente que supõe um sujeito criador que redesenhe ciência e profissão na práxis” (p.106). Elas reconhecem que essa tarefa não é simples nem fácil, mas que exige o abandono do conforto adquirido pela adoção de modelos convenientes de produção do conhecimento e de atuação como profissional, transformando práticas unidisciplinares e construindo relações interdisciplinares (SCARPARO E GUARESCHI, 2007).

Enfim, a formação do psicólogo, para Scarparo e Guareschi (2007), precisa ter como prioridade a abertura de espaços para a criação de vínculos, de valorização de projetos coletivos, considerando o conhecimento como instrumento emancipatório e objeto de análise e produção para o pensamento, problematizando a manutenção de hegemonias, reformulando ideias e ressignificando a prática.

Todos os autores até aqui citados – Martín-Baró, Góis, Freitas, Scarparo e Guareschi – convergem no sentido de atribuir à psicologia (comunitária) a importância de prezar por um posicionamento crítico frente à sua própria atuação e assumir o compromisso social de contribuir para a conscientização e emancipação de sujeitos oriundos das camadas populares da sociedade, possibilitando que conquistem autonomia para transformar/mudar sua realidade social.

4 REFERENCIAL METODOLÓGICO DE ANÁLISE: ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E AS RELAÇÕES DE PODER E IDEOLOGIA

A partir dos caminhos já percorridos pelo presente trabalho, é possível afirmar que a psicologia comunitária traz em seu contexto histórico o desejo de consolidar suas práticas e possibilidades teóricas a partir de um posicionamento crítico frente à realidade social, assumindo o compromisso de ser agente estimulador da conscientização dos indivíduos sobre si e sobre seu contexto, a fim de se reconhecerem enquanto sujeitos sociais capazes de transformar sua realidade e agir frente aos sistemas hegemônicos postulados pelas classes dominantes.

Considerando tal caracterização do campo em estudo, este trabalho elege como referencial metodológico para analisar os dados coletados a Análise de Discurso Crítica (ADC), sob a ótica de Norman Fairclough. A partir desse referencial, serão discutidas as concepções que os graduandos de psicologia constroem sobre as relações de poder e a ideologia.

A Análise de Discurso Crítica é uma abordagem teórico-metodológica (transdisciplinar e multidisciplinar) para o estudo da linguagem – o discurso – enquanto elemento da prática social, como um meio favorável para as mudanças sociais. A ADC se consolidou no início da década de 1990 e seu maior expoente é o linguista britânico Norman Fairclough (RAMALHO, 2005; RESENDE E RAMALHO, 2019).

Fairclough aponta como bases teóricas de sua abordagem três importantes influências: 1) o Marxismo Ocidental, 2) Michel Foucault e 3) Mikhail Bakhtin (TILIO, 2010; RAMALHO, 2005). Do Marxismo ele extrai o caráter crítico da ADC, ao dar ênfase aos aspectos culturais da vida social, considerando que as relações de dominação e exploração se constroem e perpetuam através da cultura e da ideologia. De Foucault ele absorve a concepção de discurso como um sistema de conhecimento que exerce controle social por meio do domínio do saber e do exercício do poder. Já em Bakhtin, ele busca a visão de que a linguagem é sempre usada de maneira ideológica (TILIO, 2010).

Nessa abordagem, Fairclough (2016), ao usar o termo “discurso”, propõe que a linguagem seja usada, não de forma restrita a uma atividade individual, mas sim como uma forma de prática social – entendendo-se “prática social” como modo de ação sobre o mundo e

a sociedade –. Isso implica compreender que o discurso se apresenta como um modo de ação historicamente situado, sendo constituído socialmente e também constituindo identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Desse modo se estabelece “a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social, mas também é constitutivo da estrutura social” (RESENDE E RAMALHO, 2019, p.26-27).

A Teoria Social do Discurso – abordagem da ADC desenvolvida por Fairclough – considera o discurso sob a ótica de três dimensões analisáveis, sendo elas o texto, a *prática discursiva* e a *prática social*. Em seu livro, Discurso e mudança social, ele propõe algumas categorias analíticas para cada dimensão da Análise do Discurso, conforme se apresentam no Quadro 5 abaixo:

Quadro 5: Categorias analíticas do modelo tridimensional (RESENDE E RAMALHO, 2019, p.29)

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário Gramática Coesão Estrutura textual	Produção Distribuição Consumo Contexto Força Coerência Intertextualidade	<i>Ideologia</i> : sentidos, pressuposições, metáforas <i>Hegemonia</i> : orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas.

Segundo Ramalho (2005), na dimensão textual “o texto internaliza traços das práticas discursiva e social e, por meio da análise linguística de quatro categorias principais – vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual –, identificam-se e interpretam-se relações sociais e possíveis estruturas ideológicas no discurso” (p.129).

Para Tílio (2010), a ADC aborda a desigualdade social e as maneiras como os textos são usados para denotar poder e ideologia. Ele afirma que o objetivo da abordagem extrapola a análise dos textos, não se limitando a meramente investigar as relações de poder, mas tem a finalidade de encontrar formas de “retrabalhar” a desigualdade, modificando a distribuição desigual dos bens – culturais, econômicos e políticos – na sociedade. Ao entender as relações de poder e ideologia, “a análise pode ‘descrever e explicar como o abuso de poder é incorporado, reproduzido e legitimado pelo texto e pelo discurso de grupos e instituições dominantes’ ao representar atores sociais de maneiras específicas no discurso” (p.87).

A ADC pode ser compreendida como uma perspectiva de análise que vincula a análise do texto aos contextos sociais e às interações, explicitando como a língua se insere e participa dos processos sociais (Tílio, 2010). Nesta abordagem, a preocupação se volta para a natureza

coletiva do discurso, se inquietando menos com o que o indivíduo fala num determinado momento e preocupando-se mais com a forma como o discurso trabalha com os recursos sociais e culturais humanos (NOGUEIRA, 2008).

Como o foco desta abordagem reside nas questões de poder, a perspectiva macro está especialmente interessada em analisar várias formas de desigualdades sociais, tais como o gênero, a raça e a etnicidade, deficiência ou doença mental, com a perspectiva de transformar a pesquisa e as práticas (NOGUEIRA, 2008, p.241).

Nogueira (2008) aponta a ênfase da ADC nas ações que aparecem na prática através do discurso, e indica como exemplos o controle social, a dominação, o abuso de poder, as desigualdades e as exclusões sociais.

Para Fairclough, o caráter crítico da análise está centrado no objetivo dessa abordagem mostrar modos não-óbvios por meios dos quais a língua submerge em relações de poder, dominação e ideologias. Ainda segundo Tilio (2010),

“a linguagem está sempre presente em tais relações, mas nem sempre a intenção no seu uso é óbvia; o papel da Análise Crítica do Discurso é o de tornar visível o não-óbvio, revelando questões de poder e ideologias em análises textuais – multimodais – em contextos reais de uso da linguagem” (p.88).

Nas obras *Linguagem e poder* (1989) e *Discurso e mudança social* (2016[1992]), Fairclough defende uma concepção de discurso atrelada às noções de poder e ideologia, as quais perpassam pelo conceito de hegemonia (RESENDE E RAMALHO, 2019).

A hegemonia pode ser entendida a partir da necessidade contínua de renovação, recriação e sustentação. Para que um grupo perdue em posição hegemônica, precisa alcançar uma liderança moral, política e intelectual na sociedade, difundindo uma visão de mundo própria para o meio social como um todo, equiparando os interesses de um determinado grupo dominante com o da sociedade em geral. Quem difunde essa ideologia é a sociedade civil, em meio a qual as classes dominantes buscam conquistar aliados para garantir a manutenção de sua dominação – ou direção – hegemônica (RAMALHO, 2005; RESENDE E RAMALHO, 2019).

Dentre as distintas formas de instituir e manter a hegemonia apresenta-se a ideologia, como uma maneira de afirmar a concordância através de lutas de poder instauradas no plano do discurso. O conceito atribuído à ideologia pode ser visto de maneira positiva ou negativa de acordo com a abordagem adotada. Para o posicionamento crítico da ADC, seu conceito é negativo, pois considera a ideologia como naturalmente hegemônica, a serviço do estabelecimento e sustentação de relações de dominação, reproduzindo uma ordem social que

beneficia apenas pequenos grupos dominantes e as relações assimétricas de poder (RAMALHO, 2005).

A partir dessas colocações, Ramalho (2005) sugere dois motivos centrais para a ADC enquadrar *poder* em termos de hegemonia. O primeiro se refere à possibilidade de mudança, considerando que a hegemonia se mantém num contínuo processo de formação e instabilidade. O segundo se refere à visualização do discurso como um meio de luta para obter a concordância social – o consenso. Tal concepção acerca do *poder* se apoia no princípio de que o mundo é “um complexo de processos em articulação e modificação ininterruptas” (p.285) e novas articulações a partir de ações dos sujeitos podem restabelecer ou destituir o poder hegemônico em vigor.

Chouliaraki & Fairclough (1999 apud Tilio, 2010) apreendem a ADC como uma união entre teoria e método, na qual o método de análise tem por base uma teorização própria que fornece dados para a análise proposta. Concomitantemente, essas análises também possibilitam que suas teorias sejam revisadas e reelaboradas. “Nessa retroalimentação constante, teoria e método se complementam e se tornam inseparáveis” (p. 94).

No que se refere à atividade de análise propriamente, sob a perspectiva da ADC, Tilio (2010) traz considerações importantes ao tratar da opção, dos autores dessa abordagem, por não elegerem um modelo padronizado, fechado, para direcioná-las. Ele observa que

Devido a esse caráter dinâmico entre teoria e método, os autores discordam da necessidade de implementação de um modelo rígido de análise. Sabendo reconhecer suas vantagens, reconhecem também que tal rigidez comprometeria o caráter da Análise Crítica do Discurso. Entretanto, se não propusessem diretrizes de análise, estariam apenas discutindo teorias, o que também foge ao caráter da Análise Crítica do Discurso. Para resolver tal impasse, propõem um modelo analítico, adaptado de Bhaskar (1986), que incorpora as necessidades reconhecidas pela Análise Crítica do Discurso, mas não precisa ser seguido como um método (p.94).

Assim, no lugar de buscar categorias, o analista precisa compreender de que modo as questões do modelo se apresentam no discurso que será analisado, fazendo as adaptações que se apresentarem como necessárias. No trabalho de Tilio (2010), ele apresenta um quadro com esse modelo analítico proposto para a ADC, o qual indica as etapas e sub-etapas que o analista deve seguir esquematicamente (quadro 6). Seguindo esse modelo, a análise não pode se restringir à linguagem, mas deve estar em consonância com o objetivo crítico de produzir conhecimentos que direcionem a mudanças sociais, elegendo como ponto de partida um problema social.

Quadro 6: Um modelo analítico para a Análise Crítica do Discurso
(CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001apud TILIO, 2010)

- 1) Foco em um problema social dentro de perspectiva semiótica;
- 2) Identificação de obstáculos sociais para o problema em questão:
 - 2.1) Análise das práticas sociais e discursivas em que o problema está inserido;
 - 2.2) Análise semiótica da relação do problema com os demais elementos dentro das práticas em questão;
 - 2.3) Análise semiótica do discurso:
 - 2.3.1) Análise estrutural das ordens do discurso;
 - 2.3.2) Análise interacional entre texto e leitor:
 - 2.3.2.1) Análise interdiscursiva;
 - 2.3.2.2) Análise lingüística e semiótica;
- 3) Avaliação dos interesses da ordem social em não resolver o problema;
- 4) Propostas de possibilidades de mudanças para que os obstáculos identificados em 2 sejam superados;
- 5) Reflexão crítica sobre a análise.

Para Fairclough (2016),

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (p.95)

Assim, a abordagem da Análise de Discurso Crítica se apresenta como um referencial metodológico de análise consistente e coerente com as discussões propostas pelas ações práticas do presente trabalho, compartilhando do comprometimento pela busca por mudanças sociais da psicologia comunitária e possibilitando analisar as concepções de poder e ideologia dos graduandos, que estão no centro do objetivo desta pesquisa.

5 METODOLOGIA

Com base nos objetivos, o presente trabalho se desenvolveu em três etapas específicas: a) análise de currículos, b) acompanhamento de um grupo de estágio e c) entrevista a graduandos de psicologia. Cada etapa será descrita a seguir.

5.1 ANÁLISE DOS CURRÍCULOS

Como forma de averiguar de que modo a psicologia comunitária tem aparecido nos currículos das universidades brasileiras, nessa primeira etapa foi realizada uma pesquisa documental, na qual foram verificadas as matrizes curriculares dos cursos de graduação em psicologia ofertados por instituições de ensino superior brasileiras com nota 5 no último ENADE, observando se contemplam disciplinas relacionadas à psicologia comunitária, em qual modalidade (obrigatória ou optativa) e período do curso. Nessa tarefa, foram acessados o portal E-MEC e, em seguida, os sites dos cursos universitários enquadrados nos critérios de seleção.

5.2 ACOMPANHAMENTO DE GRUPO DE ESTÁGIO

A segunda etapa deste trabalho caracterizou-se como uma atividade de pesquisa qualitativa do tipo participante (DEMO, 2008), a qual consistiu no acompanhamento das atividades de estágio em Psicologia Social com foco Comunitário realizadas por um grupo de 8 alunos de graduação em Psicologia, de uma universidade privada, ao longo de um semestre. Suas ações práticas abrangiam o desenvolvimento de atividades em um colégio de ensino médio da rede pública estadual, localizado no município de Macaé, no estado do Rio de Janeiro, e encontros semanais para reunião de supervisão na universidade, junto à professora responsável pelo programa de estágio.

Uma vez que essa pesquisa é participante, a atuação da pesquisadora se deu por meio da participação nas rodas de conversa desenvolvidas e apoio em alguns atendimentos

individuais realizados no colégio, além da participação nas supervisões e nas discussões levantadas em torno de textos lidos e das ações na escola.

Os dados foram produzidos mediante a aplicação de questionários aos estagiários e o registro escrito de conversas informais com eles em abordagens individuais e coletivas durante o desenvolvimento das atividades do estágio na escola e nas supervisões. Todos os estagiários assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

A análise desses dados foi feita sob a perspectiva da análise de discurso crítica (ADC) de Norman Fairclough e posteriormente discutidos. Com base nesse referencial, os conceitos a serem observados serão o de relação de poder e o de ideologia.

5.2.1 O espaço comunitário da pesquisa

O espaço comunitário no qual as atividades foram observadas trata-se de um colégio estadual, criado em 1961, localizado em um bairro na periferia da zona urbana do município de Macaé, no estado do Rio de Janeiro. Ele funciona em dois turnos, matutino e noturno, e recebe alunos de comunidades diversas do município.

O colégio conta com 49 funcionários compondo seu fluxograma, dentre os quais estão professores, gestores administrativos e pedagógicos, bem como auxiliares de apoio.

A infraestrutura do colégio apresenta as seguintes dependências: biblioteca/sala de leitura, cozinha e refeitório, laboratório de informática (19 computadores com acesso à internet), quadra de esportes, sanitários feminino e masculino independentes, sanitário para os funcionários, 11 salas de aula, salas para a direção e para os professores, auditório, secretaria e amplo pátio (com área coberta e área descoberta). Todas as dependências se distribuem em dois andares e o acesso ao 2º acontece por meio de escada. Embora receba alunos especiais, na escola não há sala para atendimento diferenciado de apoio a eles, nem contempla em sua infraestrutura a preocupação com a acessibilidade destes, tendo seu prédio ainda as características físicas de sua criação há mais de 50 anos.

A escola possui uma rede de saneamento básico organizada, com abastecimento de água e energia, bem como descarte de esgoto e coleta de lixo periódica. Ela disponibiliza água filtrada para consumo dos alunos, bem como fornece alimentação diária para os mesmos.

A instituição atende 471 alunos, dos quais 339 estão matriculados em turmas de ensino médio regular (nos três anos) e 132 nas turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos), segundo dados do último censo escolar, realizado em 2018. Dentro deste quantitativo aparecem 4 alunos com deficiência.

Os alunos matriculados no ensino médio regular dividem-se da seguinte maneira: 175 cursam o 1º ano, 89 cursam o 2º ano e 75 estão no 3º ano. Através da observação dessa divisão dos alunos por ano de escolaridade é possível perceber um “efeito funil” ao longo do ensino médio, o qual apresenta uma clara redução no número de alunos que entram nessa escola no ensino médio até chegarem à conclusão dessa etapa de ensino. Tal observação será analisada de forma mais detalhada à frente.

Ainda segundo informações do último censo, a escola apresenta altos índices de distorção idade-série, considerando o atraso escolar em dois anos ou mais. Dentre os alunos que cursam o 1º ano a distorção é de 77%, no 2º ano é de 84% e no 3º ano a distorção é reduzida para 51%. Essa redução pode estar relacionada à migração dos alunos que completam 18 anos das turmas do ensino regular para as turmas de EJA, as quais não são consideradas na análise desse índice.

5.2.2 O perfil do grupo comunitário participante

Ao longo do acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo grupo de estágio na escola durante o turno matutino, foi possível a aproximação e momentos de conversa com a direção. Chama a atenção a quantidade de turmas de cada ano de escolaridade, havendo no 1º ano o dobro de turmas que no 2º e 3º anos, o que é reflexo da redução progressiva na quantidade de alunos.

A direção e equipe gestora se mostram cientes em relação a esse movimento decrescente nos anos de escolaridade do ensino regular e apresentam possíveis “motivos” para esse fato.

O primeiro motivo seria a evasão escolar, justificada inicialmente pela questão do desenraizamento comunitário. A maioria dos alunos atendidos pela escola são oriundos de comunidades distintas e distantes do bairro da escola (os alunos são alocados nas unidades escolares estaduais, no Rio de Janeiro, através de pré-matrícula em um site adotado pela secretaria estadual de educação), esbarrando nas limitações do deslocamento diário casa-escola, além de questões sociais, como disputas entre facções diferentes dominantes em cada bairro.

Ambos os fatos já seriam suficientes para compreender esse fluxo decrescente no número de alunos, no entanto o conceito de desenraizamento no contexto escolar trazido por Simone Weil (apud QUEIROZ E SANTOS, 2018) pode ampliar as observações, principalmente considerando o esvaziamento do sentido do conhecimento formal ofertado

pela escola ao dissociá-lo do mundo e da vida dos alunos, desconsiderando as variações devido à territorialidade.

Nessa escola visualiza-se claramente um desenraizamento físico, territorial e comunitário. O qual se apresenta nas falas dos próprios alunos ao descreverem seu cotidiano.

5.2.3 O perfil do grupo atuante no espaço comunitário

O presente trabalho é fruto do acompanhamento das atividades realizadas por um grupo de estágio de Psicologia Social de uma universidade privada no município de Macaé.

O grupo é composto por 8 alunos (dois homens e seis mulheres) que frequentam os períodos finais do curso de Psicologia e uma professora-supervisora responsável pelo programa de estágio curricular em Psicologia Social.

O objetivo desse estágio é desenvolver atividades em espaços comunitários sob a ótica da Psicologia Social, para que os graduandos possam experienciar situações em espaços grupais fomentando e direcionando discussões e ofertando sua escuta, sendo essa uma oportunidade para lapidar seu olhar diante da prática no espaço comunitário.

O espaço parceiro escolhido pela professora-supervisora do estágio para a realização das atividades do grupo foi o colégio apresentado no tópico anterior, da rede estadual de ensino de Macaé.

O grupo possui encontros fixos semanais na universidade, com duração de duas horas, para a discussão de textos, compartilhamento das experiências práticas na escola e supervisão com a professora. As atividades práticas do estágio são realizadas no colégio estadual, duas vezes por semana, no período matutino, e o grupo se organiza em duplas, com horários distintos, para coordená-las.

Inicialmente a proposta era que ocupassem os horários de aulas vagas das turmas para organizar rodas de conversa com os alunos, partindo de assuntos de prévio interesse destes, e já levando atividades planejadas e aprovadas pela professora-supervisora. Nesta proposta não foi visualizada muita adesão por parte dos alunos do colégio, pois muitos preferiam ir embora ou ficar andando pelo pátio enquanto as rodas aconteciam em sala.

Diante dessa falha, a professora-supervisora do estágio propôs ao grupo uma mudança de estratégia, na verdade uma ampliação. O grupo passou a não se restringir às rodas, realizando-as apenas quando oportuno, mas passando a principalmente observar o contexto externo às salas de aula, as organizações e comportamentos dos alunos e de seus grupos pelo pátio, durante o horário do recreio e nas horas vagas, se aproximando deles e até mesmo abordando-os quando preciso.

Outra atividade desenvolvida a pedido da direção escolar e de muitos alunos foi o acolhimento psicológico individual a alguns alunos que sentiam necessidade de uma conversa direcionada com um psicólogo. Como não havia espaço específico para esses atendimentos/acolhimentos, a diretora disponibilizava sua própria sala ou eram utilizados espaços mais discretos pelo próprio pátio. No entanto, ao iniciar a realização dos acolhimentos individuais, os estagiários começaram a transpor seu foco de observação e ação do nível social para o individual.

5.3 ENTREVISTA A GRADUANDOS DE PSICOLOGIA

A terceira e última etapa desta pesquisa, também de cunho qualitativo, consistiu na realização de entrevistas no formato semiestruturado a estudantes de graduação em psicologia de uma universidade pública localizada no município de Campos dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro, com o intuito de investigar as principais contribuições de experiências práticas deste campo para a formação do psicólogo, bem como suas concepções acerca das relações de poder e ideologia.

Foram entrevistados catorze graduandos, dos quais onze eram do sexo feminino e três do sexo masculino. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas no espaço da própria universidade em que os entrevistados estudam, com prévia autorização da coordenação do curso, nos meses de dezembro de 2019 e março de 2020. Todos os alunos receberam e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Eles foram divididos em três grupos, considerando em sua formação acadêmica se já haviam cumprido a disciplina teórica Psicologia e Comunidade – a qual lhes apresenta os paradigmas da psicologia comunitária na grade obrigatória do curso -, se possuíam alguma experiência prática em psicologia comunitária e se já participaram de algum grupo de pesquisa sob o enfoque da psicologia comunitária na universidade.

É importante considerar que na grade curricular do curso de psicologia dessa instituição é ofertada em formato obrigatório a disciplina Psicologia e Comunidade, no 5º período, a qual prevê em sua ementa discutir o paradigma da psicologia comunitária de forma teórica. Há também a oferta de um grupo de estudos e intervenção que possibilita aos alunos terem experiências práticas, sob a perspectiva da psicologia comunitária, em uma comunidade remanescente de quilombola, no interior do estado do Rio de Janeiro. A participação nesse

grupo é voluntária e sua organização contempla encontros para estudo teórico e discussões sobre as práticas, visitas à comunidade para conversas com os moradores, realização de atividades diversificadas com os jovens da comunidade no espaço da universidade e da cidade, produções escritas e participação em eventos acadêmicos sobre a temática. A partir da orientação de uma psicologia da libertação, de Martín-Baró e de outros autores da psicologia social crítica, os graduandos buscam construir relações com a comunidade no intuito de potencializar a recuperação da memória histórica dessa população remanescente de quilombo no Noroeste Fluminense, que demonstra em seu histórico uma realidade escravista. Nessa região, há, desde o final do século XVIII, uma significativa existência da lavoura da cana de açúcar, fornecendo até hoje trabalho para muitos moradores das comunidades rurais. A maioria dos escravos que chegavam de Angola vinha para trabalhar nos engenhos de açúcar dessa região. Nessa paisagem histórica encontram-se essas comunidades quilombolas, símbolos da resistência de ex-escravizados de origem africana que conseguiam fugir dos engenhos e buscavam refúgio nesses quilombos (MENEZES, 2011). Muitas dessas comunidades almejam preservar suas memórias de um histórico de lutas contra mecanismos de opressão. Acrescenta-se a esse cenário, as ameaças vividas nessa região por aqueles que pertencem às religiões de matriz-africana, pois além de revelarem as tensões da história escravocrata brasileira, tornam-se analisadores para o entendimento psicossocial do país hoje.

As informações coletadas foram analisadas sob dois focos específicos. O primeiro foco de análise se estruturou a partir do referencial teórico adotado nesta pesquisa, a Análise de Discurso Crítica de Norman Fairclough. Analisando os discursos dos entrevistados foi possível observar suas concepções em relação à psicologia comunitária, suas experiências – teóricas e práticas – com esse paradigma, a postura que defendem em relação a ela e a importância que veem dessa área para a formação do psicólogo, apontando-as em três tópicos distintos. O outro foco de análise das colocações dos graduandos nas entrevistas realizadas centrou-se nas referências às suas concepções de ideologia e poder, examinando-as a partir dos pressupostos de Ignacio Martín-Baró.

5.3.1 Apresentação do perfil dos grupos e relação dos entrevistados com a Psicologia Comunitária

Os catorze graduandos entrevistados foram distribuídos em três grupos distintos, considerando principalmente o contato que tiveram com a psicologia comunitária ao longo de sua formação acadêmica.

O grupo I é composto por quatro graduandas, as quais não tiveram nenhum contato explícito com a psicologia comunitária ao longo da graduação, nem teórico nem prático, pois não cursaram ainda a disciplina obrigatória e não tiveram nenhuma experiência prática ou envolvimento em grupos de pesquisa. Todas são do sexo feminino, solteiras, três autodeclaradas brancas e uma caucasiana, com idades entre 19 e 25 anos. Três delas concluíram o 4º período da graduação e estão iniciando o 5º período no primeiro semestre de 2020. A quinta se caracteriza como “desperiodizada”, por ter trancado a faculdade durante um tempo e cursar disciplinas de períodos diferentes, mas sua turma de origem é a que concluiu o 8º período no segundo semestre de 2019. A média de palavras verificadas nas entrevistas desse grupo ficou em torno de 1.717 palavras.

O grupo II é composto por quatro graduandos, os quais tiveram contato com a psicologia comunitária apenas de forma teórica, através da disciplina obrigatória denominada Psicologia e Comunidade, a qual é ofertada no 5º período do curso em que estudam e que desenvolve sua ementa em torno dos paradigmas da psicologia comunitária. Este grupo relatou não ter vivenciado nenhuma experiência prática no campo comunitário. Dentre os graduandos alocados neste grupo, três são do sexo feminino e apenas um do sexo masculino, três solteiros e uma em união estável, uma autodeclarada negra e três autodeclarados brancos, com idades entre 22 e 29 anos. Em relação ao período de formação em que se encontram, duas estavam concluindo o 8º período, uma o 7º e outra o 5º quando foi feita a entrevista. A média de palavras verificadas nas entrevistas desse grupo ficou em torno de 1.545 palavras.

No grupo III estão alocados seis graduandos, os quais já cursaram a disciplina obrigatória Psicologia e Comunidade, prevista na matriz curricular de seu curso, relataram já ter tido alguma experiência prática relacionada à psicologia comunitária durante sua formação e todos participam de um grupo de estudos e intervenção que lhes possibilita terem experiências práticas, sob a perspectiva da psicologia comunitária, em uma comunidade remanescente de quilombo, no interior do estado do Rio de Janeiro. Neste grupo III, dois alunos são do sexo masculino e quatro do sexo feminino, todos se autodeclararam brancos, são solteiros e suas idades estão compreendidas entre 20 e 26 anos. Em relação ao período de formação, uma estava concluindo o 5º período, dois o 7º e três estavam terminando o 8º na ocasião da entrevista. A média de palavras verificadas nas entrevistas desse grupo ficou em torno de 3.450 palavras, número maior que o apresentado nas médias dos demais grupos, o que pode ser atribuído ao fato de terem tido mais experiências ao longo da graduação a serem relatadas em torno da temática da psicologia comunitária.

A divisão dos grupos, segundo o critério de contato e experiências com a psicologia comunitária, pode ser observada de forma sintética no Quadro 7.

Quadro 7: Divisão dos grupos por critérios

GRUPOS	TEORIA (DISCIPLINA OBRIGATÓRIA)	EXPERIÊNCIA PRÁTICA (GRUPO DE ESTUDOS E INTERVENÇÃO)
I		
II	X	
III	X	X

A alocação dos entrevistados nos grupos também está sintetizada, dessa vez no Quadro 8.

Quadro 8: Alocação dos entrevistados nos grupos

GRUPOS	NOMES FICTÍCIOS	IDADE	SEXO	PERÍODO DA GRADUAÇÃO	ESTADO CIVIL	ETNIA
I	1 A	25	F	“Desperiodizada” (natural do 8º)	Solteira	Branca
	1 B	19	F	*5º	Solteira	Caucasiana
	1 C	19	F	*5º	Solteira	Branca
	1 D	22	F	*5º	Solteira	Branca
II	2 A	22	F	8º	Solteira	Branca
	2 B	23	M	7º	Solteiro	Branco
	2 C	22	F	8º	Solteira	Branca
	2 D	29	F	5º	União Estável	Negra
III	3 A	23	F	7º	Solteira	Branca
	3 B	20	F	8º	Solteira	Branca
	3 C	22	M	8º	Solteiro	Branco
	3 D	22	M	7º	Solteiro	Branco
	3 E	21	F	8º	Solteira	Branca
	3 F	26	F	5º	Solteira	Branca

* As alunas assinaladas foram entrevistadas no mês de março de 2020, antes do início das aulas do semestre letivo, e portanto, embora tenham declarado estar no 5º período, ainda não haviam tido contato efetivo com a disciplina obrigatória ofertada nesse período, Psicologia e Comunidade, a qual trabalha com o paradigma da psicologia comunitária.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo está dividido em 3 partes, apresentando os resultados obtidos em cada uma das três etapas desta pesquisa e suas respectivas análises discutidas. A primeira parte apresenta os resultados da análise dos currículos dos cursos de psicologia bem avaliados no último ENADE. A segunda parte apresenta a análise dos dados coletados na etapa de acompanhamento das atividades realizadas pelo grupo de estágio sob a perspectiva comunitária. Já a terceira e última parte apresenta e discute as informações coletadas por meio das entrevistas realizadas com os graduandos em psicologia, subdividindo-se em dois focos de análise dos dados: o primeiro foco analisa as concepções dos entrevistados em torno da psicologia comunitária, sua postura diante dela e a importância dessa abordagem para sua formação; o segundo foco analisa as concepções de ideologia e poder dentro do discurso dos graduandos.

6.1 RESULTADOS DA ANÁLISE DE CURRÍCULOS

A adoção de uma nova postura profissional também exige mudanças e atenção especial na formação dos novos profissionais com vistas a sua preparação para adequada atuação. Em relação à área da psicologia, o principal espaço de formação é a universidade, no entanto, nem todas as instituições educacionais oferecem aos estudantes espaços de formação variados ou possibilitam que estes tenham contato com áreas distintas às consideradas tradicionais – clínica, educação e trabalho.

Devido à liberdade que as universidades possuem na construção de suas matrizes curriculares, a estrutura do curso em cada instituição pode variar bastante e essa característica resulta em profissionais com formações e experiências distintas.

No Brasil há atualmente, segundo informações disponíveis no site oficial do MEC, 998 cursos de Psicologia oficializados, dos quais 887 estavam ativos em dezembro de 2018.

Dentre os 887 cursos de Psicologia em atividade no Brasil, apenas 25 obtiveram nota 5 no último ENADE realizado e estão alocados em 21 instituições de ensino superior, conforme informado no Quadro 9. Essa diferença nos números se dá pelo fato de que há

universidades que ofertam o mesmo curso em diferentes campi. Dos 25 cursos, 22 são de bacharelado e apenas 3 de licenciatura.

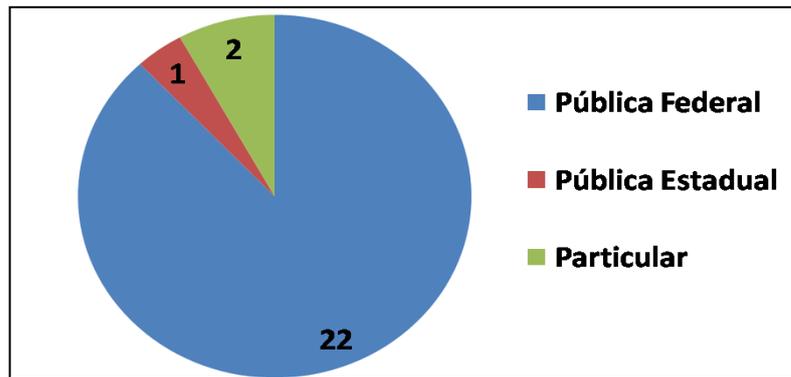
Quadro 9: Informações sobre os cursos de Psicologia com nota 5 no ENADE

N ^o	INSTITUIÇÃO	ESTADO/REGIÃO	MUNICÍPIO	ANO INICIAL	NATUREZA	MODALIDADE
1	UNB	DF (Centro-Oeste)	Brasília	1963	Federal	Bacharelado
2	UNB	DF (Centro-Oeste)	Brasília	1963	Federal	Licenciatura
3	UFSCAR	SP (Sudeste)	São Carlos	1994	Federal	Bacharelado
4	UFU	MG (Sudeste)	Uberlândia	1976	Federal	Bacharelado
5	UFSJ	MG (Sudeste)	São João del Rei	1973	Federal	Bacharelado
6	UFMA	MA (Nordeste)	São Luiz	1991	Federal	Bacharelado
7	UFRN	RN (Nordeste)	Natal	1977	Federal	Bacharelado
8	UFF	RJ (Sudeste)	Volta Redonda	2011	Federal	Bacharelado
9	UFMG	MG (Sudeste)	Belo Horizonte	1963	Federal	Bacharelado
10	UFMG	MG (Sudeste)	Belo Horizonte	1963	Federal	Licenciatura
11	UFJF	MG (Sudeste)	Juiz de Fora	1992	Federal	Bacharelado
12	UFBA	BA (Nordeste)	Salvador	1968	Federal	Bacharelado
13	UFBA	BA (Nordeste)	Vitória da Conquista	2010	Federal	Bacharelado
14	UFRGS	RS (Sul)	Porto Alegre	1972	Federal	Bacharelado
15	UFRGS	RS (Sul)	Porto Alegre	1972	Federal	Licenciatura
16	UFSM	RS (Sul)	Santa Maria	1997	Federal	Bacharelado
17	UFC	CE (Nordeste)	Fortaleza	1974	Federal	Bacharelado
18	UFG	GO (Centro-Oeste)	Goiânia	2006	Federal	Bacharelado
19	UFTM	MG (Sudeste)	Uberaba	2008	Federal	Bacharelado
20	UFCSPA	RS (Sul)	Porto Alegre	2008	Federal	Bacharelado
21	UNICENTRO	PR (Sul)	Irati	2003	Estadual	Bacharelado
22	CESUSC	SC (Sul)	Florianópolis	2006	Privada	Bacharelado
23	FAT	BA (Nordeste)	Feira de Santana	2010	Privada	Bacharelado
24	UNIVASF	PE (Nordeste)	Petrolina	2004	Federal	Bacharelado
25	UFRB	BA (Nordeste)	Santo Antônio de Jesus	2006	Federal	Bacharelado

Na sequência, os gráficos expressam algumas observações levantadas sobre as matrizes curriculares e a estrutura dos cursos analisados.

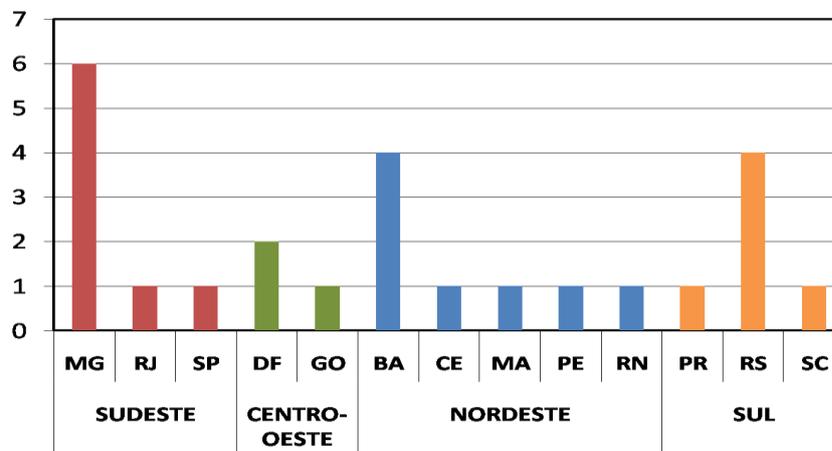
Segundo o gráfico 1, que aponta a natureza da instituição, a maioria dos cursos de Psicologia com nota 5 pelo último ENADE estão em universidades públicas, federais (22) e estadual (1), havendo apenas dois cursos em instituições privadas.

Gráfico 1. Natureza da instituição



No gráfico 2, é possível visualizar os estados e regiões geográficas brasileiras em que se encontram tais cursos.

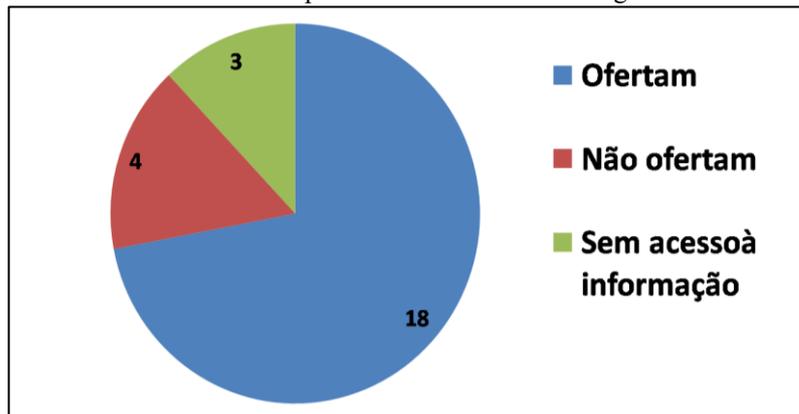
Gráfico 2. Quantidade de cursos com nota 5 no ENADE alocados por região geográfica do Brasil



A partir do gráfico 2, se observa que nas regiões Nordeste e Sudeste estão localizados igualmente 8 cursos em cada. Já na região Norte não aparece nenhum curso. Em relação especificamente aos estados, Minas Gerais se destaca com 6 cursos de Psicologia com avaliação 5, seguido pelos estados da Bahia e Rio Grande do Sul com 4 cursos em cada. Os demais estados presentes no gráfico variam entre um e dois cursos em cada.

Em relação à oferta de disciplinas relacionadas à Psicologia Comunitária, foram consideradas as disciplinas que continham em seus nomes as seguintes palavras-chave: Psicologia Comunitária, Comunitário e Comunidade. O resultado está apresentado no Gráfico 3.

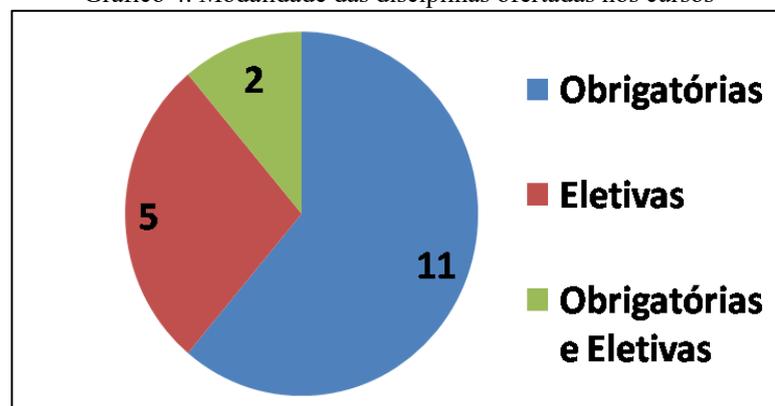
Gráfico 3. Oferta de disciplinas relacionadas à Psicologia Comunitária



O gráfico 3 informa que 18 dos 25 cursos (72%) apresentam em suas matrizes curriculares a oferta de disciplinas relativas à Psicologia Comunitária; 4 cursos (16%) não ofertam em nenhuma modalidade e 3 cursos (12%) não permitem o acesso a informações sobre suas matrizes curriculares através de seu site oficial na internet.

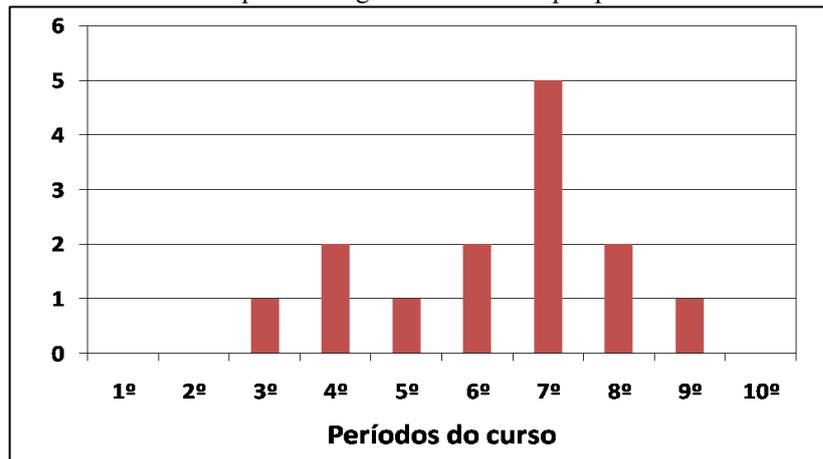
Sobre a modalidade de oferta das disciplinas relativas à Psicologia Comunitária, dentre os 18 cursos que as oferecem, segundo o gráfico 4, 11 oferecem tais disciplinas em caráter obrigatório (um desses cursos oferta 2 disciplinas obrigatórias em períodos distintos), 5 cursos apresentam em formato de eletiva/optativa e 2 cursos apresentam disciplinas tanto obrigatórias quanto eletivas/optativas sobre Psicologia Comunitária em seu currículo.

Gráfico 4. Modalidade das disciplinas ofertadas nos cursos



No gráfico 5, as disciplinas obrigatórias apresentadas nas matrizes curriculares estão organizadas por período em que são ofertadas.

Gráfico 5. Disciplinas obrigatórias ofertadas por período do curso



Conforme se observa no gráfico 5, número significativo de cursos inclui a disciplina obrigatória no 7º período, havendo cursos que as apresentam em outros períodos também, no entanto com menos da metade da incidência. Há duas disciplinas que são ofertadas em períodos distintos em um mesmo curso.

Ao fim dessa primeira etapa desta pesquisa podemos retomar o primeiro objetivo específico, “avaliar as propostas curriculares dos cursos de psicologia com nota máxima no último ENADE à luz do espaço reservado à psicologia comunitária”, e concluir que as matrizes curriculares dos cursos analisados, em sua grande maioria, garantem espaço para discussão teórica em torno da psicologia comunitária ofertando disciplinas obrigatórias relacionadas a essa abordagem ao longo do curso. Há ainda, dentre esses cursos, alguns que preveem espaço também para disciplinas eletivas na área, o que amplia as possibilidades de contato do graduando com a abordagem comunitária e possibilita a diversificação de experiências e consolidação de conceitos importantes para esse campo. No entanto é importante considerar que a presença de disciplinas relativas à psicologia comunitária nas matrizes curriculares desses cursos garante que os graduandos terão contato com essa abordagem de forma teórica, não sendo garantidas as possibilidades de experiências práticas para a operacionalização de alguns desses conceitos (o que geralmente pode ser proposto pelo professor responsável pela disciplina na elaboração de sua ementa), o que enriqueceria muito a formação desses graduandos e seu olhar sobre a abordagem.

É preciso fazer um adendo para o fato de que a formação universitária em sua essência não se limita apenas ao previsto nas matrizes curriculares e ementas das disciplinas, mas, em termos de construção de conhecimento, abarca também outras experiências extracurriculares

vivenciadas na teoria e/ou na prática por parte dos estudantes, seja em projetos de pesquisa ou de extensão, ou ainda em estágios fora da circunscrição universitária.

6.2 RESULTADOS DO ACOMPANHAMENTO DE GRUPO DE ESTÁGIO

Os dados coletados se dividem em questionários respondidos pelos estagiários e anotações das falas de alguns deles em conversas informais a respeito do desenvolvimento da atividade de estágio, falas essas referentes às suas visões, expectativas e posturas diante das atividades desenvolvidas na escola. Seus discursos foram analisados à luz da perspectiva da Análise de Discurso Crítica de Fairclough (2016).

Uma das primeiras perguntas do questionário refere-se ao que eles entendem como sendo a Psicologia Comunitária. No intento de defini-la, em suas respostas apareceram o trabalho com foco no contexto social, opondo-a ao trabalho clínico individual. Apareceu também a visão de que o psicólogo tem uma postura mais ativa ao ofertar sua escuta, no sentido de estar mais envolvido por compartilhar do mesmo espaço social e ir em direção aos sujeitos, não esperando apenas que eles venham à sua procura, abordando-os. Essas definições parecem pertinentes ao contexto formativo que os estagiários vivenciaram ao longo de sua graduação, influenciadas por seu currículo composto predominantemente por disciplinas e atividades voltadas para os atendimentos clínicos individuais.

Em suas colocações, tanto escritas quanto orais, é perceptível o estranhamento para com a prática comunitária pela psicologia e, até mesmo, uma postura hierarquizada ao relacionar esse paradigma às abordagens clínicas tradicionais, o que é percebido ao falarem a respeito do processo de escolha pelo programa de estágio em Psicologia Social Comunitária, destacando a menor procura e em consequência menor concorrência e maior flexibilidade para o cumprimento das atividades.

Na grade curricular do curso de Psicologia da instituição em que esses estagiários estudam, é previsto o cumprimento de estágio em duas áreas distintas. Para a maioria dos alunos do grupo, essa já era a segunda experiência e, como as demais cumpridas eram predominantemente clínicas, eles trouxeram em seu discurso o estranhamento e constante comparação entre as áreas. Alguns, ao se expressarem, demonstraram não ter a pretensão de atuar na área social futuramente, preferindo o espaço clínico privado associado ao *status*

social que este ideologicamente lhes confere. E essa parece ser uma visão hegemônica no grupo. Segundo Resende e Ramalho (2019), para Fairclough, o conceito de hegemonia destaca consigo “*a importância da ideologia no estabelecimento e na manutenção da dominação baseada mais no consenso que na coerção*” (p.47), com a naturalização de práticas e relações sociais.

Segundo os estagiários, o primeiro contato com a área da psicologia comunitária foi na própria faculdade, com uma disciplina obrigatória cumprida por volta do 5º período, que tem como foco discussões na área, ou ainda num grupo de extensão coordenado pela mesma professora do estágio que lhes conferia carga horária em atividades complementares necessárias ao currículo.

Eles destacam visualizar como essencial para a atuação do psicólogo comunitário, mais do que o espaço comunitário em si, mas uma postura por parte do profissional que o “*desprenda de suas características clínicas*” (estagiária A). Nessa postura, incluem boa comunicação, saber lidar com as diferenças, ser paciente, ter conhecimentos em sociologia, antropologia e dentro da própria psicologia, que favoreçam o trabalho na comunidade.

Alguns alunos se posicionaram como receosos e denotaram desmotivação em suas falas com relação ao estágio por não perceberem o resultado de suas intervenções, o que foi expresso por alguns como a não percepção de retorno ou falta de devolutiva. Eles reconhecem a importância do trabalho desenvolvido na escola para os alunos que lá estudam e o limitado acesso aos serviços psicológicos, o que pode ser verificado nas seguintes colocações:

“Poder atender quem não pode pagar por um tratamento.” (estagiária B)

“[...] é muito importante esse trabalho dentro da comunidade, pois muitos não tem acesso a esse serviço e como precisam eles acabam aproveitando bastante.” (estagiária C)

No entanto, eles limitavam as ações ao público dos estudantes e não observavam o quanto a presença do grupo na escola poderia atingir também outros agentes ativos no espaço escolar, como os professores e demais funcionários que têm contato diário com os alunos.

Além disso, embora visualizassem a importância do acesso desses alunos ao serviço de psicologia, principalmente devido à posição de vulnerabilidade social que alguns vivem – moradores de comunidades em constantes conflitos entre facções; comunidades essas, em sua maioria, com localização geográfica distante da comunidade onde o colégio se localiza; oriundos de famílias com baixa renda. Os estagiários não consideravam esse contexto enquanto característico da comunidade escolar, dando maior ênfase a questões específicas individuais dos alunos, as quais eram conduzidas também individualmente, como situações de gravidez precoce e indesejada, conflitos familiares e situações de violência doméstica. À medida que algumas dessas situações que surgiam no âmbito individual eram comuns a mais alunos, seria possível, sob a ótica da Psicologia Comunitária, o desenvolvimento de ações para tratar de tais questões em grupos, o que em nenhum momento foi visto como possibilidade.

Embora em suas declarações tenham se mostrado inquietos com a falta de retorno sobre suas intervenções, eles não demonstraram assumir um compromisso de fato com a comunidade escolar na qual estavam se inserindo. Eles observaram a dinâmica escolar, ouviram alguns alunos, mas não se debruçaram sobre ela com olhar crítico, nem visualizaram a possibilidade de conscientização que poderiam fomentar nas pessoas envolvidas nessa dinâmica. Isso marca um descolamento do que seria o objetivo de uma ação em psicologia comunitária, segundo as concepções de Martín-Baró (1996) e Sant'Ana (2008). Ambos sugerem que as ações do psicólogo no meio comunitário sejam direcionadas por um compromisso com a transformação da realidade social.

As atividades iniciais realizadas pelos estagiários consistiam na organização de rodas de conversa junto às turmas, nos horários de aulas vagas, mas a baixa adesão a estas atividades por parte dos alunos exigiu um redirecionamento das atividades. No entanto, esse redirecionamento causou na verdade uma mudança no nível de atuação, pois os estagiários passaram a agir individualmente, seguindo um modelo mais clínico que comunitário e apenas limitado à oferta da escuta a alunos específicos, sem propostas de ações posteriores que refletissem suas observações a nível comunitário.

A própria instituição escolar, ao abrir as portas para o grupo de estágio, reconheceu a importância do trabalho que poderia ser desenvolvido no colégio a partir do conhecimento psicológico e o quanto seria valioso para a instituição tê-los inseridos em sua dinâmica. Houve um evento na instituição que consistia na realização de atividades livres de artes e

ciências propostas pelos alunos e professores, com o intuito de promover um momento de socialização entre todos os membros da comunidade escolar no pátio, e os estagiários foram convidados a desenvolver alguma atividade em grupo, mas preferiram não se comprometer e apenas observar como aconteceria o evento.

Mesmo assim, ao fim do semestre de estágio, relataram ter sido importante para sua formação o contato com uma experiência de atuação psicológica diferente da atuação clínica individual tradicional vivenciada até então. Destacaram também a possibilidade de analisar relações grupais e a saída do psicólogo da posição de espera passiva pela busca de atendimento por iniciativa apenas do paciente, pois eles observavam grupos de alunos e abordavam individualmente os que lhes chamavam a atenção ou que eram indicados pelos funcionários da escola.

Em suas colocações é possível observar a importância do estágio no espaço escolar para a formação desses estagiários por lhes possibilitar enxergar a quantidade de demandas para o profissional de psicologia numa escola, demandas que vão além das questões pedagógicas e que esbarram na dificuldade do acesso a esse serviço por parte das comunidades mais simples.

Ao fim do semestre, os estagiários expuseram as contribuições que a experiência no espaço comunitário lhes proporcionou, no entanto, por meio da participação do desenvolvimento das atividades junto a eles, foi possível à pesquisadora levantar algumas observações a respeito desse período.

É inegável que muitos aprendizados foram consolidados no processo de formação dos estudantes de psicologia através do estágio em Psicologia Social Comunitária, principalmente no que diz respeito à abertura na visualização de possibilidades de trabalho diferenciadas do espaço clínico individual e a ação *psi* no espaço escolar, sob a ótica comunitária e não psicopedagógica, bem como a riqueza de possibilidades de intervenção nesse espaço social.

No entanto, algumas lacunas foram percebidas como fatores que empobreceram a experiência e privaram o grupo de maiores aprendizados. Os estagiários poderiam ter tomado a escola enquanto espaço comunitário, considerando seus atravessamentos; poderiam ter observado características dos alunos – oriundos de diferentes comunidades do município – e a questão do desenraizamento, aliado a fatores sociais que afetam a manutenção do sistema educacional; poderiam ter voltado maior atenção para a dinâmica escolar, índices de

aprovação e reprovação e os fatores sociais sinalizados como motivadores do fracasso escolar; poderiam ter assumido em sua postura o caráter crítico da psicologia social comunitária e se comprometido com a conscientização da comunidade escolar em relação ao seu potencial, preocupando-se em fomentar a autonomia nos sujeitos com vistas às possibilidades de mudança social.

Retomando o segundo objetivo específico deste trabalho, "acompanhar um grupo de estagiários em psicologia em uma atividade formativa em psicologia comunitária", é possível elaborar algumas tessituras de respostas, tendo em vista os resultados apresentados nesse tópico de análise. Conclui-se que as experiências vividas pelo grupo acompanhado, mesmo potencialmente importantes individualmente para alguns, não foram extraídas em sua totalidade, pois ainda que se estivesse no espaço comunitário, os estagiários não assumiram a postura adequada proposta pela psicologia comunitária, o que pode sugerir pouco conhecimento teórico por parte deles sobre a abordagem. Lançando mão das reflexões de Oberg (2018) acerca do conceito de comunidade e das problematizações de Góis (2008) sobre o papel e o compromisso do psicólogo com o espaço comunitário, podemos dizer que embora estivessem "na comunidade", os estagiários não desenvolveram ações "para a comunidade", não olhando para as particularidades que a caracterizam e nem observando como essas particularidades se refletem na mente dos sujeitos e o quanto esses sujeitos precisam se conscientizar de sua realidade, criando um olhar crítico sobre ela e tendo autonomia para implementar transformações em ações concretas de seu dia a dia.

A psicologia comunitária é um rico campo de estudos e possibilidades, que requer investimento humano por parte dos cursos de psicologia, com vistas a ampliar a formação dos graduandos, favorecendo a vivência de experiências práticas bem alinhadas ao suporte teórico específico.

Todas essas questões refletem diretamente sobre a vida e a construção da subjetividade dos indivíduos que vivem em tais espaços, direcionando suas formas de viver e seu olhar para o mundo. Nesses espaços a psicologia comunitária pode atuar de forma a compreender como esses indivíduos se organizam e encaram suas realidades, as expectativas e posturas diante dos acontecimentos e o que há em comum entre os habitantes de cada comunidade em nível subjetivo. Essa atuação profissional também pode ser útil no auxílio e amparo a alguns moradores em suas angústias coletivas em relação à sua vida em comunidade e propensões, fomentando sua autonomia e empoderamento diante das opressões vividas.

6.3 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS AOS GRADUANDOS DE PSICOLOGIA

As informações coletadas nas entrevistas semiestruturadas realizadas com os catorze graduandos de psicologia foram analisadas sob dois focos específicos, considerando a distribuição dos entrevistados em três grupos distintos, conforme apresentado na metodologia (quadros 7 e 8).

O primeiro foco de análise das entrevistas se estruturou a partir do referencial teórico adotado nesta pesquisa, a Análise de Discurso Crítica de Norman Fairclough, analisando as concepções dos entrevistados em torno da psicologia comunitária, sua postura frente a essa abordagem e a importância que visualizam nela para o processo de formação do psicólogo. O segundo foco de análise centrou-se nas referências às concepções de ideologia e poder trazidas pelos graduandos, examinando-as a partir dos pressupostos de Ignacio Martín-Baró.

Ao longo das análises, notou-se olhares convergentes por parte de diferentes integrantes de um mesmo grupo, o que pode denotar que experiências semelhantes estimulam aprendizagens / construções possivelmente parecidas em determinados aspectos.

6.3.1 Análise das Concepções dos entrevistados em torno da Psicologia Comunitária

Analisando os discursos dos entrevistados, colhidos de forma semiestruturada, foi possível observar suas concepções em relação à psicologia comunitária, suas experiências – teóricas e práticas – com esse paradigma, a postura que defendem em relação a ela e a importância que veem dessa área para a formação do psicólogo. Esta primeira análise dos discursos foi feita à luz da Análise de Discurso Crítica de Norman Fairclough, estruturando-se em três tópicos distintos, a saber: 1º) conceituação da psicologia comunitária, 2º) concepção da postura profissional na perspectiva comunitária e 3º) percepção da importância da psicologia comunitária no processo de formação.

Conceituação da psicologia comunitária

O primeiro tópico analisado nas entrevistas refere-se à forma como os graduandos conceituam a psicologia comunitária, em resposta à seguinte pergunta: “O que você entende como psicologia comunitária?”.

Nas respostas obtidas no grupo I percebe-se certa insegurança na conceituação do paradigma ou até mesmo a não tentativa de formulação desse conceito. Algumas entrevistadas assumiram não ter tido nenhum contato com o conceito de psicologia comunitária anteriormente na graduação, limitando-se em sua resposta a expor essa limitação, como é o caso da entrevistada 1C: “*Eu ainda não tive nenhum contato com essa disciplina de psicologia comunitária. Eu não sei se mais para frente, mas até agora eu não tive nenhum contato.*” (Entrevistada 1C)

Na resposta da entrevistada 1D observa-se que seu primeiro contato com esse paradigma foi por ocasião do convite para participar da entrevista para esta pesquisa.

Ana, se eu não me engano, a primeira vez que ouvi falar de psicologia comunitária foi ontem, quando a Giovana falou da sua proposta de entrevista para a gente, para mim e para mais alguns colegas (...). Se eu não me engano essa foi a primeira vez. (Entrevistada 1D)

Já as entrevistadas 1A e 1B, por já terem ouvido falar informalmente dessa área em outros momentos na universidade, se arriscaram em tentar formular uma conceituação. A 1A, que cursa disciplinas de períodos distintos e considera-se “desperiodizada”, demonstrou insegurança, mas formulou a seguinte resposta:

Acho que seria algo mais voltado para um grupo de pessoas e abordando mesmo as questões grupais daquele coletivo ali e pensando o coletivo também, não só para as questões, não só para o problema, mas também pensando nos sonhos coletivos. (Entrevistada 1A)

A 1B, que também se arriscou a elaborar um conceito, explicou em perguntas posteriores que seu primeiro contato com a psicologia comunitária aconteceu em seu período de inscrição para o curso pelo SISU, momento no qual examinou um pouco das ementas das disciplinas do curso a fim de conhecê-las melhor. Como o contato foi rápido e raso, sua

resposta também não pareceu muito segura, mesmo que tenha relacionado a psicologia comunitária à psicologia social, mas sem aprofundamento, como expõe em sua fala:

Pra mim psicologia comunitária seria como uma vertente da psicologia social, que trabalha de forma assistencialista. Não sei se assistencialista é o termo certo, mas de forma a assistir as pessoas que vivem em condições mais precárias, em vulnerabilidade social. Então eu acredito que a psicologia comunitária trabalha dessa forma. (Entrevistada 1B)

A partir das respostas das entrevistadas do grupo I pode-se concluir que pelo fato de o contato com a psicologia comunitária não estar previsto formalmente nos períodos iniciais do curso, esse pode ser o principal motivo pelo qual desconhecem ou conhecem de forma rasa tal paradigma.

Nas respostas apresentadas pelo grupo II, que teve contato formal com a psicologia comunitária apenas na disciplina teórica, aparecem nas falas da maioria dos entrevistados referências à ampliação do acesso aos atendimentos e ao saber psicológico para a população menos favorecida e à presença do psicólogo no espaço natural em que vivem os sujeitos, a comunidade. Esses aspectos podem ser verificados nas seguintes falas:

Eu entendo como uma psicologia que vai muito a campo mesmo, que está atuando dentro das comunidades e que faz um papel muito necessário para dar lugar aquelas pessoas que estão ali, que muitas vezes são marginalizados por outros campos de atuação e a psicologia eu acho que faz isso para as pessoas que estão inseridas na comunidade, não enquanto uma lógica assistencialista, mas enquanto uma lógica de estar ali presente para estar ali com eles. (Entrevistada 2A)

Eu acho que é uma maneira de tornar acessível o atendimento psicológico – há comunidades que às vezes não têm muito conhecimento sobre – ou levar a área para uma parte mais social, sabe. (Entrevistado 2B)

Eu entendo como uma parte, como coisa que vem da psicologia social que busca se inserir num campo específico de uma comunidade, que seja quilombo, por exemplo, uma tribo indígena, uma coisa assim (...). (Entrevistada 2C)

Na definição da entrevistada 2C são citados exemplos de comunidades específicas nas quais o psicólogo pode atuar, como comunidades indígenas e quilombolas. Essa colocação pode ser decorrente do conhecimento dessa graduanda da existência de projetos de estudo e pesquisa em psicologia comunitária na universidade em que estuda, existindo atividades com tais grupos especificamente sob a abordagem da psicologia comunitária, dos quais ela relata

não participar. Em sua fala, a entrevistada também menciona a psicologia social enquanto origem da psicologia comunitária, no entanto o faz de forma superficial, sem argumentações, deixando de mencionar nessa derivação o caráter crítico que motivou o surgimento do novo paradigma em sua fala acima.

Já a entrevistada 2D traz acréscimos às falas dos demais entrevistados e caracteriza a psicologia comunitária como sendo a inserção da psicologia “nas periferias” com uma prática específica, atuando em vários grupos.

Eu entendo como a área da psicologia que tange não só às periferias, mas que tem uma certa prática dentro desses lugares. Entendo que a comunidade não tem a ver só com isso, mas com vários, vários grupos, mas eu acho que é isso, a psicologia inserida nesse espaço. (Entrevistada 2D)

Nas respostas do grupo III, foi possível observar mais segurança e a apresentação de mais elementos na conceituação do paradigma da psicologia comunitária. Alguns entrevistados fizeram referência ao modelo de atuação clínico tradicional, apontando na psicologia comunitária um rompimento com esse modelo-padrão em prol de uma postura que amplie o trabalho de uma relação dualista para relações grupais, como vemos nas seguintes definições:

(...) Eu entendo como uma psicologia que foge dos moldes padrão de clínica. Entendo comunidade como sair desse plano dois, tipo eu e você aqui, mas parte para um grupo. Eu entendo a psicologia comunitária como isso, o estudo desses grupos e dessas comunidades marginalizadas pela população. Então eu vejo mais por esse lado a psicologia comunitária. (Entrevistado 3C)

Eu acho que é uma psicologia que vai além daquilo que a psicologia propõe de clínica, é uma escuta totalmente ampliada, que também além de escutar a pessoa, ela também expande para o território. Ela (...) é conhecer o território, é conhecer a comunidade, é entender a demanda. (Entrevistada 3E)

O entrevistado 3D inicia sua resposta apontando características da psicologia comunitária que são claramente contrárias à psicologia clínica tradicional, mas no decorrer de seu discurso assume que ambas se complementam no quesito “escuta” (a entrevistada 3E, em sua resposta acima, também fez menção à escuta), por utilizarem-na igualmente como principal instrumento de trabalho, seja na dimensão individual, seja na dimensão coletiva. Observa-se tal percurso na seguinte colocação:

Psicologia comunitária... eu diria que tipo, saindo até mesmo dessa visão do que é psicologia numa visão muito em torno da psicologia tradicional clínica, clínica tradicional na verdade (...) Elitizada também, branca, não entendendo as demandas da população como um todo. Então acho que a psicologia comunitária em si é esse rompimento dessa clínica um a um até, e é estar mais perto da população entendendo uma demanda muito específica até conhecendo a história, todos os atravessamentos que envolvem uma comunidade em si, entendendo que essa história apesar de ter atravessamentos individuais também tem ali uma dimensão que é coletiva e que isso diz muito sobre aquela comunidade em si. Então acho que a psicologia comunitária é isso, é uma psicologia que também tem traços de uma escuta... por mais que as pessoas pensem que “Ah, a psicologia comunitária é completamente diferente da clínica”, mas você precisa também ter uma escuta, você precisa entender também de uma dimensão individual para entender de uma dimensão que é coletiva também. Então acho que não tem como desvencilhar isso, são coisas que são complementares. (Entrevistado 3D)

Alguns entrevistados do grupo III, além de fazerem referência à escuta, também destacaram a importância de gerar intervenções a partir dessa escuta, de construir a prática juntos – psicólogo e sujeitos -, de acordo com as demandas da comunidade, de saber lidar com a contratransferência e de superar uma relação hierarquizada de detenção do saber. Isso está exposto nas seguintes respostas das entrevistadas 3A e 3F.

Então, eu entendo da psicologia comunitária um pouco dessa ida desse psicólogo (...), dessa ida, dessa escuta, de entender um pouco dessa história desse sujeito, nossa história oral que a gente fala, e compreender. O que eu venho acessando um pouco dessa fantasia, desse desejo, fazer um pouco dessas intervenções em cima também da escuta desse sujeito ali. Mas é difícil, porque a contratransferência é muito forte. (Entrevistada 3A)

Eu acho que é uma prática construída em conjunto, em que a gente não leva um saber, até como se aquelas pessoas não tivessem um saber e a gente fosse chegar lá e salvar as pessoas que não possuem conhecimento. Não é isso. É uma prática construída junto, de acordo com as demandas daquela comunidade ali, bem distante dessa relação hierárquica do profissional com o sujeito. (Entrevistada 3F)

Já a entrevistada 3B problematizou a definição de comunidade-alvo de atuação da psicologia comunitária, apontando que embora a maioria dos trabalhos divulgados aconteça em tipos de comunidades estereotipadas, é preciso considerar também que o que define uma comunidade enquanto tal é o estabelecimento de vínculos, de relação humana. Dessa forma, entende-se que qualquer espaço comunitário pode ser considerado espaço possível à atuação da psicologia comunitária, conforme exposto na fala abaixo:

Eu acho que é um campo muito amplo de atuação, porque quando você fala em comunidade é uma parada que tanto normalmente as pessoas pensam em comunidade quilombola, comunidade ribeirinha, comunidade indígena, as pessoas normalmente vão pra esse campo, ou pra uma comunidade tipo favela, ou coisas assim (...) já estereotipadas do que seria uma comunidade, como um local de pouco acesso e etc. e tal. Mas eu acho que é mais amplo que isso, porque onde tem gente, onde tem relação humana, onde tem conexão, essas coisas, tem comunidade (...) se as pessoas têm relação, estabelecem vínculo, aquilo também é uma comunidade. (Entrevistada 3B)

Nas respostas apresentadas pelos graduandos neste tópico de análise é possível observar certa insegurança por parte dos entrevistados do grupo I, os quais em sua maioria assumiram ter ouvido falar sobre a psicologia comunitária apenas de forma rasa (ou até mesmo por ocasião da entrevista para esta pesquisa), não possuindo contato direto com essa abordagem. Os entrevistados do grupo II, que cursaram a disciplina teórica, apresentaram em suas conceituações algumas características marcantes da psicologia comunitária, como a atuação no próprio espaço da comunidade em que o sujeito vive e o acesso à psicologia a grupos marginalizados, socialmente mais vulneráveis. Os entrevistados do grupo III avançam um pouco mais na definição do conceito de psicologia comunitária, apontando e problematizando diversas características dessa abordagem com argumentos concisos e coerentes ao que ela propõe. Este último grupo também problematiza a atuação do profissional psicólogo sob a perspectiva comunitária no sentido de atender/observar/escutar o sujeito no território em que ele vive.

Assim, pode-se considerar que o envolvimento teórico e prático que o grupo III reúne, pode ser o principal fator de enriquecimento em suas definições sobre a psicologia comunitária e operacionalização das características apontadas. Já o grupo II, por ter o contato apenas teórico, se limitou a indicar as características mais relevantes, sem problematizá-las. E o grupo I, que ainda não teve contato formal com a psicologia comunitária, demonstrou insegurança na elaboração de conceituações, alguns entrevistados se limitando a declarar não ter tido contato com a abordagem e outros se arriscando a dizer o que “acham” com colocações bastante limitadas.

Concepção da postura profissional na perspectiva comunitária

O segundo tópico volta-se para a postura do psicólogo, enquanto profissional, diante do trabalho no campo da psicologia comunitária, absorvendo respostas sob dois ângulos específicos. O primeiro seria a postura que eles mesmos, ainda como estudantes e futuros profissionais, assumem diante da psicologia comunitária. O segundo ângulo está relacionado às características ou posturas que consideram como essenciais para um psicólogo que atue sob a perspectiva comunitária.

Nas respostas coletadas dos entrevistados do grupo I foi possível observar posicionamentos bastante heterogêneos em relação à psicologia comunitária. A entrevistada 1D não explicitou claramente sua postura. Já a entrevistada 1B admitiu conhecer pouco esse paradigma, mas afirmou enxergá-la como importante vertente para uma atuação menos elitizada e mais aberta e sensível à realidade social, o que está exposto na seguinte fala:

Pelo que eu entendo da psicologia comunitária, que é muito pouco, que eu não conheço quase nada, mas eu acho que é uma vertente muito importante porque muitas vezes a psicologia pode ter uma atuação um pouco elitista, um pouco ali presa ou no meio acadêmico ou na clínica, acaba ficando um pouco fechada à realidade do nosso país, do mundo. Então, ter uma vertente específica pra poder olhar pra essas questões de forma mais profunda, mais sensível, eu acho muito importante. (Entrevistada 1B)

A entrevistada 1A expôs em sua resposta a preocupação em pensar nos reflexos da ação em psicologia sobre o social, sobre os acontecimentos e sobre o lugar onde os sujeitos-alvo da intervenção vivem. “(...) *Acho que na psicologia em si não tem como você pensar só psicologia sem algo que reflita sobre o social, sobre o que está acontecendo, onde as pessoas que a gente está tratando habitam, sem pensar numa coisa mais ampla assim.*” (Entrevistada 1A).

Já a entrevistada 1C inicia sua colocação pensando em sua projeção de atuação profissional para o futuro. Segundo ela, independente do espaço ou da linha que escolha adotar em seu trabalho, acredita ser possível inserir uma postura condizente à psicologia comunitária, mesmo sem ainda conhecê-la realmente, conforme expõe:

Eu ainda não sei em que área eu vou atuar, mas eu acredito que até agora assim, o que eu penso e também na convivência da universidade, do curso, eu acho que eu conseguiria ter essa visão de entender esse indivíduo e ao mesmo tempo entender a psicologia comunitária que também atravessa esse

indivíduo. Então eu acho que independente de onde eu vou atuar no futuro, ou até a própria escolha de linha, eu acho que a gente consegue inserir, tendo um pouco mais de compreensão de diversos contextos, eu acho que isso é possível. (Entrevistada 1C)

Nas respostas analisadas dos entrevistados do grupo II, houve em sua maioria a tendência em expor sua postura a partir das características que observam como essenciais para um psicólogo que atua sob o enfoque comunitário, sem, no entanto, se colocarem nesse lugar do psicólogo comunitário ou projetarem isso em sua futura atuação. A entrevistada 2A destacou como características importantes para o psicólogo a escuta sensível, a empatia e a ética, citando também uma experiência pessoal, conforme a fala que segue:

(...) A questão do psicólogo já é você ter uma escuta sensível, mas eu acredito que muitos ainda não têm essas áreas. Por exemplo, eu já lidei com psicólogos no CRAS na minha cidade que não eram assim, que tinham uma escuta, mas que saíam falando as coisas, não eram éticos mesmo, então já tive essa experiência não muito boa (...) tem que ter mais empatia, sabe, porque é não ter um olhar julgando, não ter um olhar assistencialista, de uma lógica assistencialista, eu acho que é isso. (Entrevistada 2A)

A entrevistada 2B enfatizou, em sua fala abaixo, a compreensão da dinâmica da comunidade em que se atua, considerando a diversidade nas formas de expressão dos sujeitos.

Eu acho que é entender um pouco como que funciona a dinâmica dessa parte comunitária, dessa comunidade, da sociedade em geral. Que a gente fala línguas diferentes, a nossa maneira de chegar, se expressar acontece de maneira diferente, eu acho que entender as questões, as demandas desse lugar e chegar de uma maneira, tipo, na língua dele. (Entrevistado 2B)

A entrevistada 2C se aprofundou um pouco mais nesse discurso sobre formas de expressão diferentes entre o psicólogo e o sujeito e problematizou a importância da consciência do psicólogo em relação ao seu lugar de fala, usando também em seus argumentos uma experiência de trabalho que vivencia numa instituição de atenção psicossocial, conforme segue:

Eu acho que tem que ser muito consciente. Tem que ter uma autocrítica muito grande pra ver de qual lugar você vem enquanto psicólogo, porque tudo vai partir disso, do lugar que você fala. Uma coisa que eu vivencio muito lá no CAPS e que eu reparo é que a gente está muito em contato com pessoas de lugares sociais bem diferentes do nosso e aí às vezes se torna um

desafio pra você, na sua prática, você saber lidar com aquela pessoa que enfrenta desafios cotidianos que talvez eu não passo, outros psicólogos não passem. (Entrevistada 2C)

Já a entrevistada 2D não expressou seu posicionamento diante dessa questão.

Nas respostas do grupo III observa-se forte influência das experiências vivenciadas no grupo de estudos e intervenção em psicologia comunitária. As entrevistadas 3A e 3B citam exemplos concretos dessa experiência em seus relatos. Os demais entrevistados também apresentam em seus posicionamentos influências da participação no grupo, no entanto de maneira indireta, abordando questões como a importância do estudo teórico caminhar junto à prática – o grupo de estudo e pesquisa do qual participam preserva essa característica, em que a teoria e a prática são concomitantes -, a preocupação com a atuação política – com o caráter político que a psicologia pode assumir -, e com o compromisso social em prol da superação da violação dos direitos das comunidades.

A entrevistada 3A, que relatou ao longo da entrevista ter iniciado o curso de ciências sociais antes de ingressar na psicologia, expressa seu posicionamento frente à psicologia comunitária mostrando-se bastante propensa a adotá-la em sua futura atuação profissional. Ela também demonstra preocupar-se com questões sociais que acarretam a renúncia do desejo por parte das comunidades menos favorecidas, assim como angustiar-se com o fato de sua ação estar ou não sendo efetiva no sentido de “possibilitar ação” aos sujeitos dessas comunidades, posturas condizentes à psicologia comunitária. Segue abaixo parte de seu relato:

(...) quando eu saí das ciências sociais eu falei “quero comunitária, quero isso, quero estar junto, quero escutar além dessa clínica, quero escutar um pouco mais, quero ter essa escuta, esse movimento, quero estar no povo”.
(...) e diante um futuro político, penso numa mono(grafia), numa futura profissão que esteja também em ação, para além desse setting. Além que o setting também é muito importante, só que não sei se acessa a todos, fico nesse paradigma aí também, não sei se é o recorte social, mas eu acho que a gente tem que buscar uma história do sujeito, dessa renúncia de extinto, essa renúncia de desejo. Porque, como o exemplo que eu te trouxe, ela (a pessoa da comunidade em que o grupo de pesquisa atua) quer estar aqui, ela quer acessar aqui o centro, ela quer muitas vezes ir no teatro e ela está renunciando o desejo dela, porque o estado não faz esse movimento desse transporte. E assim, entender um pouco dessa ação política. E espero que nós, eu como futura e você aí como uma psicóloga, que a gente tente fazer esse movimento. E sim, aquela angústia minha, “será que a gente está dando ação?”. Estamos sim, de certa maneira. (Entrevistada 3A)

A entrevistada 3B faz referências à teoria e à prática, destacando na segunda o caráter da angústia que a ação em psicologia comunitária pode gerar no psicólogo frente às limitações sociais constatadas na comunidade em que trabalha. Em sua fala, demonstra grande afetação pelo paradigma comunitário, o que pode ser visto na seguinte colocação:

Eu acho que é muito importante porque a gente vê um monte de coisa na teoria e lê várias coisas e estar ali na prática faz outras funções, porque ali o meu corpo está em cena, estou enquanto sujeito no local. E eu posso ter toda prática do mundo, posso ter tudo ali, mas quando eu chego ali eu sou uma menina, tipo branca, classe média e que estou com um corpo que causa efeitos numa cena. E entender isso também, entender o local é um lugar muito angustiante de estar na psicologia comunitária. Ainda mais na comunidade que a gente atua que, por exemplo, a luz foi chegar em junho, eles não têm água potável até hoje, a prefeitura cortou o transporte, então não tem nem como eles se moverem (...) é uma prática que causa muita angústia, tem muita reverberação no corpo, mas tipo, é a cara do Brasil.(Entrevistada 3B)

Ela ainda segue apontando como características importantes para o psicólogo a autocrítica e a auto-análise constantes, empregando seu discurso sempre em primeira pessoa, o que confirma sua inclusão enquanto agente envolvida no espaço comunitário.

Eu acho que a autocrítica e a auto-análise, o tempo inteiro. Além disso, acho que o estudo continuado, mas acho que isso é pra qualquer parada da psicologia, e a autocrítica também a qualquer coisa assim da psicologia. (...) a gente acaba tendo que desenvolver os dois, tipo assim, de ter uma autocrítica, de ficar se repensando, de entender território, entender localidade, entender os outros problemas, entender coletivo, entender os efeitos psicossociais que são sociais, são ideológicos, são culturais e tudo isso. (...) (Entrevistada 3B)

Já o entrevistado 3C problematiza o “ser pesquisador” para o psicólogo no espaço comunitário. Ele destaca em seu discurso o conhecimento das produções dentro do contexto em que se atua, a importância do pesquisador dar um *feedback* à comunidade, o respeito ao conhecimento que a comunidade já possui e o incentivo à conquista da autonomia. Como se vê a seguir:

Para mim o psicólogo comunitário tem que estar atento às produções dentro do seu país, dentro do seu contexto. Eu acho que isso é fundamental, você não só produzir, mas também criar movimentos que tragam alguma coisa para aquela comunidade, porque às vezes a gente vai muito pra pesquisar e esquece de estar dando algum retorno para aquilo e ver como que a gente pode compor de fato isso. Então acho que essa questão de estar como ser

pesquisador, eu acho que é fundamental também. (...) Entender a empatia, que não é para se colocar no lugar do outro, e entender que você nunca se coloca no lugar do outro, mas que você tem que estar preparado para escutar e ficar quieto. Só escutar e ali nesse escutar já está a produção da autonomia, da questão de a pessoa construir o grupo mesmo, acho que isso às vezes a gente nem precisa falar, o grupo já está se organizando, o grupo sabe, ele só precisa às vezes de uma ajuda para entender e organizar isso, mas o conhecimento, a produção já está ali constante. (Entrevistado 3C)

Enquanto isso, o entrevistado 3D mostra sua postura em favor da psicologia comunitária destacando o caráter político de sua atuação, rejeitando a existência de uma suposta neutralidade no campo da psicologia e defendendo um posicionamento horizontalizado entre o psicólogo e o sujeito. No mesmo sentido, a entrevistada 3F faz referência à questão política indiretamente, apontando como características necessárias a um psicólogo comunitário o compromisso social com o resgate dos direitos da comunidade que foram violados, responsabilizando também o estado no que lhe cabe. Abaixo estão as colocações desses dois entrevistados citados:

A minha postura é isso, é dessa psicologia política. Que também falando da psicologia clínica tradicional, muitas pessoas ainda vêm como uma psicologia que não é política, que precisa se manter neutra. Mas partindo de que não existe neutralidade, então eu acho que a prática da psicologia é muito política e principalmente nesses espaços comunitários, não tirando também essa atuação política de outros contextos, mas nas comunidades também. Então eu acho que é um pouco disso, de se manter político e estar ali junto, sempre de forma horizontal, com esse indivíduo, com essa comunidade. (Entrevistado 3D)

Acho que primeiramente compromisso social, de resgatar direitos que foram violados, reconhecer primeiramente os direitos que foram violados e trabalhar em direção a promover esses direitos com ideias não individualistas. Porque se você tem aquele discurso individualista de que aquele sujeito está ali por responsabilidade individual e não reconhece as responsabilidades do estado, o profissional vai acabar caminhando numa lógica de reforço dessas idéias. E aí não vai mudar nada no cenário político e num cenário de quem é submetido a essa violação de direitos. (Entrevistada 3F)

A entrevistada 3E retoma em seu discurso questões já trazidas para a discussão por outros entrevistados do grupo III, como a preocupação com o embasamento teórico e a escuta psicológica, defendendo que esta não é impessoal, mas que precisa estar atenta às demandas reais apontadas pela comunidade, conforme se vê a seguir:

Eu acho que é importante ter um embasamento teórico, dependendo do contexto, por exemplo, sobre ruralidade. Muitas questões que eu li eu não sabia muito, sobre a questão daquilo que você vai aprender na prática mesmo, acho que é importante você ter um pouco da teoria daquilo que você vai vivenciar. É claro que não é a mesma coisa, mas aí na hora da prática você já vai ter algo pra te ajudar naquilo. Eu acho que é muito importante esse embasamento teórico.(...) Eu acho que é uma escuta mesmo, é uma escuta que não tem como ser impessoal. Eu acho que é uma escuta que sempre vai ser atravessada por várias coisas pessoais, e que bom, porque psicologia é isso. Não tem como você ser uma psicóloga com cada sujeito que você está atendendo. Mas eu acho que o principal mesmo é a escuta, porque a demanda tem que vir dele, não de mim, eu não tenho que falar o que é melhor pra ele. É escutar o que ele tem pra trazer e o que eu posso, o que dá pra fazer naquele contexto.(Entrevistada 3E)

Neste segundo tópico de análise visualiza-se movimento semelhante ao observado no primeiro tópico em relação às respostas dos grupos, o que já se poderia esperar como consequência das questões consideradas em cada tópico. Os entrevistados do grupo III apresentaram respostas mais coerentes e com repertório mais rico, se referindo à sua própria postura profissional diante da psicologia comunitária, demonstrando seu interesse em trabalhar futuramente sob essa abordagem e o quanto ela profundamente os afeta, fazendo constantes referências à experiência prática que vivenciam sistematicamente no grupo de estudos e intervenção.

As respostas do grupo II expressaram certa impessoalidade, os entrevistados apresentaram a postura que visualizam como ideal para o profissional a partir das características mais relevantes da psicologia comunitária, sem demonstrar interesse ou envolvimento pessoal pela abordagem.

Já os entrevistados do grupo I sentiram-se bastante inseguros para responder à pergunta que embasa este tópico de análise e para tal, alguns pediram durante a entrevista que a pesquisadora expusesse uma definição geral do que seria a psicologia comunitária e a partir daí elaboraram suas respostas de modo generalista.

Percepção da importância da psicologia comunitária no processo de formação

O terceiro tópico de análise está voltado para a importância da psicologia comunitária para a formação do psicólogo, destacando as principais contribuições verificadas pelos entrevistados em seu próprio processo de formação, seja de forma teórica ou prática.

As respostas apresentadas pelas entrevistadas do grupo I se mostraram favoráveis à presença da psicologia comunitária no currículo do curso de psicologia, cada uma apontando razões distintas pelas quais acredita ser importante essa presença. No entanto, observa-se que em suas projeções, nenhuma delas se refere diretamente ao seu próprio processo de formação, sendo bastante impessoais e generalistas em suas colocações. Essa postura pode estar correlacionada ao fato de elas mesmas ainda não terem tido nenhum contato formal com a psicologia comunitária na graduação, nem mesmo com a disciplina teórica.

A entrevistada 1A considera como importante o estudo da psicologia no sentido de pensar mais no indivíduo, na abertura e atenção dada ao diálogo. Ela, que assim como a entrevistada 4A, também iniciou o curso de ciências sociais antes de ingressar na psicologia, faz uma comparação rápida em relação aos dois cursos, apontando sentir que até mesmo as questões relativas à saúde mental dos graduandos é vista de formas distintas em ambos. Mas acaba por ser generalista ao falar da psicologia, não fazendo nenhuma menção aos termos “comunitário” ou “comunidade”, como se pode observar:

Muita coisa, é porque das ciências sociais fica muito no campo estrutural e não vai para o indivíduo e eu acho que na psicologia eu pude agregar essas duas coisas, vendo tudo como uma coisa só. Porque não dá para separar assim, na minha visão é algo que caminha junto. O indivíduo está ali e aquilo ali está influenciando no indivíduo também. Então é uma questão de entendimento melhor das coisas, porque às vezes nas ciências sociais até a questão da saúde mental do aluno eu acho que fica um pouco prejudicada pela forma como os professores lidam. No curso de psicologia acho que tem uma compreensão maior com o aluno, tem um diálogo maior. Eu acho que na psicologia eu encontrei mais a questão do diálogo e também essa questão da posição, não só ser neutro, mas saber dialogar também. (Entrevistada 1A)

Na resposta da entrevistada 1B observa-se a referência direta à psicologia comunitária, sendo, portanto, coerente ao que lhe fora perguntado. Ela utiliza entre seus argumentos o relato de uma observação pessoal relativa a amigos que cursam psicologia em instituições privadas, destacando a ausência de elementos da psicologia comunitária nesses cursos, os quais, segundo ela, têm um caráter mais elitista. Defende como fundamental que na graduação a psicologia comunitária tenha seu espaço, acreditando que seu estudo possa favorecer uma formação mais humana, no entanto limita seus argumentos ao conhecimento de realidades distintas e ao contato com comunidades socialmente vulneráveis, sem fazer referência às possibilidades ou objetivos de ação a partir dessa experiência.

Eu acho fundamental a graduação ter uma parte de psicologia comunitária, porque pelo que eu observo de outros amigos meus que cursam psicologia em instituições privadas, em outras faculdades, às vezes a parte da psicologia comunitária fica um pouco carente na formação e foi o que eu disse no início da entrevista, que muitas vezes a formação do psicólogo pode ter um caráter um pouco elitista, não necessariamente toda a graduação, mas a imagem do psicólogo muitas vezes fica vedada à clínica ou à academia. Então eu acho fundamental ter a psicologia comunitária na graduação para poder ter um contato mais sensível, mais humano, conhecendo melhor realidades diferentes, mas mais carentes que estão em vulnerabilidade social. Então eu acho que é importante demais tanto para construção do psicólogo quanto para uma formação mais humana também.
(Entrevistada 1B)

A entrevistada 1C defende como importante a presença da psicologia comunitária no currículo visualizando-a apenas como disciplina, argumentando que deveria aparecer em vários períodos do curso. Para ela, essas disciplinas permitiriam a construção de uma visão ampliada sobre o sujeito, considerando o espaço em que este vive. Ela diz:

Eu acho bem importante ter essa disciplina, não só uma na formação, mas várias ao longo do curso, porque permite a gente ter uma visão mais ampla daquele sujeito, uma visão mesmo de contextualizar aquela pessoa no ambiente que ela vive. (...) Então eu acho extremamente necessário ter essa visão que é exterior a nós e que ajuda muito na compreensão das vidas, diferentes vidas. (Entrevistada 1C)

Já a entrevistada 1D, ao ser questionada sobre qual a importância da psicologia comunitária para a formação do psicólogo, inicialmente sentiu-se insegura em formular uma resposta, pedindo-me que fizesse uma breve explanação sobre o que seria de fato a psicologia comunitária. Após minhas palavras, ela se sentiu à vontade para se posicionar. Embora não tenha se referido diretamente à psicologia comunitária, destacou como importante que o curso de psicologia se volte um pouco mais para o lado social e que extrapole os muros da universidade e as conceituações teóricas, contemplando também experiências práticas fora dela, o que relata sentir falta em sua formação.

(...) Na minha opinião, eu acho que a psicologia nasceu de uma maneira muito elitizada e ainda continua assim. (...) Eu acho que a psicologia pode ver mais o lado social também, entender mais o contexto do qual as pessoas vem, entender porque talvez elas estejam padecendo de alguma coisa que tem causa social, tem um contexto muito determinante ali da onde ela vive. Então eu acho que é importante para a formação e que a formação seja mais plural, seja mais completa, ela não seria só dentro da sala de aula, dentro da universidade, lendo autores, vendo só a parte teórica. Ela iria

para a prática, iria encontrar as pessoas onde elas estão, dentro do contexto. Eu acho que é importante ver o contexto, talvez por isso seria importante ir lá, entrar, imergir, tipo, ficar imerso no contexto da pessoa e não só ler sobre esse contexto, e de fato ir até lá. Então eu acho que seria uma formação mais humanizada, mais humanitária e mais completa mesmo, menos teórica e mais prática. Acho que seria muito importante. É claro que eu não tiro a importância da teoria. A psicologia, como qualquer outra área de formação científica, a gente tem que ter base teórica, mas eu acho que talvez a gente ainda esteja muito presa à teoria, eu falando por mim sinto que ainda falta ir mais até às pessoas, sair mais da faculdade. Quando a gente sai a gente fica assustado assim porque é muito novo, porque a gente quase nunca sai. Então eu acho que seria interessante que essas saídas fossem mais frequentes e seria mais interessante para a formação também. (Entrevistada 1D)

As respostas do grupo II seguiram, de forma geral, uma coerência em relação ao questionamento feito e relataram as principais colaborações do campo de estudo da psicologia comunitária para si próprias. Todas mantiveram como foco principal a importância da psicologia comunitária e, ainda que tenham tido contato apenas de maneira teórica através da disciplina obrigatória em um semestre, demonstraram certa afetação com a abordagem e interesse pessoal, o que pode ser verificado na referência a um importante teórico da área na América Latina, Martín Baró. Isto se observa nas seguintes falas da entrevistada 2A:

Eu acho que muitas contribuições porque é uma área que é muito pouco estudada aqui, é uma psicologia comunitária que eu acredito que seja muito européia, não tem muita coisa na América Latina mesmo. Tem o Martín Baró, que é muito bom, mas eu acho que precisa ser mais estudado pelos psicólogos porque tem muito a contribuir. Porque é uma área de formação que pode crescer muito e pode ser muito mais estudado do que hoje é, e às vezes só pelo fato de ser uma psicologia comunitária acaba sendo marginalizado. (Entrevistada 2A)

Pra minha formação? Olha, principalmente por essa prática assistencialista de que a psicologia comunitária fala, porque tudo que eu via antes era assistencialista. O CRAS da minha cidade, pra mim, é totalmente assistencialista (...) Eu já li Martín Baró, então eu acho que é fatalismo, eu acho que contribuiu nessa questão. Não é muito que eu estudei, mas fez eu fazer essa pequena reflexão desse movimento da minha cidade. Aqui eu nunca tive contato na prática em lugares assim, talvez no hospital agora que eu vou estagiar eu consiga ver mais, mas de resto eu não vi. (Entrevistada 2A)

Os entrevistados 2B e 2C apontaram que a psicologia comunitária contribuiu para a formação deles expressivamente, no sentido de possibilitar a abertura da visão para a

compreensão de realidades diferentes, bem como exercitar a autocrítica, permitindo-se desconstruir e construir-se constantemente.

Eu acho que de maneira enorme. Foi uma área que eu particularmente gostei muito, me interessei muito, porque me possibilitou uma visão diferente, que eu não sabia que existia até então e nós como sociedade, a gente é composto por grupos e cada grupo tem suas subjetividades, tem sua particularidade. Entender as coisas que funcionam por fora da nossa bolha. Acho que a disciplina me possibilitou entender que existem realidades diferentes e que é importante abraçar todas as causas e todas essas demandas de uma maneira singular, apesar de serem grupos diferentes. (Entrevistado 2B)

Eu acho que um pouco disso que eu falei da autocrítica sim e de se perceber enquanto pessoa que não é neutra em lugar nenhum, que está sempre implicado naquilo e que a gente tem uma visão totalmente impregnada. E como que a gente lida com isso? É desconstrução e construção constante, assim. (Entrevistada 2C)

Já a entrevistada 2D aponta a importância da psicologia comunitária para sua formação no sentido de desmistificar a desigualdade social e tornar o acesso à psicologia menos elitizado e restrito, além de considerar o saber não como pertencente ao psicólogo, mas sim à comunidade. Essas características são vistas pela entrevistada como um avanço, conforme é possível verificar em suas colocações:

Eu acho que pode contribuir muito com a desigualdade social, porque eu vejo a psicologia como algo muito elitista, o acesso é muito restrito, não é qualquer pessoa que vai ter acesso à terapia, vai ter dinheiro para arcar com isso. Então acho que colocar a psicologia dentro desses espaços é desmistificar a desigualdade social. (...) Eu acho que pode possibilitar uma atenção maior para os reflexos que a desigualdade social causa e, como eu falei antes, desmistificar essa questão, trazer, tornar a psicologia mais acessível talvez. (Entrevistada 2D)

Eu acho que também essa questão da psicologia e comunidade colocar a própria comunidade como quem possui o saber. Eu acho que isso é muito importante para desmistificar essa coisa de que a psicologia é que possui o saber. Então eu acho que quando a gente transfere esse saber para outra pessoa, para o sujeito, para o analisando, então a gente desconfigura toda a psicologia em si. Eu acho que isso é um avanço. (Entrevistada 2D)

Os entrevistados do grupo III, que acumulam experiência teórica e prática em psicologia comunitária, formularam suas respostas centradas em suas perspectivas e afetações pessoais com essa abordagem. No entanto em suas referências à experiência no grupo de estudos e intervenção, alguns acabaram inserindo argumentos em demasia oriundos das

questões da comunidade em que atuam, misturando o que vem da comunidade com o que vem de sua afetação pessoal.

A entrevistada 3A afirma várias vezes que a psicologia comunitária acarreta muitas contribuições, mas não define exatamente quais são elas em sua própria formação. Aponta apenas que dá resposta ao seu questionamento: o grupo está sim fazendo algo diante da comunidade, está sim lhe dando ação, conforme ela citou respondendo outra pergunta acima.

Nossa, são muitas, porque essa questão de estar no território, de até uma pergunta, vou até jogar ela como resposta, de entender essa posição e que posição é essa que pode ser mudada, porque essa posição não tem que ser um gesso, então contribuições são várias. Tanto contratransferência como colocando como uma resposta também, como um movimento, como aquela minha angústia “será que a gente está fazendo algo?”. Estamos. Então contribuí sempre. Acho que não sei se tem uma resposta assim, acho que falta até palavras, porque com certeza tem várias atribuições. (Entrevistada 3A)

A resposta do entrevistado 3C correlaciona a psicologia comunitária às questões sociais, à necessidade de problematizar o deslocamento do psicólogo para compreender a demanda dos sujeitos e a forma de lidar com a subjetividade.

Sim. Eu acho. Eu acredito muito na questão da culpa. Que a gente carrega muito a culpa com nós mesmos. Eu acho que entender a psicologia comunitária é entender questões sociais. Entender quando uma pessoa chega dentro da sua clínica ou em qualquer espaço, essa culpa carregada, a gente tem que fazer uma transição, dizer “olha, você vai se sentir assim mesmo, é normal sentir isso, mas não é sua culpa”, entender os mecanismos que fazem criar esse sentimento. Então eu acho que se você não estuda a questão social, se você não estuda o que está em volta daquela pessoa, você não consegue fazer esse deslocamento. Porque aí a pessoa chega lá, como eu estudo muito a questão LGBT, e a gente fala muito de relações afetivas, e quando eu falo “eu não consigo me relacionar com outro homem, eu não consigo ter o contato com outro homem”, o que esse psicólogo vai entender, sendo que é uma complexidade muito maior para mim. Então, é esse o arcabouço que eu acho que as pessoas não estão preparadas para a construção de uma clínica politizada. Acho que seria bem nesse intuito. E querendo ou não, se a gente pensar todas as clínicas da psicologia são muito subjetivas, cai muito para o lado da gente culpabilizar as pessoas pelos processos em que estão inseridas. Está sem trabalho, culpa sua. Não consegue namorar, porque você não está conseguindo se relacionar com as pessoas. Então, se não tiver essa pegada da psicologia social, essa psicologia crítica, esse movimento trazendo, acho que as pessoas começam a ser muito subjetivas. Eu acho que o curso de psicologia já tem três pés pra ser isso. Roda de discussões você vê que já é voltada pra essa subjetividade, dessa coisa de individual (...)porque não desloca para o outro, porque parece que é só eu, só eu. Não. É todo um complexo. Então a psicologia Comunitária faz você pensar isso, tipo, não é só você, é tudo que está

entrelaçado ali. Não tem fora, não tem dentro, não tem tudo e nem privado. É tudo uma mistura.(Entrevistado 3C)

O entrevistado 3D aponta como característica importante na psicologia comunitária que o afetou o trabalho com a história oral da comunidade, suas narrativas de vida, o reconhecimento e resgate da própria história. Ele cita como exemplo a experiência que vivenciou com o grupo de estudo e pesquisa numa comunidade quilombola, e o quanto isso foi importante para que aquela comunidade se fortalecesse na busca por seus direitos. Ele relata:

É isso. Até a partir da minha experiência que eu tive com a Lurdes, a gente trabalhou um pouco com história oral, com narrativas de vida até, então eu vejo muito disso às vezes aquela comunidade em si nem reconhece a própria história. Então a história oral, a narrativa de vida, possibilita até um resgate da história e o reconhecimento desse indivíduo e entender também o que ele é no presente, entendendo todos os atravessamentos do passado, entendendo a sua história. Então eu acho que essa história oral, essa narrativa, também possibilita que esse indivíduo se reposicione frente a sua história, porque ele tem consciência do que ele viveu e de tudo que aconteceu e isso possibilita que ele pense acerca disso, entenda sobre o seu presente, que possa se reposicionar no futuro e de forma menos abstrata. Eu acho que isso possibilita, por exemplo, lá em Cafuringa, de eles entenderem tudo sobre a história deles e, por exemplo, pela busca de direitos. Eles reconhecerem isso e buscar direitos que lhes são básicos e eles não têm acesso e consciência de que são direitos deles. Então eu acho que é um pouco disso talvez. (Entrevistado 3D)

Já a entrevistada 3E destaca em sua colocação que o estudo da psicologia comunitária é importante até mesmo para aqueles que não se interessam por atuar na área, enriquecendo a formação desse futuro profissional com seu aspecto político, deselitizado, como uma psicologia ampliada.

Eu acho que é muito importante, mesmo pra quem não for atuar, porque, pra entender também uma forma de psicologia mais política, que sai todo daquele meio de psicologia fechada, elitizada. Então eu acho que a psicologia social comunitária, ela vem como uma outra percepção também da psicologia, uma percepção de uma psicologia mais ampliada. Acho que é isso. (Entrevistada 3E)

A entrevistada 3F reflete sobre a importância desse campo para sua formação pessoal apontando fortes contribuições no sentido de retirar o psicólogo do lugar do saber,

visualizando outros conhecimentos que transformam a vida dos sujeitos e são oriundas de seu próprio meio social. Seguindo esse raciocínio, ela cita também a psicologia num lugar de comprometimento social, direcionada à transformação social, que são objetivos primordiais da psicologia comunitária.

Nem sei mensurar a importância, porque eu acho que não tem como a gente permanecer nessa visão de Psicologia tradicional no contexto que a gente vive. Então acho que, como é sempre falado, que a psicologia requer um comprometimento social, então não tem psicologia distante disso. Como que você tem uma prática que não contextualiza, que não está com teorias embasadas em contextos diferentes? Então assim, eu acho que há a importância de caminhar em direção à transformação social mesmo e acho que os profissionais deveriam pelo menos se comprometer em relação a isso (...) Para a minha formação, esse trabalho inicial que eu te falei contribuiu muito porque, como eu disse, foi quando eu tive contato com o surgimento da psicologia social no Brasil e também de um movimento de desconstrução aqui dessa ideia de psicologizar as coisas. Porque na maioria das vezes que a gente tem é muito nítida essa tendência de psicologizar tudo, ainda mais no início da nossa formação, e a gente fica se achando os psicólogos já. Mas é muito importante saber que a gente não está nesse lugar de saber e que existem conhecimentos que constroem transformações ali na vida daquele sujeito que vem do próprio contexto deles e não do nosso.
(Entrevistada 3F)

A partir da análise das colocações dos entrevistados em torno dos três tópicos elencados acima – 1) o que entendem como psicologia comunitária; 2) qual sua postura diante dessa abordagem ou as características necessárias para um psicólogo que atue sob seu enfoque; e 3) quais as contribuições da psicologia comunitária para a formação do psicólogo – foi possível concluir o quanto o nível de contato com essa abordagem influencia o conhecimento em torno dela, os argumentos e a afetação pessoal.

As respostas do grupo I, já a partir do primeiro tópico analisado, se mostraram bastante rasas e pautadas no conhecimento superficial da psicologia comunitária, o que se explica pelo fato de não terem cursado ainda a disciplina que trabalha com esse paradigma em seu curso. Já no início das entrevistas elas assumiram ter ouvido falar poucas vezes sobre a área, mas demonstraram abertura para conhecê-la mais a fundo quando cursarem a disciplina.

As respostas do grupo II revelam o quanto o contato com a disciplina teórica já faz diferença na forma do graduando se posicionar, enriquecendo seu conhecimento e dando-lhe embasamento para construir argumentos coerentes aos principais preceitos do campo estudado. No entanto em suas falas percebe-se ainda um baixo grau de afetação pessoal, pois

muitas colocações ainda são na terceira pessoa e sua visão de projeção de atuação futura ainda não está consolidada.

Os entrevistados do grupo III, que conjugam contato teórico e experiências práticas na área, mostraram bastante empatia e afetação por esse campo. Expressam em suas colocações envolvimento emocional e o interesse de aplicação futura da área em sua atuação profissional, visualizando de forma sistemática a aplicabilidade dessa abordagem na atuação do psicólogo. Isso se deve ao fato de suas principais experiências estarem relacionadas às atividades do grupo de estudos e intervenção do qual participam, sendo desse modo formalizadas.

Assim, é notório que a intensidade das experiências práticas enriquecem e fortalecem os princípios teóricos estudados, gerando afetações mais profundas na formação profissional do graduando e solidificando seus conhecimentos, abrindo o olhar para as suas possibilidades de aplicação. Essa conclusão se baseia no fato de os entrevistados do grupo III terem respostas mais seguras, recheadas de argumentações e exemplos práticos, relacionados a um grau de afetação e profundo envolvimento e investimento emocional.

6.3.2 Análise das Concepções de Ideologia e Poder nos discursos dos entrevistados

Outro foco de análise das colocações dos graduandos nas entrevistas realizadas centrou-se nas referências às suas concepções de ideologia e poder, examinando-as a partir dos pressupostos de Martín-Baró. Para a sistematização dessa análise, as falas dos entrevistados foram organizadas em função dos quatro grupos apresentados anteriormente. As falas aqui reproduzidas são recortes de diferentes momentos da entrevista.

Nos discursos dos entrevistados do grupo I as referências às concepções de ideologia se apresentaram de maneira atrelada à totalidade de suas experiências ao longo da graduação. Na maioria das entrevistas foram mencionados termos como desconstrução e construção de ideologias, apontando modificações em suas formas de pensar e agir a partir do momento em que começaram a cursar psicologia, o que lhes impulsionou ao posicionamento crítico com mais frequência em seus cotidianos e em relação às suas próprias ações.

Mexe muito assim, tanto que eu tenho muito cuidado para falar as coisas, eu acho que essa questão do cuidado veio muito depois que eu comecei a fazer psicologia.(...)(Entrevistada 1A).

Muita coisa que eu pensava antes de entrar na faculdade acho que já não existe mais, eu já revi muita coisa ao longo desses dois anos. E não só o curso em psicologia, mas o ambiente também da universidade contribuiu muito para isso. (...) (Entrevistada 1C)

Então, nunca ter ideias totalmente pré-concebidas e fechadas sobre coisas da vida, sobre posicionamentos, sobre opiniões por exemplo. Eu acho que ela me desconstruiu em muitos aspectos. (...) (Entrevistada 1D)

Nas colocações expostas pelos entrevistados desse mesmo grupo relacionadas às suas concepções de poder, as respostas também abrangeram amplamente seu percurso formativo. Alguns citaram o curso de psicologia como detentor de um “*status acadêmico*” frente a outros cursos e outros saberes, como os saberes ancestrais, o que lhe conferiria um lugar de poder. Houve menções à relação professor-aluno ainda hierarquizada em algumas disciplinas do curso, as mesmas que reforçam em suas possibilidades de atuação um caráter elitizado do saber psi. Na mesma direção de pensamento, citaram também as relações verticalizadas entre os gestores (diretor, reitor) e a comunidade acadêmica, que caracterizam a detenção de poder daqueles sobre esses, e a relação entre a psicologia e a medicina, principalmente através da psiquiatria, como um “*jogo de poder de fala*”. Mencionaram também as decisões sobre a escolha dos autores a serem estudados como uma expressão de poder de um pequeno grupo sobre os demais.

Eu acho que às vezes a psicologia também se torna muito um campo de saber em relação a outros conhecimentos, só porque é uma psicologia.(...) Então já tem um status acadêmico ali que meio que deixa outras coisas de lado, como por exemplo os saberes ancestrais, tipos de religiões e de crenças assim, às vezes acaba se sobressaindo diante disso como se isso não fosse um saber. (Entrevistada 1A)

Olha, eu consigo observar algumas relações de poder sim no curso de psicologia. Alguns professores exercem essa hierarquia de forma muito clara, então a gente consegue sentir isso.(...) Então eu vejo que algumas disciplinas, algumas linhas da psicologia, ainda têm esse caráter elitizado e de poder, enquanto outras estão se refazendo. (Entrevistada 1B)

Na profissão de psicólogo, mais uma relação de poder também com a instituição médica, no caso a psiquiatria e a psicologia têm muito isso, de quem tem mais poder de fala, quem tem pouco. (Entrevistada 1C)

Eu acho que ainda é muito homogêneo as nossas leituras e acho também que isso seja uma relação de poder dentro do curso.(...) (Entrevistada 1D)

Nas entrevistas do grupo II, as colocações relativas às concepções de ideologia e poder também se direcionaram no sentido de tomar as experiências observadas no curso de

psicologia como um todo. No que diz respeito às suas concepções de ideologia, os entrevistados expressaram que o curso os “virou do avesso”, os fez desconstruir muitas ideologias que traziam do seio familiar diante de diferentes temas.

Desconstruí muita coisa desde que eu cheguei aqui, sabe, um pensamento muito marcado pela religiosidade mesmo. Desconstruí muito, não consegui desconstruir tanto porque eu ainda não consigo expor isso na minha casa e eu acredito que eu não vá, sinceramente, porque são pessoas muitos religiosas. (Entrevistada 2A)

Tudo que eu aprendi, tudo que eu sei, tudo que eu me moldei como pessoa e profissional, futuro profissional, foi durante os três anos que eu estou aqui. Então acho que mudou tudo, todas as minhas opiniões foram construídas aqui. (...) (Entrevistado 2B)

Fez uma bagunça, mexeu com tudo, tudo mesmo. Acho que eu sou outra pessoa agora com a psicologia(...). Eu acho que o curso de psicologia é só pra, primeiramente, te virar do avesso assim. Eu acho isso bom (Entrevistada 2C)

Em seus apontamentos relativos às relações de poder, os entrevistados do grupo II foram generalistas afirmando que tais relações podem ser verificadas em todos os espaços e instituições. Em suas colocações houve aproximação entre os conceitos de poder e hierarquia, sendo citadas as relações professor-aluno e coordenação de curso-aluno, nas quais os alunos são posicionados como objetos sobre os quais o poder é exercido, de maneira desfavorável.

No nosso curso de psicologia eu acho que não tem tanto (relações de poder), tem, mas eu faço parte da empresa júnior também daqui da [universidade] e eu estou lidando muito com pessoas de economia, então eu vejo muito mais relação de poder lá. (...) (Entrevistada 2A)

A gente passa por alguns perrengues durante a graduação sobre as pessoas não entenderem muitas questões que vão para além dos muros da Universidade, que a gente lida com muitas realidades de vida e isso está totalmente ligado a essa questão comunitária também. (...) (Entrevistado 2B)

A gente está vivendo uma relação de poder em todos os âmbitos da vida em qualquer lugar, basta você ter uma análise mais crítica pra você perceber. Eu acho que no curso principalmente na relação professor-aluno, na relação aluno-coordenação. (Entrevistada 2C)

Nas entrevistas do grupo III, as colocações acerca da ideologia e do poder foram mais profundas que as dos demais grupos. Não limitaram suas falas àquelas experiências na instituição de ensino, nas hierarquias próprias desse espaço. Eles ampliaram o olhar para suas

próprias experiências, além de se projetarem na atuação futura que pretendem adotar e, também, o quanto as mudanças em suas ideologias influenciam essas práticas desejadas, envolvendo seus posicionamentos diante de questões sociais. Em suas colocações todos apontaram que o curso de psicologia mexeu em suas ideologias no sentido de possibilitar a ampliação de seu olhar para a própria psicologia e suas possibilidades de ação, além de problematizarem a própria psicologia, a estrutura do curso, o que se estuda, quais autores são lidos, se aquela teoria é aplicável à realidade social na qual se vive, se contempla todas as classes sociais ou se mantém elitizada, se chega de fato às camadas populares da sociedade e se está atenta às suas demandas. Os entrevistados citaram, ainda, autores que discutem essas questões e relataram experiências pessoais de desconstrução de ideologias que possuíam antes da graduação.

Porque você conhece muita gente de vários estados e pensamentos, subjetividades, discussões totalmente diferentes e aqui dentro é um mundo. Porque aí você entende mais sobre leituras, sobre religiões, aí você vai começar a entender o que é a saúde pública, que que é o SUS, que que é você ter acesso ou não, o que que é essa escuta desse sujeito,(...) e entender o território em que se está e passar para o outro. Porque nós, como agentes da Saúde, também é um dever nosso passar para o outro “você tem direito disso, isso é direito seu, o SUS, ele é para todos”. Essa questão da saúde pública me afetou bastante, porque eu não tinha conhecimento. (Entrevistada 3A)

A psicologia é muito branca, muito elitista e é muito classista (...) na minha graduação inteira, o que eu mais estudei foi homem cis branco falando sobre a realidade de um monte de gente e europeu ainda. Eu precisei chegar no meu quinto, sexto período para aprender uma coisa diferente. Como que a gente passa metade do nosso curso estudando uma coisa que não se aplica na nossa realidade? (...) E como que eu chego lá, pra uma comunidade remanescente quilombola, que é onde a gente trabalha, e vou usar isso? É absurdo. (...) Até porque agora com o REUNI que a gente começou a ter uma maior inserção da classe popular na universidade. E aí (...) A gente está estudando os conhecimentos que foram produzidos? Porque a gente tem várias coisas construídas. A gente tem Frantz Fanon, a gente tem, Virgínia Bicudo, a gente tem Baró, a gente tem várias pessoas que construíram uma outra ideologia baseada na América Latina e que estão ali, que construíram já há um maior tempão atrás, mas a gente não estuda, a gente não vê sobre isso. (Entrevistada 3B)

Vindo do interior de São Paulo, 400 km da capital, numa cidade com 70% da população branca, não entendia o tanto que eu era racista aqui, e como que eu continuo sendo racista, como que eu reproduzo isso, como continuo sendo machista. Então começou a vir tudo isso à tona e colocando em jogo. Mesmo eu me colocando como gay, o tanto que eu sou homofóbico e continuo sendo. Então na universidade eu vi tudo isso, saí desse lugar de ser o típico menino do interior que vem com essa concepção neoliberal, dessa concepção de que é isso, é o capitalismo, vamos trabalhar com essa ideia desse lucro, dessa venda, dessa entrega para o capital, em prol desse

capital. Então fui tirando tudo isso.(...) Eu não trocaria a [universidade] por nada, por causa desses processos, e quanto foi intensa a questão da politização e a psicologia social dentro deste curso, com esse movimento forte que tem foi primordial para produzir pelo menos um profissional diferente do que pensou entrar na faculdade. (Entrevistado 3C)

No que diz respeito às relações de poder, a visão que os entrevistados expressam extrapola os muros da universidade e contempla questões sociais marcantes, as quais também derivam de suas experiências ao longo da graduação, principalmente em psicologia comunitária. Alguns fizeram referência à relação hierárquica entre professores e alunos na universidade como sinônimo de relação de poder, assim como os demais grupos. Mas foram além, apontando também a visualização das relações de poder em situações como o planejamento de realizar uma ação de extensão universitária em uma comunidade remanescente de quilombo e ser impedido pela falta de transporte até a comunidade, bem como a limitação de levar os jovens da comunidade até a universidade. Ressalta-se, ainda, a preocupação de estarem desenvolvendo um trabalho na comunidade como estudantes de psicologia e isso representar uma relação verticalizada de poder, como se eles fossem detentores do saber em relação aos sujeitos comunitários, diferente do que desejam enquanto futuros psicólogos. Eles querem também apreender o que a comunidade traz como conhecimento, querem estabelecer uma relação horizontalizada de troca de conhecimentos.

E eu posso ter toda prática do mundo, posso ter tudo ali, mas quando eu chego ali (na comunidade quilombola onde atua) eu sou uma menina, tipo branca, classe média e que estou com um corpo que causa efeitos numa cena. E entender isso também, entender o local é um lugar muito angustiante de estar na psicologia comunitária. Ainda mais na comunidade que a gente atua que, por exemplo, a luz foi chegar em junho, eles não têm água potável até hoje, a prefeitura cortou o transporte, então não tem nem como eles se moverem (...).É uma prática que causa muita angústia, tem muita reverberação no corpo, mas tipo, é a cara do Brasil.(...)Eu acho que quando a gente trabalha com um sujeito, tipo na psicologia comunitária, a gente trabalha com o ideal de emancipação e integramento também, e de reviver a memória coletiva. Então quando a gente revive uma memória coletiva a gente entende os efeitos daquele passado, do que está causando no futuro e tal, e um dos trabalhos da psicologia comunitária eu acho que é também não ajudar, mas poder trabalhar de forma que os sujeitos consigam construir uma autonomia de estar ali, sendo autores de políticas públicas e não sendo destinatários, mas estar ali fazendo junto. (...) (Entrevistada 3B)

Eu vejo as relações de poder como querendo te podar em todo momento. (...) Então, há relação de poder quando eu tento ir pra (comunidade quilombola onde atua) e eles não me fornecem ônibus, quando eu tento conversar com o professor sobre determinado assunto, tipo questões raciais ou sociais e eles tratam como recorte. Isso também é uma relação de poder. (...) De apenas um professor me dar oportunidade de estar em congresso e apresentar

trabalhos. (...) Então como que a gente está criando profissionais se a gente está limitando-os de ocupar esses espaços de discussões? (Entrevistado 3C)

Eu acho que até no nosso papel, querendo ou não, quando a gente vai fazer uma intervenção a gente está nesse lugar de poder. Porque a gente é o lugar de saber da academia, da universidade e também, querendo ou não, a gente traz essa percepção que a gente vai fazer algo, algo de bom. Então a questão de poder ela está sempre ali. O processo eu acho é questionar como que a gente desvincula disso (...) (Entrevistada 3E)

Eu acho que é uma prática construída em conjunto, em que a gente não leva um saber, até como se aquelas pessoas não tivessem um saber e a gente fosse chegar lá e salvar as pessoas que não possuem conhecimento. (Entrevistada 3F)

Após analisar as concepções de ideologia e poder identificadas nas entrevistas, é possível observar entre os grupos o impacto que o contato com a psicologia comunitária durante a graduação gera nos discursos dos entrevistados, possibilitando principalmente uma abertura do olhar para outras questões sociais que extrapolam o espaço universitário. Isso é notório quando se considera a intensidade dos discursos dos entrevistados que tiveram experiências práticas com a psicologia comunitária (grupo III) em relação aos discursos dos que tiveram contato apenas teórico ou nem tiveram (grupos I e II).

Os discursos do grupo I são generalistas, apontam as relações de poder principalmente em torno do campo da psicologia, dentro do espaço acadêmico, e fazem considerações a respeito das influências da graduação sobre suas ideologias apontando apenas que causaram desconstruções em suas formas de pensar, sem apontar exemplificações.

Os discursos dos entrevistados do grupo II, embora se assemelhem em alguns aspectos ao grupo I, avançam um pouco mais, pois consideram em suas falas as experiências pessoais vividas, nas quais percebem relações de poder ou influências da psicologia sobre suas ideologias.

Já as colocações do grupo III são mais profundas que as dos demais grupos, o que se dá principalmente por sua preocupação extramuros da universidade, com questões sociais que vão além da psicologia em si, juntamente às constantes referências ao fazer profissional do psicólogo em sua atuação futura. Esse olhar diferenciado dos entrevistados do grupo III se deve pelas experiências vivenciadas no grupo de estudos e intervenção na comunidade remanescente de quilombola, onde problematizam questões sociais que afetam o cotidiano dessa localidade, sua necessidade de preservação da memória coletiva, planejando estratégias

que considerem a busca de sujeitos com autonomia e com acesso às políticas de garantia de direitos. Alguns entrevistados do grupo III partilham brevemente suas experiências pessoais com intensidade, relacionando diretamente algumas “desconstruções/construções” particulares às ações desenvolvidas em psicologia comunitária, sobretudo através do grupo de estudos e intervenção na comunidade.

Assim, podemos retomar o terceiro objetivo específico deste trabalho, “investigar entre estudantes de diferentes períodos de formação em psicologia e com diferentes experiências em psicologia comunitária, concepções acerca dessa abordagem”, para responder que uma experiência prática, como a vivenciada pelos integrantes do grupo III na comunidade quilombola, sob a perspectiva da psicologia comunitária, é fundamental para que uma formação como futuros psicólogos seja ampliada, no sentido de prepará-los para uma atuação menos elitizada e mais comprometida com as realidades sociais das comunidades. O envolvimento no grupo de estudos e intervenção psicossocial contribuiu significativamente para a modificação das suas concepções de poder e ideologia, fortalecendo a relação que estabelecem com o campo de atuação social-comunitário. Dessa forma, mostra-se mais potente o percurso formativo desse grupo com acúmulo teórico e prática comunitária.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscamos compreender se um conjunto de experiências teórico-práticas em psicologia comunitária, durante a graduação em psicologia, poderia modificar concepções de poder e ideologia na formação do psicólogo. Objetivo este fundamentado na convicção de que o psicólogo precisa superar outras relações ideológicas e de poder com a sociedade, presentes em posições clínicas individualizantes, fatalistas e assistencialistas.

Nessa direção, uma das ações implementadas nesta pesquisa consistiu no acompanhamento de um grupo de estagiários de psicologia com atividades formativas em psicologia comunitária desenvolvidas em um colégio de ensino médio ao longo de um semestre letivo. Foram aplicados questionários a esses estagiários e registradas por escrito observações e conversas informais no decorrer das atividades e encontros de supervisão. Os dados coletados foram analisados sob a perspectiva da análise de discurso crítica (ADC) de Norman Fairclough, ressaltando os conceitos de poder e ideologia em seus discursos.

No entanto, ao longo do semestre as atividades foram sendo redirecionadas para outros focos – atendimentos individualizados – diferentes do olhar comunitário, que era a proposta central do estágio. Algumas lacunas foram percebidas como fatores que empobreceram a experiência e privaram o grupo de maiores aprendizados. A própria professora responsável pela supervisão do grupo permitiu esse redirecionamento nas intervenções e não propiciou que os estagiários refletissem a respeito desse deslocamento; na verdade parecia tão natural e idealizadas aos estagiários as intervenções individualizadas que eles nem perceberam a intensidade dessa reorientação. Na realidade escolar na qual o grupo realizou suas intervenções, havia inúmeras particularidades de ordem comunitária que afetavam muitos dos alunos e que poderiam ter sido alvos de observação e discussão junto a eles, as quais foram simplesmente desconsideradas, como se sua problematização não fosse da competência do saber psi. O grupo estava atuando “na comunidade”, mas não voltou suas ações “para a comunidade”. Essa observação sugere que esse grupo de graduandos, especificamente, ainda que estivesse num estágio em psicologia comunitária, tinha seu olhar para a prática do psicólogo muito centrado no modelo clínico individualizado, o que pode ser reflexo da ênfase de seu curso e de seus reais interesses futuros de atuação, de acordo com as falas que eles

apresentavam nas conversas com a pesquisadora, além de um limitado suporte teórico que sustentasse uma prática de fato comunitária.

Por se tratar de um grupo de estagiários em psicologia comunitária, senti falta de que os estagiários assumissem em sua postura o caráter crítico da psicologia social comunitária e se comprometessem com a conscientização da comunidade escolar em relação ao seu potencial frente às inúmeras questões sociais que a abalam, preocupando-se em fomentar a autonomia nos sujeitos com vistas às possibilidades de mudança social; eles não o fizeram. As experiências vivenciadas pelo grupo foram importantes para sua formação, no entanto não foram extraídas em sua totalidade, pois ainda que se estivesse no espaço comunitário, os estagiários não assumiram a postura adequada proposta pela psicologia comunitária, rendendo-se à hegemonia e suposto *status* dos atendimentos clínicos individualizados.

As observações junto ao grupo de estágio foram muito válidas, mas não deram conta, por si só, de responder à pergunta orientadora desta pesquisa. Por isso desenvolveu-se em sequência uma outra etapa com graduandos de uma universidade pública. A fim de investigar algumas concepções nos discursos de estudantes de diferentes períodos de formação em psicologia e com diferentes experiências em psicologia comunitária, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com estudantes em três condições: 1) sem qualquer relação com a psicologia comunitária; 2) estudantes que cursaram apenas uma disciplina teórica desse campo; e 3) estudantes que além dessa disciplina participavam de um grupo de estudos e intervenção psicossocial em psicologia comunitária em uma comunidade remanescente de quilombola.

Após análise das entrevistas, sob a perspectiva das relações de poder e de ideologia a partir da ADC de Fairclough, se depreendeu que o terceiro grupo de graduandos, que participava de intervenções em psicologia comunitária possuía um acúmulo teórico expressivo e que se projetavam em suas atuações futuras e reconheciam o quanto as mudanças em suas ideologias influenciam essa prática que desejam. Para isso, diferentemente dos demais grupos, além de problematizarem as estruturas de poder do próprio curso e a ideologia firmada por meio da estrutura teórica curricular e bibliográfica orientada, questionam também a própria atuação do profissional psicólogo. Indagam, desse modo, uma atuação que alcance de fato às camadas populares da sociedade e que se priorizem as suas demandas. Isso demonstra um caminho de formação de profissionais comprometidos com os direitos humanos e de fato preparados para uma atuação ampliada.

Estabelecendo um paralelo entre as experiências práticas acompanhadas com o grupo de estágio da universidade privada e as experiências vivenciadas pelos entrevistados da universidade pública que participavam de um grupo de estudos e intervenção psicossocial, percebe-se a importância de que exista coerência – e até uma possível concomitância – entre o suporte teórico e as práticas possibilitadas aos estudantes, de forma a direcioná-los corretamente, respeitando os pressupostos da abordagem assumida.

Nesse sentido, a fim de verificar a presença de espaços de discussão em torno da psicologia comunitária nos cursos de graduação em psicologia, foram analisadas as propostas curriculares dos cursos com avaliação máxima no último ENADE. Nessa análise verificou-se que a maioria, 72% dos cursos analisados, contempla em seus currículos disciplinas teóricas relacionadas à psicologia comunitária, ofertadas tanto em caráter obrigatório quanto eletivo, concentrando essa oferta em períodos próximos à metade do curso.

Assim, depreende-se que existem sim espaços para discussão a respeito da psicologia comunitária ao longo da graduação, no entanto a oferta de disciplinas teóricas por si só não dá conta de preparar o graduando para a prática, sendo de extrema importância e peso que as vivências práticas ao longo da graduação sejam bem estruturadas e coerentes com os pressupostos e com o compromisso social, ético e político da psicologia comunitária. Enfatiza-se a importância de uma formação profissional que contemple saberes descolonizados e que reconheça a urgência de debates sobre relações raciais, de opressão, poder, gênero, etc. Esses aspectos são relevantes para o reconhecimento de ideologias antipopulares nas práticas profissionais e nas atuações em políticas públicas.

A partir dos caminhos percorridos pela presente pesquisa, é possível responder à questão que a orienta (é possível que experiências em psicologia comunitária proporcionadas durante a formação em psicologia, na graduação, contribuam para a modificação da concepção de poder e ideologia na relação profissional do psicólogo com seu campo de atuação social-comunitário?), afirmando que o envolvimento de estudantes de psicologia em projetos e experiências práticas em psicologia comunitária são fundamentais para a modificação de suas concepções de poder e ideologia e para o compromisso com as pautas das maiorias populares brasileiras. Essas experiências práticas contribuem no enriquecimento do olhar e na postura crítica do psicólogo, possibilitando uma importante ampliação em sua formação enquanto profissional, devendo ser algo cada vez mais previsto nos currículos universitários de formação do profissional Psicólogo.

É evidente que essa proposição é, também, assumidamente contra-hegemônica. Isso foi sendo percebido na trajetória desta pesquisa. Durante seu desenvolvimento muitas foram as resistências encontradas nas tentativas de estabelecer parcerias para a realização de algumas etapas, tanto junto a psicólogos já no exercício da profissão (atuando em Centros de Referências e Unidades Básicas de Saúde), quanto com grupos de estágios de algumas universidades. Tais resistências apresentaram limitações iniciais para nossa pesquisa e nos forçaram a repensar e redirecionar alguns objetivos então estabelecidos, nos tirando de uma possível zona de conforto. No entanto, esse redirecionamento nos possibilitou vislumbrar caminhos até então não considerados, indo muito além do que inicialmente esperávamos e alcançando resultados mais frutuosos e enriquecedores do que podíamos imaginar para esta pesquisa.

Finalizando este trabalho, visualizamos que ele não dá conta de esgotar a temática discutida, nem tem essa pretensão. Ele apenas aponta algumas contribuições das experiências em psicologia comunitária para a formação do psicólogo e oferece direcionamentos para novos caminhos que expandam a pesquisa, deixando algumas indagações em aberto: As disciplinas relacionadas à psicologia comunitária contemplam carga horária para experiências práticas? Como se organizam as ementas dessas disciplinas? Quais autores e temáticas essas disciplinas contemplam? Qual o perfil socioeconômico dos graduandos em psicologia que procuram experiências comunitárias? Há hierarquia entre as áreas de estágio ofertadas nos cursos de psicologia? Como atuam os psicólogos que estão inseridos em comunidades? Qual a sua base formativa para atuação? Há formação continuada para profissionais que atuam sob a perspectiva comunitária? Esses são apenas alguns dos muitos caminhos possíveis para futuras investigações.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, Alana Braga, XIMENES, Verônica Moraes, MOURA JR. James Ferreira. O ensino da ética em Psicologia Comunitária no Nordeste do Brasil: reflexões e apontamentos a partir do paradigma da libertação. **Pesquisa Práticas Psicossociais**, 14(3), p.1-19, 2019.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez, 1980.

BENEVIDES, Regina. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces? **Psicologia e Sociedade**, 17(2), p.21-25, mai./ago. 2005.

BRASIL. Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 27 ago. 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4119-27-agosto-1962-353841-norma-pl.html> Acesso em: 06 mai. 2019.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 13 ago 2019.

CRUZ, Lílian Rodrigues da; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de; AMORETTI, Juliana. Breve História e alguns desafios da Psicologia Social Comunitária. In: SARRIERA, Jorge Castellá; SAFORCADA, Enrique Teófilo (org.). **Introdução à Psicologia Comunitária: bases teórica e metodológicas** (p.76-96). Porto Alegre: Ed. Sulina, 2017.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Contribuições Teóricas ao Estudo Psicopolítico da Ideologia. **Teoría y Crítica de la Psicología**, 6, p.77-101, 2015.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos**. 2ª ed. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. 2ªed. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 2016.

FERNANDES, Antónia Pratas. (Alguns) quadros teóricos da Psicologia Comunitária. **Análise Psicológica**, 02(18), p.225-230, 2000.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Práxis e formação em Psicologia Social Comunitária: exigências e desafios ético-políticos. **Estudos de Psicologia**, 32(3), p.521-532, 2015.

_____. Psicologia Social Comunitária como politização de vida cotidiana: desafios da prática em comunidade In: STELLA, Claudia (org.). **Psicologia Comunitária: contribuições teóricas, encontros e experiências** (p.68-85). Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária – práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 1960 a 1990, no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia** (p.44-65). 20ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. Psicologia Comunitária. **Universitas Ciências da Saúde**, 01(2), p.277-297, 2008.

GONÇALVES, Mariana Alves; PORTUGAL, Francisco Teixeira. Alguns apontamentos sobre a trajetória da Psicologia Social Comunitária no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 32 (num. esp.), 138-153, 2012.

GONÇALVES, Mariana Alves; PORTUGAL, Francisco Teixeira. Análise histórica da Psicologia Comunitária no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, 28(3), 562-571, 2016.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Histórico e Fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia** (p.15-28). 20ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

_____. O Papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia**, 2(1), p.7-27, 1996.

_____. **Sistema, grupo y poder**. Psicología social desde Centroamérica II. San Salvador: UCA Ed., 1989. (Colección Textos Universitarios, 10).

MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. Processo Grupal e a Questão do Poder em Martín-Baró. **Psicologia & Sociedade**, 15(1), p.201-217, 2003.

MENDONÇA, Gabriel Silveira. **O Conceito de Ideologia em Martín-Baró**: reflexões a partir do materialismo histórico-dialético. 2017. 201 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2017.

MENDONÇA, Gabriel Silveira; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de; GUZZO, Raquel Souza Lobo. O Conceito de Ideologia na Psicologia Social de Martín-Baró. **Psicologia Política**, 16(35), p.17-33, jan/abr, 2016.

MENEZES, Mario Barreto. **O arquivo Negro de Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes: Sn, 2011.

NEPOMUCENO, Léo Barbosa et al. Por uma Psicologia Comunitária como Práxis de Libertação. **Psico**, 39(4), p.456-464, 2008.

NETO, João Leite Ferreira. A atuação do psicólogo no SUS: análise de alguns impasses. **Psicologia Ciência e Profissão**, 30(2), p.390-403, 2010.

NOGUEIRA, Conceição. Análise(s) do Discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 24(2), p.235-242, 2008.

OBBERG, Lurdes Perez. O conceito de comunidade: problematizações a partir da psicologia comunitária. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 18(2), p.709-728, 2018.

ORNELAS, José. Psicologia Comunitária: origens, fundamentos e áreas de intervenção. **Análise Psicológica**, 3(15), p.375-388, 1997.

PIRES, Ana Cláudia Tolentino; BRAGA, Tânia Moron Saes. O psicólogo na saúde pública: formação e inserção profissional. **Temas em Psicologia**, 17(1), p.151-162, 2009.

PIZZI, Bruno Passos; GONÇALVES, Mariana Alves. Reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a tarefa de transformação social na obra de Martín-Baró e na psicologia social comunitária. **Teoría y Crítica de la Psicología**, 6, p.162-195, 2015.

PIZZINATO, Adolfo. Psicologia da Libertação. In: SARRIERA, Jorge Castellá; SAFORCADA, Enrique Teófilo (org.). **Introdução à Psicologia Comunitária**: bases teórica e metodológicas (p.113-138). Porto Alegre: Ed. Sulina, 2017.

QUEIROZ, Hamilton Barreto; SANTOS, Luciano Costa. O desenraizamento e seus efeitos na educação contemporânea. 2018. Disponível em:

<<https://repositoral.cuaed.unam.mx:8443/xmlui/bitstream/handle/20.500.12579/5174/VEBR18.0209.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acessado em: setembro de 2019.

RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. Constituição da Análise de Discurso Crítica: um percurso teórico-metodológico. **Signótica**, 17(2), p.275-298, 2005.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica**. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2019.

SAWAIA, Bader Burihan. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia** (p.29-43). 20ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger. **Psicologia Comunitária no Rio Grande do Sul: registros da construção de um saber-agir**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Psicologia Social Comunitária e Formação Profissional. **Psicologia & Sociedade**, 19(2), p.100-108,2007.

SOUZA, Fátima Cruz. **Psicología Comunitária**. Buenos Aires: Ed. Lumen/Hvmanitas, 1999.

TILIO, Rogério. Revisitando a Análise Crítica do Discurso: um instrumental teórico-metodológico. **Revista do Curso de Letras da UNIABEU**, 1(2), p. 86-102, 2010.

<http://emec.mec.gov.br> Acesso em 10/12/2018

<http://www.scielo.org/php/index.php> Acesso em 15/12/2018

<https://www.redalyc.org/> Acesso em 18/12/2018

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: A Psicologia Comunitária na Formação Profissional do Psicólogo: Uma investigação sobre as contribuições deste campo de estudo para uma formação ampliada

Pesquisador responsável: Prof. Dr. Nilcimar dos Santos de Souza – UFRJ

Aluna de mestrado (Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde – NUTES da UFRJ – Turma Macaé) responsável: Ana Aparecida da Silva Azevedo

Informações sobre a pesquisa: A pesquisa terá duração de _____ meses, a partir da assinatura deste documento, com o término previsto para julho de 2020. A pesquisa tem o objetivo de investigar as contribuições que experiências de ação formativa em Psicologia Comunitária podem gerar para a formação de psicólogos.

Sua participação é voluntária e consiste em participar de atividades práticas em espaços de educação e saúde pública em comunidades do município de Macaé e ocasionalmente responder perguntas a serem realizadas sob a forma de questionários, rodas de conversa ou entrevistas. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa.

Assim, convidamos você, aluno de graduação em Psicologia, a participar deste estudo. Assumimos o compromisso de manter sigilo quanto à sua identidade, como também garantimos que o desenvolvimento da pesquisa foi planejado de forma a não produzir riscos ou desconforto para os participantes. Pedimos também autorização para gravar (gravação em áudio) o que for falado durante as rodas de conversa e entrevistas, garantindo que quando for necessário exemplificar ou mencionar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será citado apenas pelas iniciais.

Ana Aparecida da Silva Azevedo

Prof. Dr. Nilcimar dos Santos Souza

Consentimento Pós-informação

Eu, _____
____, RG _____, assinado abaixo, tendo recebido as informações acima, e ciente dos meus direitos, concordo em participar da referida pesquisa, bem como ter:

1. A garantia de receber todos os esclarecimentos sobre todas as discussões antes e durante o desenvolvimento da pesquisa.
2. A garantia de poder desistir de continuar, ou seja, retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independentemente do motivo e sem nenhum prejuízo à minha pessoa.
3. A segurança plena de que não serei identificado, mantendo o caráter oficial da informação, assim como está assegurado que a pesquisa não acarretará nenhum prejuízo individual ou coletivo.
4. A segurança de que não terei nenhum tipo de despesa material ou financeira durante o desenvolvimento da pesquisa, bem como não receberei nenhuma remuneração.
5. A segurança de que esta pesquisa não causará nenhum tipo de risco, dano físico, ou mesmo constrangimento moral e ético.
6. A garantia de que toda e qualquer responsabilidade nas diferentes fases da pesquisa é dos pesquisadores, bem como fica assegurado que haverá ampla divulgação dos resultados finais nos meios de comunicação e nos órgão de divulgação científica em que a mesma seja aceita.
7. A garantia de que o propósito maior da participação será o de aumentar o conhecimento científico acerca das ciências.
8. A garantia de que todo material resultante será usado exclusivamente para a construção da pesquisa e ficará sob guarda dos pesquisadores, cujo contato para mais informações é Av, Carlos Chagas Filho, 373, Bloco A / Sala 12, Centro de Ciências da Saúde - Cidade Universitária, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21949-902, Ilha do Fundão, Telefone (21) 3938-6343.

Tendo ciência do exposto acima, desejo participar da pesquisa. Este documento é emitido em duas (02) vias que serão assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma (01) via com cada um de nós.

Macaé, _____ de _____ de _____.

Assinatura do voluntário participante

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA ESTAGIÁRIOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE

Linha de Pesquisa: Formação Profissional e Docente nas Ciências e na Saúde

Mestranda: Ana Aparecida da Silva Azevedo

Orientador: Prof. Dr. Nilcimar dos Santos Souza

Título da pesquisa: A Psicologia Comunitária na Formação Profissional do Psicólogo: Uma investigação sobre as contribuições deste campo de estudo para uma formação ampliada

Questionário para estagiários em Psicologia Comunitária

1. Idade: _____ 2. Sexo: _____
3. Período atual de formação: _____
4. O que entende como Psicologia Comunitária?

5. Qual a sua postura diante desse paradigma de trabalho? Qual a importância dessa área de atuação do psicólogo para você?

6. Ao longo de sua formação você já teve contato com a Psicologia Comunitária? De que forma: disciplina (obrigatória ou eletiva), projeto de pesquisa ou extensão, estágio?

7. Onde e como ouviu falar dessa área pela primeira vez?

8. Já teve alguma experiência prática com a Psicologia Comunitária?

9. Como o trabalho de Psicologia Comunitária pode contribuir para a saúde pública? Quais interfaces possíveis?

10. Quais as características que um Psicólogo precisa para atuar na saúde pública? E no espaço comunitário?

11. O que você caracteriza como essencial para existir uma ação em “psicologia comunitária”: espaço de trabalho ou postura profissional? Justifique.

12. Quais questões você observa como relevantes para discussão no espaço comunitário em que você desenvolve o estágio?

13. Você já ouviu o termo “desenraizamento”? O que você sabe ou imagina que ele descreva?

Obrigada pelas contribuições!

APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM GRADUANDOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E SAÚDE

Linha de Pesquisa: Formação Profissional e Docente nas Ciências e na Saúde

Mestranda: Ana Aparecida da Silva Azevedo

Orientador: Prof. Dr. Nilcimar dos Santos Souza

Título da pesquisa: A Psicologia Comunitária na Formação Profissional do Psicólogo: Uma investigação sobre as contribuições deste campo de estudo para uma formação ampliada

Roteiro para Entrevista Semiestruturada com graduandos de Psicologia

- 1- Idade: _____
- 2- Sexo: _____
- 3- Estado civil: _____
- 4- Etnia: _____
- 5- Religião: _____
- 6- Possui alguma outra ocupação? () sim () não
Se sim, qual? _____
- 7- Período atual de formação: _____
- 8- Se identifica ou pertence a algum grupo comunitário? () sim () não
Se sim, qual? _____
- 9- O que entende como Psicologia Comunitária?

- 10- Qual a sua postura diante desse paradigma de trabalho?

- 11- Qual a importância dessa área de atuação do psicólogo para você?

12- Ao longo de sua formação você já teve contato com a Psicologia Comunitária? De que forma: disciplina (obrigatória ou eletiva), projeto de pesquisa ou extensão, estágio?

13- Onde e como ouviu falar dessa área pela primeira vez?

14- Já teve alguma experiência prática com a Psicologia Comunitária?

15- Como o trabalho de Psicologia Comunitária pode contribuir para a saúde pública? Quais interfaces possíveis?

16- Quais as características que um Psicólogo precisa para atuar na saúde pública? E no espaço comunitário?

17- O que você caracteriza como essencial para existir uma ação em “psicologia comunitária”: espaço de trabalho ou postura profissional? Justifique.

18- Quais questões você observa como relevantes para discussão no espaço comunitário em que você desenvolve o estágio?

• Outras questões que podem surgir durante a entrevista:

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



UFRJ - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
- CAMPUS MACAÉ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A PSICOLOGIA COMUNITÁRIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO: Uma investigação sobre as contribuições deste campo de estudo para uma formação ampliada na saúde pública

Pesquisador: ANA APARECIDA DA SILVA AZEVEDO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 25915019.2.0000.5699

Instituição Proponente: Universidade Federal do Rio de Janeiro Campus Macaé

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.974.159

Apresentação do Projeto:

A presente proposta será realizada em duas etapas práticas. A primeira etapa será caracterizada como uma atividade de pesquisa qualitativa do tipo participante (DEMO, 2008), a qual consistirá no acompanhamento das atividades de estágio em Psicologia Social com foco Comunitário realizadas por um grupo de 8 alunos de graduação em Psicologia, da instituição privada Universidade Estácio de Sá (Macaé), ao longo de um semestre. Suas ações práticas abrangem o desenvolvimento de atividades em um colégio de ensino médio da rede pública estadual (Colégio Estadual Dr. Téli

Barreto), localizado no município de Macaé, no estado do Rio de Janeiro, e encontros semanais para reunião de supervisão na universidade, junto à professora responsável pelo programa de estágio. Os dados serão coletados mediante a aplicação de questionários aos estagiários (anexo A) e o registro escrito de conversas informais com eles em abordagens individuais e coletivas durante o desenvolvimento das atividades do estágio na escola e nas supervisões. A etapa seguinte compreenderá entrevistas semi-estruturadas (anexo B) a estudantes de graduação em psicologia de uma instituição pública do interior do estado do Rio de Janeiro, a Universidade Federal Fluminense (UFF - Campos), com o intuito de investigar as principais contribuições de experiências práticas deste campo para a formação do psicólogo, bem como suas concepções acerca das relações de poder e ideologia. Os estudantes serão divididos em 4 grupos: a) alunos ingressantes,

Endereço: Av. Aluizio da Silva Gomes, 50

Bairro: GRANJA DOS CAVALEIROS

UF: RJ

Município: MACAÉ

Telefone: (22)2796-2552

CEP: 27.930-560

E-mail: cepufrjmacae@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.974.159

b) alunos formandos sem experiências práticas em Psicologia Comunitária, c) alunos formandos com estágio em Psicologia Comunitária e d) alunos formandos sem estágio em Psicologia Comunitária, mas com experiências de pesquisa ou extensão nessa área.

Objetivo da Pesquisa:

O Objetivo principal deste trabalho consiste em acompanhar experiências em Psicologia Comunitária, proporcionadas durante a formação em psicologia, na graduação, capazes de expressar, ao longo dessas experiências, as concepções de poder e ideologia na relação profissional do psicólogo com seu campo de atuação social-comunitário.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A presente pesquisa pode apresentar riscos de cunho subjetivo aos participantes, como desconforto, insegurança ou timidez frente aos questionamentos feitos pela pesquisadora ou por sua presença observando a execução das atividades dos participantes. Tais riscos podem ser minimizados através do cuidado, respeito e atenção minuciosa por parte da pesquisadora na elaboração de possíveis questionamentos e no contato interpessoal com os participantes.

Benefícios:

O principal benefício gerado por esse trabalho será a oportunidade de reflexão aos graduandos de psicologia sobre o seu processo de formação profissional e sobre seu futuro campo de atuação, proporcionando que problematizem e visualizem a possibilidade de uma postura mais humanizada frente à sua profissão.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide campo "Conclusões"

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências levantadas na primeira versão foram satisfatoriamente respondidas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) pesquisador(a), ao término da pesquisa é necessário apresentar o Relatório Final (modelo disponível no site <http://www.macaue.ufrj.br> > comissões permanentes > CEP – Ética em Pesquisa). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para o encerramento de todo

Endereço: Av. Aluizio da Silva Gomes, 50

Bairro: GRANJA DOS CAVALEIROS

UF: RJ

Município: MACAÉ

Telefone: (22)2796-2552

CEP: 27.930-560

E-mail: cepufrjmacaee@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.974.159

o protocolo na Plataforma Brasil.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1473890.pdf	20/02/2020 00:19:22		Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_3760595.pdf	20/02/2020 00:16:19	ANA APARECIDA DA SILVA AZEVEDO	Aceito
Outros	Formulario_de_Resposta_as_Pendencias.odt	20/02/2020 00:15:05	ANA APARECIDA DA SILVA AZEVEDO	Aceito
Orçamento	Orcamento_financeiro_revisado.pdf	20/02/2020 00:10:04	ANA APARECIDA DA SILVA AZEVEDO	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_Universidade_Publica_UFF.pdf	20/02/2020 00:09:06	ANA APARECIDA DA SILVA AZEVEDO	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_Universidade_Privada_Estacio_de_Sa.pdf	20/02/2020 00:08:51	ANA APARECIDA DA SILVA AZEVEDO	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_Colegio_Estadual.pdf	20/02/2020 00:07:47	ANA APARECIDA DA SILVA AZEVEDO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Completo_Ana_Aparecida_Revisado.pdf	19/02/2020 23:59:10	ANA APARECIDA DA SILVA AZEVEDO	Aceito
Cronograma	Cronograma_para_pesquisa_Revisado.pdf	19/02/2020 23:54:51	ANA APARECIDA DA SILVA AZEVEDO	Aceito
Outros	Anexo_1_Questionario.pdf	20/11/2019 22:01:34	ANA APARECIDA DA SILVA AZEVEDO	Aceito
Outros	Anexo2_Roteiro_para_entrevista.pdf	20/11/2019 21:47:53	ANA APARECIDA DA SILVA AZEVEDO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	20/11/2019 21:37:58	ANA APARECIDA DA SILVA AZEVEDO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_compromisso_do_pesquisador.pdf	20/11/2019 21:36:38	ANA APARECIDA DA SILVA AZEVEDO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Ana.pdf	20/11/2019 21:28:45	ANA APARECIDA DA SILVA AZEVEDO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Aluizio da Silva Gomes, 50

Bairro: GRANJA DOS CAVALEIROS

UF: RJ

Município: MACAÉ

Telefone: (22)2796-2552

CEP: 27.930-560

E-mail: cepufrjmacaee@gmail.com



UFRJ - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
- CAMPUS MACAÉ



Continuação do Parecer: 3.974.159

MACAE, 15 de Abril de 2020

Assinado por:
Thiago da Silveira Alvares
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Aluizio da Silva Gomes, 50

Bairro: GRANJA DOS CAVALEIROS

UF: RJ

Município: MACAE

Telefone: (22)2796-2552

CEP: 27.930-560

E-mail: cepufrjmacae@gmail.com